



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
NUCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA
AMAZÔNIA

WILLIAM JOHN EBENEZER HARRIS

**ENTRE FRONTEIRAS E DISCURSOS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO FÍSICA ENTRE BRASIL-GUYANA E
MÉXICO - BELIZE**

Boa Vista
2016

WILLIAM JOHN EBENEZER HARRIS

**ENTRE FRONTEIRAS E DISCURSOS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO FÍSICA ENTRE BRASIL-GUYANA E
MÉXICO - BELIZE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia/ Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Linoberg Barbosa Almeida

Boa Vista
2016

WILLIAM JOHN EBENEZER HARRIS

**ENTRE FRONTEIRAS E DISCURSOS: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO FÍSICA ENTRE BRASIL-GUYANA E
MÉXICO - BELIZE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia/ Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia.

Prof. Dr. Linoberg Barbosa Almeida
Orientador/ Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional
da Amazônia - UFRR

Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia
- UFRR

Prof. Dr. João Carlos Jarochinski Silva
Coordenação do Curso de Relações Internacionais – UFRR

Profa. Dra. Marcelle Ivie da Costa Silva
Coordenação do Curso de Relações Internacionais – UFRR
(suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao Jesus Cristo, meu senhor e salvador, que me fornece força em momentos de dificuldades e graça em momentos de sucesso, agradeço em tudo.

Esse trabalho foi feito durante dois anos de estudo presencial na cidade de Boa Vista, Roraima, com apoio financeiro da CAPES, a quem sou sempre agradecido. Entretanto, não seria possível a conclusão desse trabalho sem o apoio prático de uma rede de amigos e parentes, que abriram suas casas e suas vidas para mim. Agradeço à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Roraima (UFRR) pelo apoio em assuntos de pesquisa e pela ajuda prática em momentos de necessidades imprevistas, especialmente aos Professores Júlia Camargo, Felipe Almeida, Reginaldo Gomes, Carlos Cirino e Maria Odileiz de Sousa Cruz. Sem tais apoios, não seria possível completar este trabalho. Agradeço também aos funcionários do Núcleo para Estudos Comparados da Amazônia e Caribe, especialmente ao Professor Haroldo Eurico Amoras, à Jucy, ao Edio, Diego, à Lúcia, da direção do Centro de Ciências Humanas, e todos os estagiários que facilitaram imensamente a minha vida dentro e fora da universidade. À família de alunos estrangeiros da UFRR, obrigado por todos os momentos especiais. Nesse processo, eu, um jovem caribenho, senti-me nem tão africano nem tão latino mas irmão de todos.

Agradeço ao Pastor Adailton Nobre e à congregação da Igreja Batista da Liberdade (IBL), que me acolheram com toda hospitalidade de uma igreja viva. Aos vizinhos do condomínio na Rua Nelson Albuquerque, 1007, bairro Liberdade. Separo um agradecimento especial para o apoio durante momentos complicados de saúde. Agradeço à doutora Rinilza Felizola da Gama que, com compreensão e profissionalismo, me acompanhou.

A tarefa de escrever um texto de dissertação, obedecendo aos padrões da língua portuguesa, apresentou mais dificuldade do que imaginei, e somente foi possível com a ajuda do meu amigo internacionalista José Lorrán Luciano Duarte Henriques, o Leonardo dos Santos, às Irmãs Roberta e Zoraide da IBL, e meus colegas Luis Eduardo e Armando Nahmias do PPGDRA.

Ao meu orientador, professor Linoberg Barbosa Almeida, obrigado pelo tempo e atenção necessária para tornar meus pensamentos em nossos pensamentos e, logo, em um trabalho de pesquisa verdadeiramente inédito, em termos de matéria abordada e método aplicado que tenho o orgulho de colocar meu nome.

RESUMO

Esta dissertação levanta uma análise comparativa dos processos políticos que antecederam a construção de duas pontes transnacionais nas Américas: a ponte sobre o Rio Tacutu, que liga as cidades de Lethem (Região 9, Guyana) e Bonfim (Roraima, Brasil); e a ponte sobre o Rio Hondo, que liga as cidades de Santa Elena (Corozal, Belize) e Subteniente López (Quintana Roo, México). Enquanto isso, o estudo insere-se no corpo mais amplo de pesquisas que analisam o processo de integração das Américas através do uso de infraestrutura física. Além disso, a pesquisa aborda a maneira em que poderes emergentes usam infraestrutura para propósito de projeção de poder regional nos seus entornos geopolíticos, particularmente, em relação aos seus vizinhos contíguos menores. Esta análise realiza-se no contexto histórico do reconhecimento da necessidade de fomentar integração entre os países do sul global e de países de tradições coloniais diferentes; e mais ainda, visa alcançar essa meta com o uso da infraestrutura física. Metodologicamente, é um estudo interpretativo quantitativo das fontes bibliográficas e discursos executivos, utilizando o método comparativo para deduzir modos de interação entre dois poderes emergentes latino-americanos e dois países relativamente pequenos e isolados do Caribe anglófono. Pode-se concluir que as duas pontes foram construídas e inauguradas dentro de projetos mais amplos para integração regional, promovidos pelo México e Brasil, para as regiões imediatas de influência geopolítica, facilitado por fortes vínculos bilaterais históricos no campo de segurança de território; e completado pela transição contemporânea dos países caribenhos na busca para novos parceiros internacionais, frente à perda de viabilidade de vínculos tradicionais.

Palavras-chave: Aproximação regional. Integração física. Belize. Brasil. Guyana. México.

ABSTRACT

This dissertation carries out a comparative analysis of the political processes leading up to the construction of two transnational bridges in the Americas; these are the Takutu River Bridge linking Lethem, Region 9, Guyana and Bonfim, Roraima, Brazil; and the Hondo River Bridge linking Santa Elena, Cozoral, Belize and Subteniente López, Quintana Roo, Mexico. In so doing, the study is inserted in a wider body of researches that analyse the process of integration in the Americas through the use of physical infrastructure. The research further highlights how emerging powers use infrastructure as a means of regional power projection in their geopolitical spaces, particularly as it pertains to smaller contiguous neighbours. This analysis takes place in the historical context of countries of the global south and of different colonial traditions, recognising the need to foster integration, and achieve advancement in this regard through infrastructure. Methodologically, it is an interpretive qualitative study of bibliographical sources and executive speeches, using the comparative method to deduce modes of interaction between two emerging Latin American powers and two relatively small and isolated continental countries of the Anglophone Caribbean. It may be concluded that the two bridges were successfully constructed and inaugurated as part of wider projects for regional integration fostered by Mexico and Brazil for their regions of immediate geopolitical influence, and aided by historically strong bilateral relations in the area of territorial integrity and further, the contemporary transitioning in the search by Caribbean countries for new international partners as old linkages become less viable.

Keywords: Regional Approximation. Physical Integration. Belize. Brazil. Guyana. Mexico.

RESUMEN

Esta disertación realiza un análisis comparativo de los procesos políticos que condujeron a la construcción de dos puentes transnacionales en las Américas. Estos puentes son: el del río Takutu, que une a Lethem (Región 9, Guyana) con Bonfim (Roraima, Brasil); y el del río Hondo que une Santa Elena (Corozal, Belice) con Subteniente López (Quintana Roo, México). De este modo, el estudio se inserta en un cuerpo más amplio de investigaciones que analizan el proceso de integración en las Américas a través del uso de la infraestructura física. Además, la investigación se centra en revelar la forma en que las potencias emergentes utilizan la infraestructura como un medio de proyección de poder regional en su entorno geopolítico, en particular en relación con sus vecinos contiguos más pequeños. Este análisis se enmarca en el contexto histórico de países del sur global, de diferentes tradiciones coloniales, que están reconociendo la necesidad de fomentar la integración entre ellos y lograr avances en este sentido a través de la infraestructura física. Metodológicamente, se trata de un estudio cualitativo e interpretativo de fuentes bibliográficas y discursos de ejecutivos, utilizando el método comparativo para deducir los modos de interacción entre dos potencias emergentes de América Latina y dos países continentales relativamente pequeños y aislados del Caribe anglófono. Se puede concluir que los dos puentes se construyeron con éxito y que se inauguraron como parte de proyectos más amplios de integración regional impulsados por México y Brasil respectivamente en sus regiones de inmediata influencia geopolítica, y ayudados por fuertes relaciones bilaterales en el ámbito de la integridad territorial. Además dichos proyectos amplios de integración regional son parte de la transición contemporánea de los países del Caribe en la búsqueda por nuevos socios internacionales cuando los vínculos con los viejos socios se tornan menos viables.

Palabras clave: Aproximación regional. Integración Física. Belice. Brasil. Guyana. México.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Diagrama Euler demonstrando relação das semelhanças e diferenças entre os países comparadas	52
FIGURA 2	Cartoon que mostra a percepção do papel exercido pelo Brasil em relação ao contencioso sobre o Essequibo entre Guyana e Venezuela	69
FIGURA 3	Delineamento espacial descritivo das Américas em geral até as localidades das pontes	78
FIGURA 4	Foto da nova ponte sobre o rio Hondo	89
FIGURA 5	Foto do Presidente Calderón discursando durante a inauguração do novo posto aduaneiro e a ponte binacional sobre o rio Hondo	90
FIGURA 6	Foto da ponte sobre o rio Tacutu	92

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Similaridades e Diferenças contextuais entre Brasil e México	32
TABELA 2	Similaridades e Diferenças contextuais entre Belize e Guyana	43

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A -	Mapa detalhando a posição da fronteira Brasil-Guyana na América do Sul.	152
APÊNDICE B -	Mapa detalhando a posição da fronteira México-Belize na América Central.	153
APÊNDICE C -	Mapa detalhando a posição das cidades fronteiriças de Lethem (Guyana), Bonfim (Brasil) e o local da nova ponte sobre o rio Tacutu.	154
APÊNDICE D -	Mapa detalhando a posição das cidades fronteiriças de Subteniente López, (México) no lado superior, Santa Elena com a ZLC no lado inferior e o local da nova ponte sobre o rio Hondo.	155
APÊNDICE E -	Gráfico mostrando as cidades de Santa Elena (e ZLC) no lado de Belize, a cidade de Subteniente López, e a nova ponte.	156

LISTA DE SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA – Área de Livre Comércio Sul-Americana
BANCOMEXT - Banco Nacional de Comércio Exterior
BEL - Belize Eléctrica Limitado
BID - Banco Inter-americano de Desenvolvimento
BCIE - Banco Centroamericano de Integración Económica
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAN - Comunidade Andina
CARICOM - Comunidade Caribenha
CBM - Corredor Biológico Mesoamericano
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CBERA - Ato de Recuperação Econômica da Bacia Caribenha
CBI - Iniciativa da Bacia
CBM - Corredor Biológico Mesoamericano
CCJ – Corte de Justiça do Caribe
CDERA – Agência Caribenha de Respostas a Emergências de Distres
CXC – Conselho de Exames do Caribe
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMVL - Forma Migratória para Visitantes Locais
FONPLATA - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
MCCA - Mercado Comum Centroamericano
MEXCID - Agencia Mexicana de Cooperação Internacional para Desenvolvimento
MRE - Ministério de Relações Exteriores
NAFTA - Tratado de Livre Comércio de América do Norte
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
PEM - Programa Escolas México
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.
PM - Projeto Mesoamérica ou Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica
PPP - Plan Puebla Panamá
SELA - Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe
SICA - Sistema da Integração Centroamericana
ZLC - Zona Livre de Corozal

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	AS SIMILARIDADES E AS DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS ZONAS FRONTEIRIÇAS	25
1.1	CONTEXTUALIZANDO AS ZONAS FRONTEIRIÇAS	26
1.2	A ANÁLISE COMPARATIVA DAS REALIDADES PARECIDAS DAS FRONTEIRAS BELIZE-MÉXICO BRASIL-GUYANA	29
1.2.1	México e Brasil	30
1.2.2	Belize e Guyana	41
1.3	AS FRONTEIRAS COMPARADAS	53
2	ELEMENTOS RELEVANTES DE APROXIMAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS PAÍSES ENTRE SI	56
2.1	IDENTIDADE DUPLA - O CARIBENHO CONTINENTAL	57
2.2	COOPERAÇÃO BILATERAL - VIZINHO ESQUECIDO	62
2.3	AMIGO MAIOR - O CONTRAPESO DO BRASIL E DO MÉXICO NAS CONTENÇÕES TERRITORIAIS	67
2.4	MUDANÇAS DE TEMPOS - EM PROCURA DE NOVAS ALIANÇAS	70
2.5	COOPERAÇÃO MULTILATERAL – REGIÃO ESTRATÉGICA	75
2.6	INTEGRAÇÃO NO ESQUEMA GLOBAL - VIADUTO EM ESQUEMA MAIOR	82
2.7	PRESIDENCIALISMO – <i>THE POINT MEN</i>	92
3	LEVANTAMENTO COMPARATIVO DE DISCURSOS DOS CHEFES DE GOVERNO DURANTE OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO FÍSICA PROPORCIONADA PELA CONSTRUÇÃO DAS PONTES	95
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DISCURSOS POLÍTICOS RELACIONADOS À INTEGRAÇÃO	96
3.2	PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2011)	97
3.3	PRESIDENTE BHARRAT JAGDEO (1999-2011)	108
3.4	PRESIDENTES VICENTE FOX (2000-2006) E FELIPE CALDERÓN (2006-2012)	114

3.4	PRIMEIROS MINISTROS SAID MUSA (1998-2008) E DEAN BARROW (2008-INCUMBENTE)	125
4	CONSIDERÇÕES FINAIS	132
	REFERÊNCIAS	141
	APÊNDICES.....	151

INTRODUÇÃO

As relações entre Guyana e o Brasil vêm sendo um assunto de grande importância para mim como pesquisador e internacionalista guianense. Esse interesse se despertou durante a minha graduação em Relações Internacionais na *University of Guyana (UG)*, onde tive uma preocupação acentuada nas questões sobre a América Latina e principalmente o Brasil, por serem áreas físicas bastante próximas, mas pouco conhecidas de forma satisfatória pelos alunos e acadêmicos do programa. Adicionalmente, a minha tendência para o estudo de línguas abriu caminhos de conhecimento mais amplos na direção da América Latina.

Para o trabalho de conclusão de curso de graduação em Relações Internacionais, foquei na questão de cooperação econômica entre Brasil e Guyana, isto é, investimento brasileiro no setor açucareiro guianense para a produção de etanol como alternativa viável para a produção de açúcar. Em 2008, a ideia de etanol produzido a partir de cana de açúcar era moda e a possibilidade de cooperação teve várias condições favoráveis, considerando os altos preços de produtos petrolíferos no mercado mundial, a dependência da Guyana nos produtos de hidrocarbonos para suas necessidades energéticas, a expertise do Brasil na produção de etanol, o mau desempenho crônico da *Guyana Sugar Cooperation (Guysuco)* e a existência de experiências proativas de investimento brasileiro no setor agrícola de países vizinhos, como no caso do Paraguai.¹

Após tudo isso, nada se materializou nessa empreitada apesar das condições favoráveis. Essa eventualidade abriu novos interesses no porquê as relações bilaterais Brasil-Guyana supostamente não florescem da maneira esperada. As leituras provisórias sobre o tema revelam o que poderia ser uma tendência estrutural para a não-integração entre países em níveis de desenvolvimento extremamente diferenciados, como nos exemplos da China e seus vizinhos menores, a África do Sul e seus vizinhos menores, e nas Américas, Brasil e Guyana, e México e Belize na mesma dinâmica.

A tendência histórica na trajetória de relações exteriores da Guyana sempre foi orientada pelas considerações do velho império britânico. Mesmo assim, houve um reconhecimento de um destino continental, pregado por muitos nacionalistas, sejam políticos, militares ou na sociedade civil. Esse destino continental fala diretamente da dupla identidade nacional de um país caribenho e, ao mesmo tempo, sul-americano. Porém existe uma quebra entre essas postulações retóricas e a realidade vivida. Nessa concepção do destino continental,

¹ Para maiores detalhes, Harris, 2008.

a relação com o Brasil é importante, visando a história problemática com a Venezuela e as similitudes com o Suriname, de identidade caribenha também.

O destino continental vem carregado de um potencial de desenvolvimento econômico mais robusto, desvinculando a Guyana da exploração experimentada e das restrições de um pequeno mercado de consumidores dentro da própria Guyana e, até mesmo, no Caribe, liberando a produtividade guianense a aproveitar o mercado brasileiro. Mas, historicamente, a Guyana viveu uma relativa ignorância a respeito ao que o Brasil representava junto ao senso comum. Mesmo sendo vizinho territorial compartilhando uma fronteira contígua, o Brasil era e continua sendo menos compreendido conceitualmente na mente do guianense do que os países do Caribe, os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido.

Durante as pesquisas iniciais, ficou aparente que a realidade vivida no país-irmão (Belize) é parecida em relação às experiências de aproximação física e econômica com o México, e representa um processo relativamente mais avançado em termos reais. Além disso, houve o aprofundamento parecido a respeito da integração física com a construção da ponte sobre o Rio Hondo. A cidade fronteiriça de Santa Elena e a Zona de Livre Comércio (ZLC) de Corozal aproveitam ativamente do seu posicionamento na fronteira com o México, com políticas proativas, criando uma cidade ainda pequena, porém mais desenvolvida e dinâmica.

As fronteiras bilaterais entre esses quatro estados-nação portanto apresentam um quadro de similaridades profundas que despertam interesse, devido à história colonial na Amazônia e no Caribe de duas tradições distintas: dos latinos e dos britânicos. Hoje em dia, apesar da distância, os estados-nação plenamente autodeterminantes exibem manifestações em muitos sentidos parecidos, em suas relações um com o outro através da divisão histórico – cultural, ou seja, a Guyana com o Brasil e Belize com o México.

As relações entre os países das duas regiões vêm acontecendo de um jeito bem menos ativo do que deveriam ser. Mesmo após aproximadamente 50 anos de independência da Guyana e 35 anos de independência de Belize, o relacionamento com a América Latina continua restrito, com mais atenção voltada para as relações tradicionais. Isso não é necessariamente por falta de desejo através da divisa, mas existem barreiras fundamentais entre as duas regiões que merecem um estudo científico para serem melhor entendidas. O presente estudo foca as relações entre o Brasil e a Guyana e o México e Belize para elaborar essa questão, em particular os momentos e acontecimentos que acabaram nas aberturas das pontes sobre os rios Tacutu em setembro de 2009 e Hondo em novembro 2012. As aberturas das pontes foram momentos marcantes nas relações entre os países; momentos que prometeram muito, inclusive um futuro de melhor proximidade e mais projetos.

Há também um distanciamento entre realidade, a qual é presenciada pelos povos fronteiriços, e o discurso político governamental formulados nas capitais. Por isso, pelo propósito do presente trabalho, reforçamos a parte política deixando para segundo plano elementos culturais e econômicos. O foco desta pesquisa é mais no processo discursivo de oficiais governamentais e tenta mostrar um modo de interações em relações desse tipo. Serve também como outra forma de abordagem do processo de aproximação física.

No entanto, reconhecendo essa falta de estudos comparativos de integração física de zonas fronteiriças, um conjunto de conceitos teóricos serão utilizados para contextualizar cientificamente essa comparação de processos e discursos. Esses incluem, inter alia, trabalhos acadêmicos sobre o significado conceitual de região por Michel Foucault (1979) e Luk van LANGENHOVE (2012); a transição de poder tratado por Detlef Nottle (2010) e Douglas Lemke (2002); e o uso de infraestrutura física como ferramenta para facilitar aproximação numa relação bilateral assimétrica por Ellen Hagerman (2012).

O embasamento metodológico para o método comparativo que permeia todo o texto é trabalhado a partir de Arend Lijphart (1971), e Peter Katzenstein (1995). Do lado empírico, os principais autores como Rashleigh Jackson (2003), Marcos Costa Lima (2011), Victor Bulmer-Thomas (2013) e Jonas Paloschi (2011) dentre outros, seus trabalhos específicos às regiões da América Latina e do Caribe serão abordados.

Vale ressaltar que o arcabouço teórico aqui discutido aparece em todos os capítulos do trabalho e portanto não constata nenhum capítulo dedicado exclusivamente para a revisão teórica. Senão, aparece o primeiro capítulo sublinhando a base de comparabilidade dos casos, isto é, os dois processos de integração física que acabaram na construção das duas pontes binacionais.

As noções geográficas são propriamente noções jurídico-políticas e são reflexos do poder atuante, construídos durante períodos distintos com significados específicos àquele período. Para Foucault, “existe uma administração do saber, uma política do saber; relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente remetem àquelas formas de dominação.” (FOUCAULT, 1979, p. 158) Assim, ele indica que foram justamente as autoridades coloniais, os estrategistas, os negociantes ou os industriais que aproveitaram informações apenas fornecidas pelos viajantes e geógrafos do período colonial para estabelecer significados conceituais e políticas para enriquecimento estatal. A formação geográfica e os significados de conceitos como região, fronteira, solo, campo dentre outros da época eram mais políticos do que científicos.

Essa tendência à politização dos conceitos de geografia física continua até hoje. Portanto, o elemento mais importante no entendimento de espaços físicos compartilhados entre entes políticos é o elemento de poder político. As fronteiras estudadas não estão mais sujeitas ao controle colonial, mas exibem características conceituais coloniais. Além disso, novas autoridades na forma de governos centralizados continuam dominando esses espaços periféricos e formulam as políticas para o aproveitamento deles, pois até o discurso que justifica as fronteiras é o que o Foucault (1979) chama o discurso do nacionalismo.

A fronteira é intrinsicamente produto humano construído por nós, em seu papel de divisa, limite e linha que estabelece o alcance de poder soberania de um estado em relação ao outro. Porém, de acordo com (SCHERMA, 2012), o espaço fronteiro é uma zona mais ampla, de convergência, de interação, de mistura de povos, enfim, um espaço humano, vivo e orgânico, onde as pessoas vivem diariamente essa duplicidade de identidades de espaços para poder ter o seu meio de vida. Além disso, é possível enxergar que a identificação linear e divisora de fronteira seria para o estado, a maneira mais natural de olhar a fronteira, como ponto de referência e limite do seu poder. Para Scherma (2012), a fronteira é um espaço mais político do que socioeconômico.

Przeworski (1995) indica que, para estudos comparativos, temos que reconhecer que tratamos o nosso mundo como nosso produto, através de uma sequência de eventos construídos endogenamente por nós, na tentativa de alcançar certos objetivos determinados. Neste caso, esses processos observáveis são a história colonial diferenciada, a natureza periférica das zonas fronteiriças, sendo estudadas neste trabalho, e justamente as políticas públicas para a integração física delas.

De acordo com Furtado (1980), havia três tipos de colônias, aquelas para povoamento, a segunda era de exploração de recursos naturais e a terceira era para fins militares. No império britânico, Guyana e Belize existiam como colônias principalmente para extração de recursos naturais. Distinto daquelas colônias estabelecidas para povoamento, como as Colônias da América do Norte, Austrália e África do Sul, as economias de extração do Caribe detinham uma população europeia básica, suficiente para a administração da colônia e manejo das plantações. Isso resultou na ausência prática de uma elite estabelecida e uma relação exclusiva de repatriação do capital para o país colonizador. Essa dinâmica econômica de laços ligados diretamente ao império britânico continuou pelo período inteiro da colonização. Essas conexões continuam, de certa forma, até hoje, no comércio preponderante com países anglófonos.

Para iniciar, vale constatar que a palavra “regional”, no conhecimento político anglo-caribenho, é um termo para designar um nível político entre o nacional e o internacional. De acordo com Van Langenhove (2012), a concepção de região é ambígua, isso quer dizer que se pode referir a diversas entidades territoriais, dependendo de quem fala e do contexto; por exemplo, a União Europeia como região e entidade supranacional ou Flanders, entidade subregional da Bélgica. O conceito de região pode ser visto como ferramenta utilizada para referir-se a uma unidade de governança que não seja um Estado, porém contém certas propriedades de um estado. Pode-se distinguir entre regiões supranacionais, subnacionais e transfronteiriças.

Todos os países pertencem a regiões. Geralmente estas regiões são geograficamente próximas ou contíguas, sendo que a proximidade territorial é uma característica definitiva. Por exemplo, a Turquia pode ser considerada pertencente às regiões da Eurásia, Europa, Mediterrâneo e até Oriente Médio, por questões de localização física. No entanto, algumas regiões não são naturais e são, sim, altamente dispersas geograficamente e constituídas por motivos históricos e políticos. Nesse sentido, Belize, além das três Guianas e todas as ilhas do Mar Caribe, podem ser definidas aqui como O Caribe (Bulmer-Thomas, 2013). O Caribe é uma região e esfera política de microestados soberanos, porém com grandes similaridades.

A inclusão na região do Caribe deve-se aos processos de colonização europeia. Apesar do fato de que a Guyana não possuir o litoral no mar Caribe e ser localizado no continente sul-americano, a mesma é considerada caribenha, justamente pelo fato desses processos históricos e da identidade cultural concomitante. Belize, nesse mesmo sentido, é afastado da corrente de ilhas, localiza-se na América Central e é considerado caribenho. Existe, então, uma interligação com o resto do espaço, mais por razões históricas do que geográficas.

Para Foucault (1979), o conceito de região necessariamente tem um elemento político e de poder; coloca que a região dos geógrafos é a mesma que a região militar (de origem na palavra latim *regere* ou comandar). Para ele, a região pode ser definida ao redor da noção fiscal, administrativa e militar.

Logo, em relações bilaterais assimétricas de uma região onde há um *main player*² (o país consideravelmente mais forte dos seus vizinhos), existe uma realidade percebida entre os parceiros menores de uma insegurança e receio em relação aos parceiros maiores, mesmo se essa percepção não se reflete na realidade. Essa percepção atrapalha a possibilidade de sucesso de projetos de integração bilateral, mesmo com discursos positivos no nível de

² Jogador principal, titular

contato presidencial (BEESON, 2013; HAGERMAN, 2012). Essa dinâmica pode ser vista em jogo nas relações de vários poderes emergentes com seus vizinhos, não somente no caso do Brasil e México, mas também em diversas regiões, como, por exemplo nos casos da China, Rússia e África do Sul nas relações com seus vizinhos.

Hagerman (2012) traça essa insegurança na região sul do continente africano. A África do Sul representa 65% da economia africana e constitui o principal interlocutor da África no palco internacional, não somente da região do sul-africano, mas do continente em geral. Assim, é difícil para a África do Sul se livrar da percepção entre os outros de “irmão mais velho” na diplomacia regional.

A África do Sul é um país reconhecido como potência emergente, uma base consolidada de industrialização já com infraestrutura física e financeira forte, bem como setor privado forte. Para os países vizinhos isolados do mar (Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zimbábwe), a rede de estradas, ferrovias e portos da África do Sul fornece uma conexão vital para comércio internacional. Porém uma percepção dos países vizinhos é de que a África do Sul, tanto seu governo quanto seu setor privado, escolha avançar em certos projetos na região por um benefício claro para eles (HAGERMAN, 2012).

Em relação à assimetria existente, um outro exemplo pertinente existe entre a China e os países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste da Ásia). Beeson (2013) faz a colocação que os países do Sudeste da Ásia não conseguem contrabalancear o poder chinês em qualquer sentido convencional, individualmente ou como coletivo, então eles são obrigados a inventar estratégias que lhes permitem jogar os seus pontos fortes. O autor acrescenta que países como Tailândia, Laos e Vietnã, por receio, seguram políticas domésticas avessas à cooperação na área de agricultura, mesmo com o potencial de possibilidades de melhores benefícios através de mecanismos já existentes.

A percepção dessa “hegemonia regional” prevalece na maioria dos blocos econômicos, como, por exemplo, Brasil no Mercosul, e Alemanha e França na União Europeia. Essas percepções acabam, frequentemente, numa paralisação de progresso efetivo, bem como limitam a possibilidade de gerar a vontade política necessária para progredir em projetos plenamente viáveis. (HAGERMAN, 2012).

Em regiões em desenvolvimento, essa assimetria se apresenta ainda mais forte. Hagerman (2012) aponta que a falta de infraestrutura (e mesmo a falta de condições para sua instalação), políticas e um ambiente adequada para integração em si traz uma insegurança no momento de integração.

A realidade é que, muitas vezes, há pouco na mesa que os estados pequenos podem oferecer para os maiores, como, por exemplo, mercados de consumo na relação bilateral. E com esse pouco, eles tentam extrair o máximo de benefícios. De fato, esses países pequenos invariavelmente têm acesso privilegiado para os mercados grandes através de mecanismos econômicos.

Mais além, Hagerman (2012) aponta que providenciando apoio por meio de infraestrutura, mesmo não tendo grande retorno no curto prazo, pode oferecer uma maneira importante para o parceiro dominante sinalizar a boa vontade política em prol do desenvolvimento holístico dos parceiros menores, bem como assegurar certas garantias de participação em mecanismos de integração regional.

Porém, Beeson (2013) deixa claro o fato de que enquanto os benefícios de criação de comércio induzidos pela instalação de infraestrutura transfronteiriça e a integração regional podem ser significativos quando agregados, a distribuição de tais benefícios e os custos associados não necessariamente adviriam de forma equitativa. Os benefícios invariavelmente vão para o parceiro que já dispõe de uma capacidade pronta para aproveitar-se de tais benefícios.

No mesmo sentido, Hagerman (2013) aponta que características estruturais de vizinhos menos favorecidos podem limitar os benefícios advindo de acordos regionais e exacerbar o desequilíbrio da distribuição de benefícios. Ciente dessa realidade, ou melhor dito, a possibilidade percebida, os países caribenhos, sendo estudados neste trabalho, vêm com esse receio criado por essa desvantagem, dificultando justamente a possibilidade de avanço efetivo.

O cenário global da pós-Guerra Fria trouxe consigo novas consequências para o nível regional latino-americano em relação ao papel de integração física. A redução da presença financeira dos Estados Unidos, e da União Soviética deixou lacunas de necessidade no mundo em desenvolvimento, e por mais deixou espaço para participação proativa de novos atores em cenários regionais. Dois fatores decisivos permeiam a presente análise: primeiro, o desejo entre países considerados poderes emergentes a terem uma influência mais definida no cenário regional e local, portanto a projeção e segundo, a reavaliação do mundo contemporâneo por países pequenos que crescentemente reconhecem que os laços tradicionais não são mais suficientes, e procuram outras opções para o desenvolvimento desejado. Isso permitiu, *inter alia*, o aumento da importância do papel exercido por potências regionais, não somente pela projeção dos próprios, mas também a aceitação desse papel pelos outros países da região.

Nosso estudo das relações do México *vis-à-vis* Belize parte de duas premissas ativas nas discussões sobre essas relações: a do vizinho esquecido e a que situa a relações com Belize no panorama mais ampla da preocupação mexicana com seu espaço geopolítico, além da fronteira sul. A seguir, contextualizamos a construção da ponte nessas duas lentes, fazendo um relevo adequado da trajetória histórica da posição mexicana para com o que hoje é Belize, e também a trajetória dos mecanismos utilizados pelo estado mexicano para fomentar a integração da América Central, especificamente o relançamento do PPP/PM. Percebe-se que no meio desses dois processos o governo central chega à essa fronteira periférica em uma forma concreta e visível para alcançar metas mais amplas para seu entorno geopolítico.

Concomitante, analisamos as relações do Brasil *vis-à-vis* Guyana através das mesmas discussões: a do vizinho ignorado e a que situa a relações com Guyana no panorama da preocupação brasileira em relação ao seu entorno geopolítico e especificamente no caso a Amazônia, e seu espaço geopolítico além da fronteira norte. Necessariamente, é observado a trajetória do mecanismo IIRSA. Assim como no caso do México, o governo central chega à essa fronteira norte periférica em uma forma concreta e visível.

No relatório do BID de 2002, *Beyond Borders: the New regionalism in Latin America*, o banco traça paralelas entre as duas grandes iniciativas de infraestrutura na América Latina, (BID, 2002, p. 137) constatando que “os assuntos de quadro conceitual a respeito de desenvolvimento regional de infraestrutura estão sendo operacionalizado através da IIRSA na América do Sul, e o PPP que liga o México com América Central.” Por sua vez, o PPP foi lançado com apoio do BID, CEPAL, e BCIE, visando a criação de demanda necessária para a gerar economias de escala em infraestrutura básica, e portanto, melhorando a competitividade regional (BID, 2002). Os objetivos e propostas em infraestrutura compassam a integração de rodovias, energia e interligações telecomunicacionais.

Foi construída uma ponte através do rio Hondo pelo exército mexicano em 2007, inaugurada em 2012. Um contratempo significativo no processo foi a demora na construção da estrada ligando a ponte com a cidade belizense mais próxima. Isso foi realizado pelo governo mexicano através do exército em 2012. O discurso na abertura da ponte e da aduana aconteceu em solo mexicano e ocorreu no contexto da modernização da rede de Aduanas Nacionais, isto é, uma política doméstica mexicana; e a entrega de uma peça de infraestrutura no final do mandato do Presidente Calderón.

A ponte sobre o Rio Tacutu teve a construção finalizada pelo exército brasileiro após vários contratempos no cronograma de construção e foi inaugurada em 2009. Além disso, um viaduto que possui troca de direção para a mão inglesa e um trecho de estrada ligando a ponte

à cidade de Lethem foram construídas pelo exército. Depois de uma série de *faux pas* diplomáticas, a ponte foi oficialmente inaugurada com a presença dos presidentes dos dois países, além de altos funcionários regionais do estado de Roraima, e da região do Rupununi.

Tendo em vista certas divergências de realidades, este estudo foca comparativamente o fluxo de interações oficiais, que antecedem a construção de duas pontes no contexto da assimetria de desenvolvimento das sub-regiões nos casos da Guyana-Brasil e Belize-México durante o período de 2003 a 2012. Este é assim, um estudo de caso comparado das duas zonas fronteiriças, com o objetivo descritivo da realidade construída no nível dos governos por paradigmas ideológicos e forças internacionais, sendo materializado em modos específicos (ou seja a construção das pontes) e tendo impactos na realidade cotidiana na zona de fronteira.

De acordo com Lijphart (1971), o método comparativo assemelha-se ao método estatístico em todos os respeitos menos em um, isto é, o número de casos que ele engloba é pequeno demais para permitir um controle sistemático por meio de correlações parciais. O método comparativo deve ser usado quando o número de casos disponíveis para análise é tão pequeno que fazer uma tabulação cruzada para estabelecer controles confiáveis não é possível.

Para Lijphart (1971), não existe uma clara distinção entre os métodos comparativo e estatístico. O método estatístico implica a manipulação conceitual de dados obtidos empiricamente para descobrir relações controladas entre variáveis, os quais não podem ser manipulados com o projeto experimental. A diferença encontra-se puramente nos números de casos disponíveis para estudo. Onde os casos são sistemas políticos nacionais, o número de casos é necessariamente tão restrito que o método comparativo tem que ser usado.

O estudo é de caso interpretativo qualitativo a partir de um levantamento de documentos oficiais detalhando os discursos presidenciais e ministeriais dos quatro países envolvidos, de momentos-chaves, até os momentos da cerimônia de inauguração das pontes. Isso serve para apreciar o posicionamento do governo central quanto ao espaço fronteiriço, e identificar possíveis divergências quanto à realidade vivida. Enquanto o período histórico do trabalho, se foca nos momentos ao redor das construções das pontes, o método comparativo exige, de certa forma, uma extensão longitudinal, ou seja, uma cruzada histórica (LIJPHART, 1971), incluindo o máximo de casos históricos possíveis para estabelecer uma comparação mais viável.

Além disso, o estudo de áreas coincide bem com esse método. Áreas caracterizadas por uniformidades políticas e não-políticas são propícias para esse tipo de análise (LIJPHART, 1971). As zonas fronteiriças aqui apresentadas proporcionam não somente

semelhanças políticas, mas, também, econômicas, culturais e históricas, que é mostrado no capítulo 1.

A área geográfica do estudo abrangeria as zonas fronteiriças dos países Brasil-Guyana e Belize-México focando principalmente as comunidades fronteiriças diretamente afetadas pelas construções das pontes sobre os Rios Tacutu e Hondo; essas sendo Bonfim, Lethem, Subteniente López e Sta. Elena, abrangendo também a ZLC em Belize. Estas zonas fronteiriças serão estudadas no contexto de um país pequeno, fazendo fronteira com um estado periférico de um país maior, isto é, Belize com o estado de Quintana Roo (México) e a Guyana com o estado de Roraima (Brasil). Por isso, as capitais desses estados de Chetumal, Quintana Roo, e Boa Vista, Roraima, necessariamente receberam menção relevante durante o trabalho.

Os casos sendo estudados aqui são similares em um número de características ou variáveis importantes, como os processos históricos, diferenças culturais, assimetria econômica e disposições políticas dos governantes. Entretanto, os processos de aproximação física apresentam, ao mesmo tempo, semelhanças e divergências no nível de desenvolvimento no processo de aproximação. Lijphart (1971) indica que casos desse tipo oferecem oportunidades particularmente boas para a aplicação do método comparativo, porque eles permitem o estabelecimento de relacionamentos e o estudo de poucas variáveis, enquanto outras são controladas. Assim, consegue-se testar hipóteses e estabelecer generalizações parciais mais facilmente.

De maneira geral, a pesquisa responde à seguinte pergunta norteadora: qual é o modo de comportamento estabelecido pelos quatro países em termos de políticas públicas em relação aos seus espaços fronteiriços durante o período de 2003 a 2012? Argumentamos que no nível regional, vê-se a auto-projeção impulsionando por Brasil e México, que é palpável e materializa-se concretamente através de implementação de infraestrutura física transnacional; e a procura de novas parcerias econômicas da Guyana e Belize que os aproxima mais aos seus vizinhos grandes. Serão portanto analisados comparativamente os processos de transição da indiferença para um interesse mútuo, que materializa em infraestrutura na construções das pontes sobre os rios de fronteiras internacionais: O Tacutu e o Hondo.

Os objetivos específicos do presente trabalhos serão atingidos da seguinte maneira: o Capítulo 1 levanta as categorias de análise, identificando as semelhanças e diferenças nas duas zonas fronteiriças. É um elemento do trabalho indispensável para validar o uso do método comparativo. Além disso, o capítulo delinea sistematicamente as semelhanças e diferenças entre os dois países latinos e também os dois caribenhos. Utiliza-se bibliografia

acadêmica que aborda questões históricas, econômicas e culturais nos países para identificar áreas de coincidência de características e também diferenças marcantes. Além de viabilizar a comparabilidade dos casos, esse capítulo é instrutivo para o leitor que não seja ciente da trajetória histórico-político dos países anglocaribenhos. Esse conhecimento seria necessário para um entendimento adequado do resto do trabalho.

O Capítulo 2 foca na história de política externa relevante à pesquisa dos estados entre si para identificar possíveis motivos para a situação presente do processo de integração física. Inclui um levantamento de fontes bibliográficas históricas, relatórios oficiais e trabalhos acadêmicos traçando as relações exteriores dos quatro países, identificando historicamente seus posicionamentos oficiais em relação aos seus vizinhos em consideração, especificamente, em relação à integração e às fronteiras. Enquanto histórico, pelo fato de analisar posicionamentos de política externa oficiais dos estados, aborda elementos ideológicos e econômicos em um recorte específico.

O Capítulo 3 é uma abordagem analítica dos discursos dos chefes de Estado e de governo para identificar semelhanças discursivas acerca da materialização de integração física. Contudo, essa parte do trabalho faz uma comparação de discursos de governantes destes países (Belize, Brasil, Guyana e México); os discursos que abordam o tema de desenvolvimento das respectivas zonas fronteiriças, integração física das nações e a questão de aproximação. Os discursos de governos centrais revelam, de forma sucinta e descritiva, o ponto de contato entre ideologias, forças internacionais e políticas domésticas.

Mais de 50% das fontes a serem utilizadas durante o trabalho são originárias da língua inglesa e, em alguns casos, na língua espanhola. Porém, com a exceção dos discursos políticos, essas fontes vão constar dentro do texto de língua portuguesa traduzido pelo autor, para manter a sequência e entendimento do texto. Os discursos políticos serão citados na língua original, com tradução para a língua portuguesa em nota de rodapé. Na leitura preliminar, observa-se que, às vezes, a linguagem dos discursos em si transmite sua própria mensagem, ora resultado de semelhanças, ora de diferenças como veremos a seguir.

CAPÍTULO 1

1. AS SIMILARIDADES E AS DIFERENÇAS ENTRE AS DUAS ZONAS FRONTEIRIÇAS

1.1 CONTEXTUALIZANDO AS ZONAS FRONTEIRIÇAS

O estudo aborda quatro países (Belize, México, Guyana e Brasil) distintos, porém que mostram semelhanças relevantes pelos fatos de que o Brasil e México podem ser considerados potências emergentes da América Latina ativamente tentando projetar-se em suas próprias esferas de influência. Belize e a Guyana, países novos, pequenos, caribenhos e subdesenvolvidos, ocupam seu espaço político sempre na tentativa de extrair o máximo de benefícios para seus estados. Ou seja, procuram atingir determinadas metas de desenvolvimento nacional em um contexto pós-colonial dentro de um espaço físico complexo, que é ao mesmo tempo latino e caribenho. Esse espaço político, além de ter fronteiras físicas com essas duas potências latinas, também localiza-se na esfera de influência dos Estados Unidos.

Além disso, a Guyana faz fronteira com Brasil na América do Sul (veja mapa em apêndice A), Belize com México na América Central (veja mapa em apêndice B). Há portanto, situações comparáveis de países ligados em suas relações bilaterais transfronteiriças até agora pensados ímpares, por ser uma conexão terrestre latina-anglocaribenha, ligados fisicamente nos últimos dez anos por pontes, isto é, a materialização de infraestrutura para fomentar integração. Pois aparecem duas zonas fronteiriças no contexto de desenvolvimento assimétrico e a emergência de projeção de potências latinas. Apesar de serem separados por distância, e justamente por serem únicas nas suas similaridades, essas dinâmicas parecidas são contextualizados nesse capítulo a partir das semelhanças e diferenças apresentadas, formando a base necessária para o estudo comparativo merecido.

A área geográfica do estudo abrange as zonas fronteiriças dos países Brasil-Guyana e Belize - México, focando principalmente os espaços fronteiriços diretamente tocados pelas construções das pontes sobre os Rios Tacutu e Hondo; sendo essas comunidades Bonfim (Brasil) e Lethem (Guyana) (veja mapa em apêndice C) e Subteniente López (México) e Sta. Elena (Belize), incluindo a Zona Livre de Corozal - ZLC em Belize (veja mapa em apêndice D e gráfico em apêndice E). Por tratar-se uma série de comparações, o capítulo abrange vários

períodos históricos, em que a trajetória dos países comparados apresenta relevantes intersecções ou divergências em seu processo de desenvolvimento.

Essa análise mostra uma distinção entre três sub-regiões da América Latina em discussão dos estados protagonistas: o Caribe, a América Central e a América do Sul. Apresenta um novo olhar sobre zonas fronteiriças já estudadas, mas em suas situações independentes uma das outras. Tenta observar comparativamente a utilização de infraestrutura física como, as pontes sobre os Rios Hondo, ligando fisicamente o México a Belize; e Tacutu ligando Guyana e Brasil, como ferramentas para projeção de imagem internacional. E finalmente, como os países pequenos nessas situações aproveitam desse espaço compartilhado para suas vantagens.

A fronteira é intrinsecamente um produto humano construído por nós, em seu papel de divisa, limite, e linha que estabelece o alcance de poder soberano de um estado em relação ao outro, a fronteira jurídico-política como concepção de soberania (COSTA LIMA, 2011; RAFFESTIN, 1993; SCHERMA, 2012). Com essa concepção, o estado utiliza o poder como forma de consolidar a soberania por meio do aparato instrumental jurídico-político. Pois é possível enxergar que a identificação linhar e divisora de fronteira seria para o estado, a maneira mais natural de olhar essa região, como ponto de referência e limite do seu poder, ou seja, proporciona para o estado a simplificação do espaço fronteiriço necessário para sua gestão estatal adequada (SCHERMA, 2012). Do outro lado da fronteira é o começo de influência de outro poder soberano.

Acrescenta-se que Marcos Costa Lima (2011) traz uma visão mais abrangente da perspectiva estatal sobre a fronteira. A ideia da fronteira sempre implicava o que a palavra em si sugere na sua etimologia: o que está na frente. Essa perspectiva implica-se no sentimento de avanço, como visto na expansão e povoamento do Oeste dos Estados Unidos, e também tem sentido útil na expansão estatal na Amazônia. Para Rodrigues (2011), essa visão expansionista é uma característica fundamental da percepção brasileira da fronteira, sendo a linha de avanço sobre os limites de inclusão de novos espaços internos no desenvolvimento da nação. Portanto, existe um duplo sentido da palavra fronteira, ao mesmo tempo sendo o fim e o começo do Estado: fim e limite do poder político e soberano, e onde o mesmo Estado tende a estender a sua influência.

Porém de acordo com Scherma (2012), o espaço fronteiriço é uma zona mais ampla, de convergência, de interação, de mistura de povos, enfim, um espaço humano, vivo e orgânico, onde esse povo vivenciam diariamente essa duplicidade de identidade do espaço para extrair uma vida. Na medida em que os padrões de civilizações foram se desenvolvendo

e ocupando espaços da economia e subsistência, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriam um caráter político.

Przeworski (1995) indica que em estudos comparativos reconhecemos que tratamos com o nosso mundo como produto de nossa criação na tentativa de alcançar certos objetivos determinados. No caso das fronteiras sendo estudados aqui do ponto de vista de políticas para desenvolvimento, esses processos observáveis são os trajetos históricos diferenciados resultando em distanciamento político e culturas distintas, e agora justamente as políticas públicas para integração física da zona fronteira visando a transformação conceitual da fronteira em zona de oportunidade econômica.

COSTA LIMA, (2011, p. 31) aprofundando mais, caracteriza a importância dessa mudança em que o foco se deslocou do campo estritamente político para o campo econômico. Machado continua afirmando que esse processo é mais indicativo de uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao papel da fronteira, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, passando a ser concebido mais pelas comunidades de fronteira.

Porém, havia sido paradigmático o caso da fronteira entre México e os Estados Unidos dentro das Américas. De modo geral, no entanto, a escassez de estudos sobre outras regiões de fronteira (fora aquelas Estados Unidos da América - México e da União Europeia) pode ser explicada na medida em que parte dessas regiões, como as da Amazônia e do sul de México, estão isoladas dos centros nacionais de seus respectivos Estados, têm carência de redes de transporte e de comunicação, além de dimensões políticas e econômicas pouco representativas (COSTA LIMA, 2011).

Uma mudança fundamental, portanto, está ocorrendo na maneira em que os Estados enxergam o espaço fronteiro, e o duplo papel da fronteira de limite e ponto de integração. As manifestações mais evidentes dessas mudanças têm sido os diversos modelos de regionalismo; a proliferação de organizações internacionais e transnacionais (COSTA LIMA, 2011). No contexto latino-americano, essa realidade é precisamente verdadeira com mais de quinze organizações³ regionais ativamente desempenhando funções de fomentar integração dentro da região. Essa proliferação simboliza os esforços dos estados a se adequarem a nova

³ Organização dos Estados Americanos, Comunidade dos Estados da América Latina e o Caribe, Associação dos Estados Caribenhos, Comunidade Caribenha, Organização dos Estados do Leste Caribe, União de Nações Sul-americanas, Comunidade Andina, MERCOSUL, Parlamento Latino-Americano, Associação de Integração Latino Americana, Sistema Econômico da América Latina, Rio Group, Sistema Integrada de Centro América, Aliança Bolivariana para as Américas, Aliança Pacífica, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

realidade e para efetuar um controle maior sobre os novos processos tecnológicos e fluxos econômicos além das suas fronteiras.

O sociólogo Pierre Bourdieu⁴ (1989 *apud* COSTA LIMA, 2011, p. 24) aponta que há a existência de uma luta entre os campos científicos, que aspiram o monopólio de uma definição legítima do conceito de região, como os geógrafos, economistas, historiadores e sociólogos:

Entre eles o geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que não se vê. O geógrafo limita-se frequentemente à análise do conteúdo do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região - as relações internas são preponderantes. Já para o economista, ao contrário, a região não estaria nunca só; tributária que é de outros espaços. Ele se fixa muito mais nas interações e interdependências das regiões. Assim o economista estaria vinculado ao grande, ao geral, ao abstrato e à teoria, enquanto o geógrafo ao pequeno, ao particular, ao concreto e à descrição.

De acordo com van Langenhove (2012), a concepção de região é ambígua, isso quer dizer, que se pode referir à diversas entidades territoriais dependendo de quem fala, e do contexto. O conceito de região pode ser visto como ferramenta utilizado para referir a uma unidade de governança que não seja um estado, porém contém certas propriedades de um estado. Pode-se distinguir entre regiões supranacionais, subnacionais e transfronteiriças.

Em uma outra chave mais próxima da economia regional, Costa Lima (2011) esclarece que o problema da definição da abrangência territorial de uma região deve privilegiar a articulação de atores sociais, políticos e econômicos, e não somente aspectos histórico-culturais, apesar das implicações econômicas. O sucesso nessa articulação é fundamental para que as regiões se tornem sociais e politicamente relevantes, não sendo apenas objeto passivo para ações concebidas e implementadas “de fora para dentro” e “de cima para baixo”.

1.2 A ANÁLISE COMPARATIVA DAS REALIDADES PARECIDAS DAS FRONTEIRAS BELIZE-MÉXICO E BRASIL-GUYANA

Um estudo comparativo serve na instância em que existem dois casos ou circunstâncias apresentando uma base de equivalência lógica, o suficiente para estabelecer características comuns. Esse tipo de método é ainda mais útil no estudo em que os casos não fazem parte de um grande grupo controlado, ou seja, os casos são relativamente peculiares em

⁴ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

suas características. O motivo acadêmico neste caso é de analisar e estabelecer um certo padrão de comportamento em termos de políticas públicas em relação aos espaços fronteiriços de quatro países. Esse comportamento pode ser entendido no contexto de processos históricos de desenvolvimento dos países, correntes de comportamento das regiões e os blocos internacionais aos quais os países são atribuídos, e as suas localizações na hierarquia de poder internacional e regional.

De acordo com Katzenstein (1995), surgindo após a bipolaridade, o novo regionalismo do mundo cria processos locais de mobilização e desmobilização, induzidos internacionalmente e regionalmente ao redor de disputas políticas de poder, mercados, e identidades. Essa dinâmica abre espaço nas ciências sociais, isto é, para estudos comparativos políticos e relações internacionais, para o estudo de processos e novas realidades regionais como existem nas Américas, e as sub-regiões do Caribe, América Central e América do Sul.

Aqui as zonas fronteiriças são estudadas no contexto de um país pequeno, fazendo fronteira com um estado periférico de um país maior; Belize com o estado de Quintana Roo (México) e a Guyana com o estado de Roraima (Brasil). Além de espaço físico essas comunidades abrigam uma população significativa; suas vidas cotidianas afetadas pelas pontes e o fluxo de pessoas que passam pelas suas comunidades das cidades-gêmeas. Existe, portanto nesses pontos de contato, um certo padrão de interações entre países Latinos e Caribenhos na questão de zonas fronteiriças a serem analisados.

As fronteiras bilaterais entre esses quatro Estados-nação apresentam um quadro de semelhanças profunda que desperta interesse, devido à história colonial na Amazônia e no Caribe de duas tradições distintas: dos latinos, e dos britânicos. Hoje em dia, apesar da distância, os estados-nação plenamente autodeterminantes exibem similaridades em suas relações entre si através da divisão histórico - cultural. Em seguida seria realizada uma análise das características que unem esses países, e também as diferenças que os distinguem um do outro.

1.2.1 México e Brasil

Dependendo do contexto e de quem fala, o Brasil se encaixa nitidamente com o resto da América Latina, ou seja, com os países espanhóis do continente como um país latino; ou o Brasil teria que ser considerado como diferente e separado; outro do mundo espanhol que lhe cerca. Costa (2004) expressa o dilema de identidade e ao mesmo tempo essa diferença da

seguinte forma. “Nós - o Brasil - somos a América Portuguesa posta diante de uma dualidade clara que contrapõe a América espanhola à América inglesa.” (COSTA, 2004, p. 205).

Porém, outros autores salientam semelhanças entre o que fora dito por Costa sobre América espanhola e a América portuguesa. Nisso, podemos observar a inserção inquestionável do Brasil na América Latina, e portanto deduzir a realidade parecida entre o Brasil e o México percorrendo circuitos parecidos rumo à modernização e asserção no palco global.

Rodrigues (2011), identifica certos aspetos equivalentes de importância dos estados-nação americanos, sendo que foram colônias ibéricas e obtiveram suas independências no mesmo período; situam-se em níveis similares de desenvolvimento; apresentam elevados índices de desigualdade social; têm um significativo contingente de população indígena e apresentam grande diversidade geográfica. Rodrigues (2011) acrescenta que há um movimento narrativo expresso na história de todas as nações ibero-americanas, que consolidaram-se a partir da expansão colonial europeia, a posterior afirmação da nação e do estado e a subsequente integração na modernidade.

Cabral (2004), conceitualiza o Brasil como um superestado meridional, de feição cultural plenamente latina. Almeida (2011) continua que é indiscutível que somos, brasileiros, latino-americanos, partes de processos chamados blocos econômicos, numa resposta ou consequência da lógica globalizante. Bossi (2004) afirma a existência de uma base de similitudes construída a partir da natureza americana, a cultura nativa, as formas de produção e de distribuição das riquezas, as instituições coloniais e as lutas precedentes de resistência dos índios, negros e mestiços. Os países possuem uma tradição religiosa católica e perpassaram por processos similares de educação. Existe uma forte estratificação das classes nas sociedades. Abaixo segue uma relação em lista não exaustiva das similaridades e diferenças entre Brasil e México. Foi elaborado de forma generalizada para demonstrar gráficamente as unidades de comparação selecionadas.

BRASIL/MÉXICO	
Similaridades	Diferenças
A. Economia dominado por Recursos Naturais	O. Independência pela guerra
B. Dois maiores PIBs da América Latina	P. Dia do Fico
C. grande peso populacional	Q. Dez fronteiras internacionais
D. Cultura Iberoamericana	R. Mexico tem 3 sendo um com os EUA
E. Relação população:território similar	S. Articuladores de integração regional
F. Fronteiras consolidadas	T. Língua oficial é Português
G. Processos similares de educação	U. Preocupação com fronteira com Os EUA
H. problemas estruturais socioeconômicas similares	V. Parte da NAFTA
I. Grande legado indígena	W. Tráfico de Pessoas rumo aos EUA
J. Católicos	
K. Disposição similar quanto os vizinhos menos desenvolvidos	
L. Projeção internacional	
M. Visão instrumental de infra-estrutura como fundamental para integração e desenvolvimento	
N. História de industrialização estatal e certo nível de protecionismo	

Tabela 1: Similaridades e Diferenças contextuais entre Brasil e México

Fonte: Elaboração própria. Sintetiza a contextualização comparada do Brasil e México

Economicamente, em 2013 México teve um Produto Interno Bruto (PIB) de USD1.3 trilhões (FMI, 2014), enquanto que o Brasil teve um PIB de USD 2.4 trilhões (FMI, 2014). México e Brasil são as maiores economias da América Latina, seguindo o modelo de desenvolvimento com papel forte do estado, sendo esse o motor principal. Desde a época de colonização, as economias da América Latina evoluíram dominadas pela exploração de recursos naturais, passando por uma fase de industrialização liderada pelo estado. A trajetória “moderna” das sub-regiões latino-americanas está diretamente vinculada à formação sócio-econômica de seus países, que desde a origem estiveram inseridos no capitalismo, a princípio mercantil, e posteriormente industrial (COSTA LIMA, 2011).

O autor também posiciona que:

[...] um dos traços mais constantes do desenvolvimento da economia latino-americana é sua crescente heterogeneidade espacial. Áreas de intenso dinamismo estão consolidando suas posições (grande Buenos Aires, São Paulo, Santiago) enquanto outras não alcançam a sinergia necessária para superar o atraso (Nordeste brasileiro, Chaco argentino, sul do México entre outras).

Em outras palavras, essa concentração de desenvolvimento em zonas de urbanização ao prejuízo das periferias, indica que a lógica capitalista seja inadequada para resolver os problemas do continente. (Costa Lima 2011, p. 31) esclarece que:

[...] essas regiões, como a Amazônia, estão isoladas dos centros nacionais de seus respectivos Estados, têm carência de redes de transporte e de comunicação, além de dimensões políticas e econômicas pouco representativas. Na ausência de instituições capazes de gerar sinergias junto aos vizinhos, a cooperação entre países em regiões de fronteira tem sido feita informalmente e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços.

Esse discurso corrobora a ideia de que o sul do México e o norte amazônico do Brasil se juntam na mesma problemática de periferia, fora de eixos tradicionais de industrialização, faltando em condições econômicas para superar o consequente atraso, e também são fronteiriços. Posto de uma forma simplificada, tradicionalmente não são focos de atenção para desenvolvimento, como os centros urbanos.

O sul do México, apesar de ser periférico, localiza-se na frente do processo de movimento de migrantes da América Central, rumo aos EUA. A questão dos migrantes irregulares tem alcançado a proporções inesperadas, com pessoas de outras nacionalidades transitando pelo México clandestinamente para chegar aos EUA, através da fronteira terrestre. Essa realidade traz uma lista dinâmica de conseqüências, inclusive os maus tratos e marginalização desses migrantes, colocando-os em situações precárias e até perigosas fora do seus países. Similarmente, existe no Norte do Brasil, na sistemática do avanço do capital e dos projetos imperialistas e de construção de soberanias no qual somos partícipes, criamos uma periferia da periferia, trazendo e tratando vizinhos como bandidos, marginais e preguiçosos (ALMEIDA, 2011).

Em referência aos problemas socioeconômicos estruturais, Costa Lima (2011, p. 31) faz os seguintes paralelos, “Somos uma América Latina desigual, com indicadores de renda per capita sub-regionais que têm correlatas tanto aos da Índia mais pobre quanto aos da Espanha.” As redes e sistemas metropolitanos, em toda sua diversidade, têm suas “ilhas” de competência, de excelência. A seu lado, convivem “ilhas” ignoradas - isso agrava a situação de assimetria, aprofundando a heterogeneidade espacial, e são fortes adversárias da consecução e avanço de qualquer projeto mais arrojado de integração regional.

Em uma América repleta de fronteiras ainda sob litígio, o Brasil e o México conseguiram ter as suas fronteiras consolidadas, superando definitivamente um legado problemático da época colonial e de descolonização, problema que continua a criar barreiras para as relações internacionais dentro do hemisfério. Essa consolidação permite uma projeção transfronteiriça, sem questões difíceis de delimitação pendente.

Os dois dispõem de um grande peso populacional. México tem uma população estimada de 120 milhões de pessoas (CONAPO, 2014) e o Brasil, uma população estimada de 203 milhões (IBGE; 2014), sendo os dois maiores em termos de população na América Latina. O legado indígena do México continua forte, lembrando as civilizações Asteca e Maya que povoaram o território mexicano. Por sua vez, o Brasil detém uma população significativa de indígenas. As duas sociedades não podem ser verdadeiramente entendidas sem referência à essa história e realidade contemporânea da contribuição indígena.

Do ponto de vista teórico, a maioria dos autores que trabalham os conceitos do poder regional combinam diversos elementos de relações internacionais, inclusive a visão liberal da base múltipla interna de poder, visão realista dos recursos de poder e suas aplicações, e visão construtivista da definição de papéis e estratégias (NOLTE, 2010). Quanto a questão de potências regionais, Nolte (2010) apresenta umas três medidas de avaliar se um país poderia ou não ser caracterizado como um poder regional. Além de definir a região em que o Estado atua, o autor sinaliza fatores comuns com PIB, tamanho da população, poder do exército, recursos tecnológicos, e o uso de *soft power*. Segundo, é a questão de demonstração da projeção de poder regional, e a sua atuação comparativa no plano internacional, ou seja, a percepção e aceitação da seu status como poder regional dentro da região e percepção internacional desse papel regional. Terceiro, esses fatores tem que ser entendidos numa janela temporal, qual seja que o país está vivendo um momento de autoprojeção; está aproveitando um legado de poder passado; ou está construindo uma base para atuação e projeção mais forte no futuro.

De acordo com Schoeman (2003), esse grupo com poder crescente pode ser caracterizado como os poderes médios emergentes, e inclui a África do Sul, a Índia e o Brasil. Enquanto os poderes médios tradicionais são definidos pelo seu papel internacional histórico, esses novos poderes emergentes primeiramente são poderes (ou líderes) regionais, e também poderes médio na escala global. Para uma melhor discriminação do poder emergente regional, podemos olhar para o poder sobre recursos, a autoconcepção das elites do país como líder regional, e liderança, ou seja influência política nos fóruns diplomáticos. Poderes regionais costumam inclusive combinar o poder sobre recursos à liderança.

Notle (2010) coloca que não é a toa que cada região produz, de forma quase automática um poder regional. Portanto, podemos observar quais os estados que são poderosos (no senso realista), em seus espaços econômicos, geográficos e políticos, e que tentam exercer liderança dentro desse cenário regional. De importância igual é a aceitação desse posicionamento pelos “seguidores”, ou seja, os outros países da região que ativamente ou tacitamente dão valor à essa liderança.

Observamos que como o maior e principal entre os países de tradição latina na América Central, o México assume esse papel. Igualmente, na América do Sul, o Brasil desempenha essa função, reconhecendo seu autopoicionamento, poder militar, peso populacional e emergência econômica, e reconhecimento internacional como ponto focal por sua atuação em relação aos BRICS e outros fóruns para países emergentes e de poder de negociações na América do Sul. Apesar da presença de outros países com uma atuação de importância reconhecida como Argentina e Colômbia, o Brasil goza uma posição diferenciada no mundo de negociações.

Numa extensão da teoria da transição de poder⁵, Douglas Lemke (2002) tem desenvolvido um modelo de hierarquia múltipla. Em vez de uma hierarquia só no mundo todo, a hierarquia de poder internacional consiste numa série de hierarquias paralelas em subsistemas. Esses subsistemas funcionam de acordo com a mesma lógica de hierarquia de poder, cada sistema regional e subregional têm um estado dominante acima da pirâmide de poder regional. Os subsistemas regionais e sub-regionais são subordinadas à hierarquia global. Cabe uma análise e aplicação simples dessa hierarquia múltipla na América Latina assim que as regiões e sub-regiões são identificadas.

Os Estados Unidos continuam sendo o foco de poder global, e mais assim na América Latina. Porém, essa posição dominante histórica vem sendo subordinada, enquanto outros poderes médios emergentes tentam se projetar mais, deixando uma situação de hierarquia de liderança cada vez mais fluida. Além do Brasil e México, países como Colômbia, Peru, Venezuela, Trinidad & Tobago têm assumido oportunidades de auto-projeção em liderança sobre vários assuntos em respeito às suas sub-regiões. Esse fluxo obriga o país que assume a posição de liderança a desempenhar certas funções para manter essa imagem, construindo e consolidando seu papel como poder crescente e destacando-se dos outros.

⁵ Segundo Organski (1989) a teoria de transição de poder apresenta um sistema internacional hierárquica com um poder dominante em cima, e grandes poderes, poderes médios e poderes pequenos subordinados a ele. A hierarquia reflete a distribuição de recursos de poder e é baseado nas padrões de alocação de recursos políticos e econômicos que servem o poder dominante.

Além da liderança em fóruns internacionais, onde o país como poder emergente regional é visto como representante dos interesses da sua região, o poder emergente precisa desempenhar as funções domésticas adequadas para fortificar a aceitação desse papel. É aquilo a que Nottle (2010) chama o fornecimento do bem público no contexto regional, e eis a modalidade de projeção de imagem como líder para os países dentro sua região. Dentre esses incluem a direção efetiva em organizações regionais, manutenção da segurança regional como *peacekeeper*⁶ ou pelo menos *peacemaker*⁷, e uma certa liderança em projetos regionais.

Pelo propósito desse capítulo, a projeção vista na América do Sul do Brasil, e do México na América Central servem a essas aspirações. Portanto, na tentativa de consolidação de poder nas suas respectivas esferas de influência uma disposição de projeção torna-se necessária. Aqui entra a importância de integração física como parte de projetos regionais. No caso da construção da ponte sobre o rio Tacutu pelo governo brasileiro, isso pode ser visto no contexto mais amplo da projeção fora do Brasil, em relação ao apoio e realização de obras de infraestrutura no continente sul-americano; por exemplo nos caso das obras no Peru e na Bolívia, e até a presença mais forte do setor privado brasileiro em outros países da região.

Ribas (2006) aborda a ideia da tese de cooperação necessária, quanto o ativismo do governo brasileiro em relação ao desenvolvimento da ideia política de “Brasil Potência” e sua consequente atuação e relação aos países em desenvolvimento no contexto da Guerra Fria. Há, por exemplo, o caso do envolvimento do Brasil em relação ao Suriname durante o período militar daquele país exposto por Nackle Urt (2006). Enquanto os acontecimentos no Suriname não iam afetar de forma direta e significativa a vida política do Brasil, o governo brasileiro se sentiu obrigado a intervir na situação no Suriname. O posicionamento se baseou na ideia de que seria melhor tomar conta da situação, em vez de correr o risco de um poder externo intervir em um país fronteiriço, seja os EUA, a União Soviética na época ou até a Holanda (retomando posse da sua velha colônia). Assim, o Brasil assume a responsabilidade do regulamento do seu espaço político.

Talvez no caso da Guyana, vemos uma modificação econômica da tese de Cooperação Necessária. Dado o relativo baixo nível de retornos no curto e médio prazo da ponte ligando o Brasil e a Guyana, esse projeto sinaliza o compromisso do Brasil à inserir-se em toda sua esfera política de influência para ganhar ainda mais legitimidade para seu posicionamento como líder regional.

⁶Força de manutenção de paz

⁷ Construtor de paz

Tudo dito, há uma visão instrumental de infraestrutura como ferramenta fundamental para integração e desenvolvimento. O Brasil avança essa visão através das várias instituições e mecanismos regionais em que ele desempenha o papel de protagonista principal, motivado por demanda doméstica para a integração do continente sul-americano, e um história de projeção política sobre seus vizinhos contíguos (ALMEIDA, 2011; CABRAL, 2004; COSTA LIMA, 2011). Mais do que isso, Costa (2004) faz a colocação de que a América do Sul só poderá superar seu estado corrente de ser economicamente marginal, periférica e fornecedora de matéria-prima no fundamento de integração física, além de um mercado comum, sistema de crédito para desenvolvimento, e a criação de uma moeda única. Entretanto, para ele isso só seria possível se o Brasil tomar para si esta tarefa, principalmente no financiamento da construção da infraestrutura física do subcontinente.

O Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) salienta essas aspirações brasileiras. Houve todo um processo de integração física incluindo a decisão para efetuar o IIRSA com os seguintes objetivos: i) convergência e coordenação diplomática capaz de afirmar a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas; ii) aprofundamento da convergência no Mercosul, a CAN e o Chile, em uma área de livre comércio, à qual podem aderir o Suriname e Guyana; iii) integração física, energética e de comunicações na América do Sul e impulso à iniciativa da IIRSA; iv) harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agro-alimentar; v) transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura, bem como crescente interação entre as empresas e a sociedade civil no processo. A conjuntura de atividades dentro do continente mostra pretensões abrangentes de um processo de integração, e as aspirações extensas do estabelecimento brasileiro nesse empreendimento.

As pretensões e o protagonismo do estado mexicano, e os seus esforços na realização da rodoviária Puebla-Panamá soam em tom parecido em termos de integração da América Central, através de infraestrutura física. Por conseguinte, podemos deduzir disposições similares frente os vizinhos menos desenvolvidos, como a Guyana no caso do Brasil, e Belize, no caso do México. Isto é, uma apropriação do espaço fronteiro dentro de um projeto nacional de saciar determinadas demandas domésticas econômicas e políticas, e melhorar a imagem internacional. Os projetos físicos em si não atraem grandes benefícios a curto prazo, porém representam metas atingidas, mercados abertos, e imagens melhoradas.

É neste contexto que podemos analisar a atuação do México na construção da ponte sobre o Rio Hondo, um projeto sinalizado como peça importante na rodoviária Puebla-

Panama. Essa obra é uma manifestação tangível do compromisso do México à esse projeto regional. O México não está somente postulando sobre a integração física em discursos públicos, mas mostra a vontade política e a capacidade econômica de realizar a obra.

No caso do México, esse tipo de projeto guarda ainda mais significado em luz das falhas nos seus esforços na questão de segurança regional e migração, e sua concomitante subordinação aos Estados Unidos na luta contra o narcotráfico e o crime organizado. Projetos de infraestrutura abrem um espaço útil para salvar a face e manter essa projeção em relação aos seus vizinhos ao sul.

O discurso na abertura da ponte e aduana aconteceu em solo mexicano e foi mais no contexto da modernização da rede de aduanas nacionais, isto é, uma política doméstica mexicana; e a entrega de uma peça de infraestrutura no final do mandato do Presidente Felipe Calderón. As palavras do Presidente de México na ocasião da abertura da instalação houve referências de um sentido familiar; de parceria, soberania e igualdade de países vizinhos. Esse discurso, é um fio comum e notável em relações bilaterais assimétricas. Os discursos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva do Brasil também apresentaram essas marcas retóricas em falas de uma parceria amigável, e benefícios igualitários. O Presidente Jagdeo até destacou o desempenho pessoal do Presidente Lula como ação executiva indispensável para a realização da ponte.

Essa similaridade notável nos dois casos a respeito das construções de pontes foi o desempenho pessoal dos presidentes Calderón do México e Lula do Brasil para ver a finalização das respectivas obras. Esse detalhe sinaliza que talvez a força de um executivo empenhado na realização de um projeto seja o impulso necessário de vontade política para a realização de tais obras em regiões tão distantes dos centros de poder político.

No contexto histórico, a luta para descolonização e independência é de importância evidente para a maioria dos países da América Latina. A partir da Revolução Haitiana em 1791 começou a série de revoluções resultando na independência de grande parte dos países latinos. Fernando Bossi (2004) chama os povos latinos “aqueles da Liberdade, Fraternidade e Igualdade” em que heróis como José de San Martín, Miguel Hidalgo, Simón Bolívar, Toussaint L’Ouvature, entre outros trasladaram a ideia da revolução francesa para emancipar as colônias. Nas Américas, as ideias de liberdade e igualdade fusionar-se-ão explosivamente na consciência de milhares de trabalhadores submetidos à escravidão, que verão o movimento patriótico como uma força emancipadora nacional e social (BOSSI, 2004).

O Brasil, politicamente, não participou desse processo, seguindo uma outra modalidade a partir da remoção da corte real portuguesa para o Brasil. Esse processo até

engendrou desconfiança entre os países latinos a respeito do Brasil, vendo ele como representativa da velha *status quo* da monarquia nas suas fronteiras. Até o presente momento o discurso sobre a identidade brasileira nas Américas e na América do Sul apresenta uma perplexidade incompleta. Rodrigues (2011) salienta esse ponto na sua discussão das narrativas opostas de ruptura e continuidade, em que ruptura torna-se central nas narrativas de emancipação latina, acentuando os interesses divergentes da *elite criolla* e da Coroa Espanhola, levando necessariamente às batalhas sangrentas de emancipação. Enquanto o discursos de independência brasileira apresenta imagens de lealdade do representante da metrópole para com o Brasil e de conciliação entre eles simbolizado no Dia do Fico.

Na questão das fronteiras internacionais, o Brasil compartilha dez⁸, enquanto o México compartilha três⁹. Dessas três, a dos Estados Unidos é a maior. Essa constitui uma diferença fundamental entre os dois países. Não há dúvida que o México vive à sombra dos EUA, econômica e politicamente, e sobretudo, quanto à questão de segurança e criminalidade organizada na zona fronteira norte. Existe uma preocupação nos estudos fronteiriços ao redor da fronteira EUA-México como nenhuma outra fronteira hemisférica (COSTA LIMA, 2011). Ao mesmo tempo em que, pouca atenção é prestada para as fronteiras do sul do país, desta, a de Belize é considerada a menos problemática das duas fronteiras, em comparação com os desafios da fronteira com a Guatemala.

Por outro lado, o Brasil possui uma variedade de fronteiras internacionais extensas com níveis diferentes de complexidade. Não há nada comparável com a fronteira EUA-México. Porém a tendência natural no discurso brasileiro de integração é ao Sul. Almeida (2011) menciona que o Brasil é tão acostumado a encarar o processo de integração regional brasileira olhando ao sul, que esquece de modo constante da presença de um Norte além de Manaus.

O problema do tráfico de drogas e delinquência organizada no México vem diretamente da localização deste ao sul dos EUA, mercado principal para narcóticos ilícitos e fonte de armas e munições facilmente adquiridas, tendo diversos maus efeitos na sociedade mexicana, e exacerbando problemas tradicionais de desigualdade socio-econômica, corrupção, e delinquência; além de desemprego juvenil. Acumulativamente, esses problemas recentemente têm feito com que a sociedade mexicana virasse umas das mais violentas das Américas, por conta de uma situação transnacional.

⁸ Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Guayana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela.

⁹ Belize, Estados Unidos, Guatemala.

A questão dos migrantes irregulares tem chegado a proporções inesperadas, tanto com cidadãos mexicanos indo para os EUA quanto de migrantes de várias outras nacionalidades transitando pelo México para chegar aos EUA, através das fronteiras terrestres. O Brasil em si é o destino final para a maioria de migrantes (regulares ou não) no cenário sul-americano, atraindo pessoas de diversos países da África, Haiti, Bolívia e Peru entre outros, mas nada comparados às dimensões do problema migratório enfrentado pelo México.

A respeito de geografia, os dois países são bastante diversos, porém ambos apresentam aspectos diferenciados. Em primeiro lugar, por sua localização geográfica, o México detém das quatro estações climáticas distintas, e a cordilheira montanhosa percorre do norte ao sul do país, sendo que muitas cidades possuem pela altitude condições áridas e semi-áridas, inclusive a capital, Cidade do México. No Sul, o clima é tropical. O Brasil, por sua vez, é mais plano, tropical, e há uma concentração populacional além da sua extensa costa litorânea, tendo áreas mais áridas além de zonas temporadas no sul. Recursos agrícolas e água, portanto, são diferenciados, considerando a questão de grandes fontes de água doce no Brasil.

Interessante é o autoposicionamento do Brasil como articulador de integração sul-americana visto no empenho da diplomacia brasileira em fomentar o processo de integração. Em contraste, o México não assume esse papel em relação à América Central, tendo uma certa exclusividade para suas relações bilaterais com os EUA. A ausência do México do SICA (Sistema Integrado de Centro América) ou qualquer outra instituição com foco na América Central, talvez seja testemunha dessa realidade.

O México goza de benefícios de fazer parte da NAFTA e geralmente seu posicionamento em negociações internacionais leva em consideração o vínculo da economia mexicana à economia norte-americana e naturalmente seu desempenho. Essa interdependência influencia a posição mexicana a ser muitas vezes em acordo com a dos EUA. Em contraste a realidade brasileira está fora dessa dinâmica, sendo que muitas vezes o Brasil se opõe à posição americana.

Aquino (2004) continua numa discussão sobre o então advento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e faz essas colocações em relação às necessidades nacionais econômicas brasileiras. Ele traça a incompatibilidade do projeto ALCA, com as aspirações nacionais do Brasil.

O Brasil, não beneficiaria da integração econômica da ALCA, sendo que os benefícios econômicos adviriam em grande parte para os EUA, e não para os demais países das Américas. Porém, alguns países das Américas teriam e têm um posicionamento mais à favor da ALCA, visando suas condições econômicas. Assim, o Mercosul deve ser o projeto primeiramente brasileiro, sendo incompatíveis com

ALCA. Portanto, até a realização de negociações em bloco (países do Mercosul), pressupondo a obtenção de vantagens nas negociações da ALCA, apóia-se em uma premissa falsa (Aquino, 2004, p. 255).

Até com a subseqüente inviabilização da ALCA, esse texto mostra uma divergência de interesses nacionais e regionais. Acresce ainda que os interesses econômicos do México são intrinsecamente ligados aos EUA.

1.2.2 Belize e Guyana

Todos os países pertencem à determinadas regiões. Geralmente estas regiões são geograficamente próximas ou contíguas, sendo que proximidade territorial é uma característica definitiva. Algumas regiões não são naturais, e são sim, geograficamente dispersas e constituídas por motivos históricos e políticos. Nesse sentido, Belize, além das três Guianas, mais todas as ilhas do mar do caribenho podem ser definidos como o Caribe (BULMER-THOMAS, 2013). O Caribe, portanto, pode ser definido como uma sub-região própria e esfera política de microestados autodeterminados, porém com semelhanças. Vale constatar que a palavra “regional” no conhecimento político anglo-caribenho é um termo para designar um nível político entre o nacional e o internacional.

Apesar do fato de Guyana não ter litoral no mar do Caribe e se localizar no continente sul-americano, é considerado caribenha justamente pelo fato desses processos históricos e a identidade cultural concomitante. Belize, nesse mesmo sentido, por estar afastado da “corrente de ilhas” ou Caribe insular e localizado na América Central, é considerado caribenho. Existe então, uma interligação com o resto do espaço, mais por razões históricas e políticas do que geográficas. Essa inclusão na região do Caribe, se deve aos processos de colonização europeia.

De acordo com Furtado (1980), existiam três tipos de colônias, aquelas para povoamento, segundo para exploração de recursos naturais e um terceiro grupo para fins militares. No império britânico, Guyana e Belize existiam como colônias para extração de recursos naturais. Distinto daquelas colônias estabelecidas para povoamento, como as colônias da América do Norte, Austrália e África do Sul, as economias de extração do Caribe detinham uma população europeia reduzida, suficiente para administração da colônia, e manejo das plantações e operações extrativas. Isso resultou numa relação exclusivamente de repatriação do capital para a pátria mãe. De outro lado, os países da América Latina foram sim colônias para exploração de recurso naturais, porém passaram por vários processos

proativos de povoamento, favorecendo a criação de uma elite local distinta, e a detenção de parte do capital gerado pela produtividade colonial.

Portanto, houve uma dinâmica econômica para Belize e a Guyana de laços ligados diretamente ao império britânico pelo período inteiro da colonização. Essas conexões continuam de certa forma até hoje, no comércio preponderante com países anglófonos, e mesmo com a descolonização continua uma alta valorização cultural das coisas britânicas. Essa idealização existe em todos os países da língua inglesa no Caribe, e efetivamente cria um dos aspectos mais importantes na fundamentação de identidade comum como região.

Para Paasi (1986), o estágio final (ou superior) da “construção” histórica de uma nova unidade regional, isto é a sua institucionalização, envolve quatro aspectos, os quais não necessariamente constituem “etapas” consecutivas: i) a definição da forma ou abrangência territorial; ii) a formação de uma imagem conceitual e simbólica; iii) o desenvolvimento de instituições regionais e a incorporação de existência da região às práticas e formas de organização da sociedade; iv) o estabelecimento da região como parte de um sistema de regiões, com papel administrativo definido, associada à consciência regional da comunidade.

Na base das colocações de Paasi, podemos melhor visualizar as sub-regiões da América Latina e suas sub-regiões apontando algumas instituições regionais nas Américas. A Comunidade Caribenha (Caricom) compõe-se de todos os países de língua inglesa independentes da bacia caribenha, além de Belize, Guyana, Suriname e das Bahamas. Do ponto de vista linguístico, Haiti e Suriname são os únicos fora da tradição anglófona.

Além de serem afastados do agrupamento dos países caribenhos no mar do Caribe, Belize e Guyana se encontram nas fronteiras terrestres e nas esferas de influência de duas potências, sendo México na América Central e o Brasil na América do Sul. Bulmer-Thomas (2013) salienta o fato de que Belize pertence à três regiões distintas: o Caribe, a América Central e México, esclarecendo que pelo fato do seu tamanho, e importância econômica e política para Belize, o México deve ser considerado distintamente num sentido plenamente regional. A discriminação do México nesse sentido regional aponta para o fato de que a estrutura de poder em Belize tenha acolhido mais a ideia de integração com o México, evidenciado no seu planejamento neste sentido a ser discutido abaixo. Por outro lado a Guyana se integra em duas sub-regiões, o Caribe e América do Sul. Na comparação da participação de Belize e Guyana nas instituições regionais, há uma coincidência de participação em todas, com exceção da SICA em que Belize participa e Guyana não, e da UNASUL em que Guyana está inserida, mas Belize não. Constam-se no gráfico abaixo uma relação em lista não exaustiva das similaridades e diferenças dos países caribenhos sendo

considerados. Como feito com a lista anterior, esta relação foi elaborada para auxiliar a contextualização das unidades de comparação.

BELIZE/GUYANA	
Similaridades	Diferenças
1. Emigração; Diáspora grande nos Estados Unidos; Deportações	26. Localização na América do Sul
2. CARICOM e a suas instituições paralelas	27. Localização na América Central
3. Colonização britânico	28. Furacões atinge Belize
4. País pequeno com litoral baixo e vulnerável	29. A capital de Belize foi transferida para o interior
5. Cidades principais vulnerável ao mar	30. Belize independente em 1981
6. Pontos de Transshipment de Drogas rumo ao Norte	31. Guyana independente em 1966
7. Criminalidade Urbano	32. Direção do trânsito na esquerda
8. Recém independente	33. Direção do trânsito na direita
9. Legado do sistema educacional britânica	34. Cidades fronteiriças dentro do recorte geográfico movimentadas por consumidores do país vizinho
10. Democracias parlamentares	35. Repúblicas
11. Unitário	36. População menos de 1 milhão de pessoas
12. Commonwealth	37. População menos de 500 mil de pessoas
13. Grande setor agrícola	38. História de migração de refugiados devido às guerras civis centro-americanas
14. Dependência econômica em condições fora	39. História de ocupação territorial ligada à pirataria e extração de madeira em Belize
15. Fracas economias de escala	40. dependência relativa no setor de turismo
16. Acesso tradicional aos mercados preferenciais	41. sistema bipartidário
17. Subdesenvolvidos	
18. Rede mercantil anglo-saxão	
19. Litigio territorial	
20. Diversidade étnica	
21. Únicos países anglo-caribenhos no continente	
22. Populações indígenas significantes	
23. Terras e regiões periféricas sob floresta tropical intocada	
24. Ecoturismo	
25. Desenvolvimento escassa da rede de infraestrutura	

Tabela 2: Similaridades e Diferenças contextuais entre Belize e Guyana

Fonte: Elaboração própria. Sintetiza a contextualização comparada do Belize e Guyana

Adicionalmente (como no caso do Brasil) a bipolaridade definicional do hemisfério também exclui as especificidades do Caribe. São repletas as referências oficiais para América Latina e o Caribe, ou seja uma anexação conveniente e simplificada. Organizações e gestores públicos casam esses duas regiões em discursos públicos enquanto as realidades vividas

requerem atenção específicas para efetuarem programas com sucesso. E aqui, nesse contexto localizam-se Belize e Guyana, continental e ao mesmo tempo, caribenho.

Belize é o único país que usa a língua inglesa como língua oficial na América Central, e a Guyana o único de língua inglesa na América do Sul. Com a exceção de Belize, todos os países da América Central usam a língua espanhola oficialmente. De acordo com Premdas (2002) para belizenses, eles foram bem afortunados de não terem sido colonizados pela Espanha, ou invadido pela Guatemala, os quais teriam lhes condenado a um destino similar ao estado político e econômico fracassado experimentado na história da Guatemala. Assim, Belize se define mais como caribenho-inglês do que centro-americano-espanhol. Pelo mesmo motivo Belize se sente só e isolada, criando-se uma insegurança generalizada do vizinho.

Enquanto a América do Sul é um continente mais diverso em termos linguísticos, é considerado um continente latino, devido ao uso das línguas espanholas e portuguesa do tronco latino, muitas vezes não reparando a presença das Guianas no nordeste do continente. Esse isolamento no espaço contíguo, empurra ainda mais a Guyana à manter seus velhos vínculos já estabelecidos com o mundo anglófono e sua identidade caribenha.

Há anos de independência dos países do Império Britânico; a Guyana ganhou independência no dia 26 de maio de 1966, e Belize no dia 21 de setembro de 1981. Isso marca uma história de colonização relativamente recente nesses dois países, implicando uma cultura política ainda em franco crescimento e desenvolvimento. Portanto, a tradição de diplomacia e relações bilaterais com todos os seus parceiros são igualmente novos quando comparados com as outras tradições diplomáticas da América Latina. Essa realidade resulta na continuação de um relacionamento com América Latina restrita, com mais atenção ainda voltando para as relações tradicionais com a Europa, a América do Norte, dentro do Caribe e mais recentemente com a Ásia.

Politicamente, os dois países herdaram um legado britânico de parlamentarismo, em que o parlamento é a instituição mais importante do governo e, os partidos manejam o país a partir dos seus lugares no parlamento. O partido com o maior número de assentos no parlamento ganha o direito de eleger o primeiro-ministro. Como fizeram parte do *Commonwealth of Nations*, no momento de independência a monarca da Inglaterra continuava como chefe do estado, com um governador-geral residente no território desempenhando as funções de representação da coroa. Esses sistemas também herdaram o legado de um sistema bipartidário. Os dois países são politicamente unitários, por tradição e também diminutos em seus sistemas, não necessitando portanto, de uma divisão formal e complexa federalista.

Belize continua com um sistema parlamentarário autêntico, como a maioria dos outros países do anglo-caribe. Com a passagem do tempo, e exigências peculiares na Guyana, houve várias modificações constitucionais, a mais notável sendo a transformação para uma República Cooperativista em 1970, terminando a fase de representação da coroa no papel de chefe do estado. Naquele momento o país ganhou um presidente, mas o primeiro-ministro continuou como chefe do governo. Em 1980 houve uma outra modificação dotando o Presidente com poderes executivos, criando nesse momento a essência do sistema híbrido existente até hoje na Guyana.

A herança britânica em questões de gestão política deixou uma tendência para unificação regional durante os anos do processo de independência e depois. O então *British Honduras* (hoje Belize) e *British Guiana* (hoje Guyana) fizeram parte do *British West Indies*. Naquele momento, chegando à independência, houve tentativas de união política, primeiramente com a *West Indian Federation*, isto é, um só país federal em que os líderes da época visaram uma federação com todos os territórios caribenhos, sendo unidades federais da união. Com a Federação falida em 1962, foi criada a *Caribbean Free Trade Association* (CARIFTA) antecessor da CARICOM.

Partindo da história de unificação, Guyana e Belize ainda gozam de serviços e colaboração de pelos menos vinte oito instituições e instituições associados regionais, que subsequentemente caíram abaixo do guarda-chuva da CARICOM, ou foram criados pelos auspícios da própria CARICOM. Esses incluem o *Caribbean Examinations Council* (CXC) conselho responsável pela aplicação de provas ao término do nível escolar secundário. O certificado é aceito como pré-requisito para entrada nos campi da University das Índias Ocidentais e da Universidade da Guyana, e também como qualificação aceita para emprego em toda região. The *Caribbean Disaster Emergency Response Agency* (CDERA) é responsável pela coordenação de respostas aos desastres. The *Caribbean Court of Justice* (CCJ) funciona como última corte de recurso para Belize e a Guyana entre outros países caribenhos, superando o *Privy Council* no caso de Belize, e acrescentando mais um nível judiciário no caso da Guyana.

No nível de análise sócioeconômico, os países dispõem de um alto índice de alfabetização, característica do legado britânico, mas notadamente superior quando comparado com os vizinhos na América Latina. Não obstante, esses índices de alfabetização impulsionados pela tradição e valorização de educação pela população local, não refletem em melhores condições econômicas no senso geral.

Contudo, o paradoxo experimentado por Belize e Guyana é uma taxa extremamente alta de emigração das pessoas maior especialização técnica para Inglaterra durante a década 1960 e posteriormente para América do Norte. Essa fuga empurrada pela oportunidade de melhores condições de renda no exterior, e condições econômicas e políticas difíceis dentro dos países, deixaram ambos com mais do que 50% das suas populações na diáspora. De um lado eles sofrem de uma carência de profissionais qualificadas, e de outro, recebem remessas substanciais, aliviando condições sócio-econômicas problemáticas. Emigração também acarreta o problema de deportações de pessoas com históricos criminais em diversas áreas, pressionando o sistema de segurança pública, já sobrecarregado. Em fevereiro de 2015, por exemplo, a Guyana recebeu vinte cinco deportados dos Estados Unidos (Caribbean News Desk, 2015).

Belize tem se tornado um ponto de transbordo de narcotráfico rumo aos EUA. Porém, nativos também têm-se tornados usuários de drogas, evidenciado na presença de vários *crack-heads*, nas ruas da cidade principal, contribuindo para problemas urbanos sociais e de criminalidade. Analistas argumentam que um pilar principal da economia belizense é baseado no narcotráfico devido às suas fronteiras abertas com seus vizinhos contíguos da América Central, e seu litoral extenso e a fiscalização escassa (PREMDAS, 2002). Essa crítica, sobre narcotráfico, os fatores que o possibilita, bem como seu papel na economia e as conseqüências societárias, soam verdadeiramente parecidas com a realidade guianense, frente o transbordo de drogas para América do Norte e Europa e o efeito local.

Em termos de demografia, Belize tem a menor população da América Central, e a Guyana a terceira menor depois de Guiana Francesa e Suriname na América do Sul. Belize tem uma população estimada de 349 mil de pessoas (City Population; 2014); e Guyana tem uma população estimada de 785 mil pessoas (Bureau of Statistics; 2012). Apesar do tamanho populacional, Belize e Guyana são entre os países mais heterogênicos etnicamente do Caribe. Belize é o mais diverso de todos até Trindade e Tobago, Guyana e Suriname, dispondo de oito grupos étnicos distintos: Mestiço, Creole (de herança africana), Garifuna, Maya, Chinês, Sírio-Libanês, Indianos e Mennonitas (PREMDAS, 2002). A Guyana pelos menos dispõe de seis grupos, entre eles Africanos, Ameríndios, Chineses, Europeus, Indianos e Portugueses. Inclusive, são os países caribenhos, além de Suriname, que possuem uma população significativa de Indígenas. Essas classificações étnicas são produtos da história colonial, sendo que há uma certa intercessão fisiológica entre alguns grupos, e outros por processos migratórios posteriormente inseridos no cenário demográfico atual dos dois países.

Existe uma manifestação política e partidária dessa diversidade em relação aos dois principais grupos demográficos. Em Belize, o UDP (*United Democratic Party*) é visto como o partido que recebe o grande bloco dos seus votos do grupo Creole, enquanto o PUP (*Peoples United Party*) goza do apoio em geral do grupo Mestiço. Em geral o belizense nega a influência direta de racismo no processo político, onde desde a independência tem verificado uma troca frequente de poder entre os dois partidos, independentemente de proporções demográficas. Na Guyana, tradicionalmente o PPP (*Peoples Progressive Party*) tem se derivado a grande parte do seu apoio do grupo indiano, enquanto o PNC (*Peoples National Congress*) desfruta do apoio do grupo africano. A realidade de diversidade fomenta mais dificuldades no dia a dia político da Guyana, onde o voto e a distribuição do bem-público é diretamente influenciada pela bipolaridade étnica entre os africanos e indianos.

Assim dito antes, Belize é um país pequeno e possui uma população diversa. Os creoles e os mestiços, constituem três quartos da população total, fazendo com que o país pode ser concebido como predominantemente bipolar do ponto de vista étnico, como no caso da Guyana. Até o final da segunda guerra mundial, o grupo étnico Creole era a comunidade dominante com cerca de 55% da população, mas diminuindo até 1980, constituindo ao redor de 39,7% e em 2001, menos de 30% da população. Enquanto isso, o grupo Mestiço foi gradativamente aumentando, superando a população creole, e hoje constitui-se ao redor de 50% da população (PREMDAS, 2002). Houve portanto um realinhamento dramático da demografia étnica de Belize, motivado pela confluência de fluxos migratórios opostos. Creoles, descendentes de escravos africanos trabalhadores no setor madeireiro migraram em números significativos para a América do Norte a partir dos anos 1970. Nos anos 1980 houve um influxo de imigrantes da América Central substituindo a população Creole durante esse período. O impacto resultante foi a recolocação do anteriormente dominante comunidade afro-belizense, pela população mestiça, sendo constantemente aumentada pela imigração transfronteiriça de refugiados. Houve um trauma coletivo da comunidade Creole, proporcionado pela redução veloz da ascendência, alguns reclamando-se de terem sido marginalizados, até tornaram-se vítimas de uma forma peculiar de genocídio pela substituição, segundo Hintjens¹⁰ (1991 *apud* PREMDAS, 2002).

O aspeto geográfico apresenta semelhanças marcantes com um litoral vulnerável, às montanhas florestais no interior. A floresta viabiliza um produto ecoturístico forte, aliás,

¹⁰ HINTJENS, Helen. France in the Caribbean. In: Sutton, P. e Payne A. (org.) **Europe in the Caribbean**. London: MacMillan, 1991, p. 37-70.

sendo melhor explorado no caso de Belize, que economicamente recebe 22% (BARROW, 2008) uma percentagem superior ao de seu PIB de turismo. A forma de inserção europeia durante o processo colonizador também fez com que partes significativas das populações e atividades econômicas se localizassem além do litoral em prejuízo do mar. Furacão Hattie em 1961 destruiu 70% da Cidade de Belize, o então capital, e foi motivo principal para remoção desta para o interior do país com a construção de Belmopan. Mesmo assim, a Cidade de Belize continua sendo o foco econômico e cultural do país. Na Guyana a capital de Georgetown se encontra no litoral, abaixo do nível do mar e do nível da reserva de água doce *East Demerara Water Conservancy*¹¹ (EDWC). Georgetown, como capital, é o centro político, além de ser o foco de atividades econômicas e culturais. Estudos já foram feitos para avaliar a viabilidade de transferir a capital para um local mais adequado no interior do país, baseado nas experiências de Brasília, no Brasil e Belmopan em Belize.

As duas economias mostram características comparáveis na questão de inserção no ciclo mercantil do velho império britânico. São baseados na produção agrícola, porém não conseguem chegar em economias de escala para poderem competir equitativamente no mercado livre mundial. Assim, os produtos primários sendo exportados beneficiam, e dependem de esquemas preferenciais para a entrada dos seus produtos nos mercados da Europa e América do Norte, especialmente o açúcar. O tratamento preferencial é um esquema altamente contestado e ameaçado na Organização Mundial de Comércio (OMC), nos seus procedimentos institucionais com a intenção explícita de eliminar tais preferências, em favor de um campo de jogo mais equilibrado para todos os países competirem entre si para os mercados disponíveis. Por enquanto, o setor agrícola que é de suma importância nos dois casos, continua ciente da precariedade do futuro do seu acesso preferencial aos mercados dedicados.

Economicamente, em 2013, o México teve um Produto Interno Bruto (PIB) de USD1.3 trilhões (FMI, 2014) com Belize USD1.6 bilhões (FMI, 2014). Enquanto em 2013 Brasil teve um PIB de USD 2.4 trilhões (FMI, 2014) e a Guyana de USD2.9 bilhões (FMI, 2014). Corrigindo para o tamanho das economias, são comparáveis o nível de assimetria entre os vizinhos. As parcerias de Belize são com os EUA, Reino Unido, CARICOM, e posteriormente com a China, uma dinâmica que estende para Guyana em suas parcerias comerciais.

¹¹ Reserva d'água do Leste de Demerara

Não existe um vínculo econômico formal entre o México e Belize como no caso entre Belize e o Caribe através da Caricom e Mercado e Economia Comum do Caribe (CSME). Mesmo assim, México, com uma população de mais de 100 milhões de habitantes se apresenta como mercado atrativo e parceiro forte sendo a sétima maior economia do mundo (BULMER-THOMAS, 2013). Belize inclusive importa energia do México, um insumo crítico na economia belizense. Para aproveitar a zona fronteiriça, foi criada a Zona Livre de Corozal (ZLC) por uma série de mecanismos fiscais baseado na importação de produtos de países terceiros (principalmente petróleo) para atender uma necessidade no sul do México (BULMER-THOMAS, 2013).

Atualmente, funciona especificamente para atender a demanda mexicana e de outros países, ligado à indústria de turismo. Nesse esquema, belizenses não podem fazer compras dentro da ZLC, que possibilita preços suficientemente baixos para atrair o consumidor estrangeiro, sem prejudicar os comerciantes tradicionais do país. Os mexicanos são atraídos pela oportunidade de comprar uma variedade de produtos baratos, de combustível à manufatura estrangeira barata (sendo produtos não produzidos em Belize), ou visitar os cassinos que operam nessa zona franca, dada a proibição do mesmo em território mexicano (CASTELLANOS, 2007).

As autoridades mexicanas já sinalizaram seu descontentamento com o modo de negócios na ZLC em relação à natureza sensível, quanto a política comercial mexicana, existente por exemplo, na produção de algumas mercadorias como sapatos e vestuários (BULMER-THOMAS, 2006). Mas teoricamente, existe mais a perder, com qualquer ação negativa como resposta, uma vez que existe também um fluxo de belizenses indo para as cidades de Quintana Roo, justamente para negócios e pelo atrativo turístico. A ZLC também libera um segmento do mercado belizense para comércio mexicano. Essa dinâmica beneficia o estado de Quintana Roo e não há previsão de ação punitiva contra Belize a respeito da ZLC (CASTELLANOS, 2007).

O crescente comércio de Lethem é movimentado pela comercialização de produtos piratas, em especial, de vestuário. Em cerca de 37,36% do comércio dessa cidade, o portfólio de vestuários e sapatos é predominante, transformando-se em um dos principais atrativos do comércio formiga para os brasileiros (SIMÕES, 2014). Por outro lado, torna-se também atrativa por diversificar cada vez mais o portfólio de produtos, onde atualmente são postos à venda pneus, centrais de ar, etc., neste caso, estimulado fortemente pela presença de brasileiros.

Bulmer-Thomas (2006) anota que alguns economistas estrangeiros denunciam a ZLC como artificial e capaz de desaparecer em curto prazo por causa da sua dependência total em concessões fiscais. Porém, a ZLC tem sido bem sucedida e as vendas têm crescido rapidamente. Por outro lado, essa modalidade segue uma tradição de atividades dependentes em concessões fiscais na economia belizense, lembrando que as exportações tradicionais de açúcar e banana que jamais existiam sem as tais concessões fiscais. Sendo isso o caso, os mecanismos que deixam a ZLC viável devem ser explorados pelo máximo possível.

No caso de Lethem, na Guyana, em tese existe um esquema similar, mas de forma mais espontânea e até precária. Embora haja alguns guianenses, existe uma atuação forte de comerciantes chineses e brasileiros na cidade-gêmea. Além disso, não existe nenhuma restrição em termos de acesso às lojas por compradores guianenses. A cidade não conta com nenhum hotel de luxo, e nenhum cassino para aproveitar da possibilidade desse recurso.

O sucesso da ZLC não pode ser entendido somente olhando para a dinâmica transfronteiriça entre Sta. Elena e Subteniente Lopez, mas na vinda de compradores principalmente da capital do Estado de Quintana Roo, Chetumal e outras cidades do sul do México. Percebeu-se igualmente que a dinâmica das cidades-gêmeas Bonfim - Lethem é afetada diretamente pela atuação de compradores da cidade de Boa Vista, esses sendo os principais atores (SIMÕES, 2014).

Acontece um escoamento da renda brasileira em território guyanense engendrado pelo comércio formiga de Lethem. Ademais, corrobora com esse fato, o crescente investimento brasileiro em Lethem, demonstrando que não há um efetivo interesse do empresariado em investir do lado da fronteira brasileira (SIMÕES, 2014). Dessa forma, para amortizar as perdas efetuadas pela abertura da ZLC, comerciantes tradicionais da cidade de Chetumal, estão cada vez mais se estabelecendo no lado belizense, para aproveitar da zona livre, e carga tributária liberada em relação às importações (LA JORNADA, 2006).

Enquanto a cidade de Sta. Elena e a ZLC desfrutam uma infraestrutura mais desenvolvida e políticas públicas mais proativas para aproveitar as vantagens da zona fronteiriça, há várias lições quanto a modalidade de comércio, que podem ser aplicadas em Lethem pela similaridade das circunstâncias.

Vale salientar aqui algumas diferenças notáveis, já não esboçadas acima. Belize se localiza na América Central, e a Guyana na América do Sul. Belize de frente para o mar do Caribe, enquanto a Guyana tem o seu litoral banhado pelo Atlântico. Belize dispõe das belezas de águas azuis, praias de areia fina, lugares para mergulho além do segundo maior recife marinho do mundo. Por causa de uma riqueza natural Belize dispõe de um setor

turístico bem desenvolvido, empregando até 25% da população e contribuindo até 18% do PIB (BARROW, 2008). A Guyana por razões geográficas, não dispõe dessa beleza litorânea. Seu produto turístico depende mais das florestas, savanas e cachoeiras (incluído o Kaieteur uma das maiores do mundo) da sua bacia amazônica.

Belize apresenta uma sociedade mais americanizada. Segundo Premdas (2002), a cidade americana com maior número de imigrantes belizenses é Los Angeles; costuma ter um fluxo regular de pessoas transitando entre Belize e Los Angeles por via terrestre através do México. Ficaram preservados na Guyana vários aspectos societários coloniais inclusive o jogo Cricket que continua sendo o esporte mais popular do país. A Guyana adota a mão inglesa em seu trânsito, que não ocorre em Belize. A cultura indiana também se preservou de grande maneira na Guyana, o que não aconteceu em Belize (PREMDAS, 2002).

Religiosamente, a Guyana conta com uma população significativa de hindus, muçulmanos e grupos pequenos como os rastafarianos, mas o maior grupo são cristãos predominantemente protestantes. Os hindus e a maior parte dos muçulmanos pertencem ao grupo étnico indiano. Em Belize, distinção principal, é entre os troncos do cristianismo - católicos e protestantes, e com uma paralela de mestiços geralmente católicos e os outros grupos predominantemente protestantes. Essa diferença religiosa/étnica tem sido indicado como motivo importante pelo fomento de fortes *ethnic cleavages*¹² na política guianense. Talvez, essa falta de contraste religiosa em Belize seja um fator que ameniza a tendência para política influenciada tão fortemente pela questão de etnicidade.

A localização de Belize na América Central o expõe à ameaças de desastres naturais como furacões e terremotos mais fortes, quando comparado com a Guyana que por localizar-se na Ilha das Guianas, dificilmente seria atingida por terremotos, e está fora do arco das furacões. O risco maior para Guyana é a ameaça de inundações litorâneas. Devido a destruição da Cidade de Belize em 1961 pelo furacão Hattie, a capital de Belize foi transferida para a nova cidade capital de Belmopan em 1970. Historicamente, há fortes discursos dentro da Guyana a respeito da construção de uma nova capital, porém até agora não se materializou.

Em questões sociais e demográficas, a localização de Belize na América Central, traz um conjunto de problemas não experimentados na Guyana. A fronteira com a Guatemala tem uma extensão de 266km, por onde passa um fluxo constante de imigrantes irregulares e refugiados, não somente da Guatemala, mas também de outros países de América Central,

¹² Ethnic cleavages referem-se à tendência a votação e mobilização política determinada pelos grupos étnicos presentes numa sociedade plural.

especialmente desde o início dos anos 1980, quando estes países viveram momentos de conflito civil interno. A estimativa é de que o número de imigrantes atravessando as fronteiras tenha chegado a 60 mil pessoas nos anos 1990, equivalendo de 15% a 20% da população total do país, ou seja um em cada seis pessoas, revelando-se uma das percentagens mais altas de imigrantes irregulares de qualquer país do mundo. Portanto, agregando essa realidade à disputa territorial ainda pendente, a Guatemala e os imigrantes irregulares têm emergido como preocupações persistentes no imaginário belizense, muitas vezes manifestando-se na política e nas instituições sociais (PREMDAS, 2002). Internamente, a ameaça guatemalteca encoraja os creoles-belizenses para continuar a pensar dos mestiço-belizenses e maya-belizenses, que também falam espanhol, como os britânicos pensaram deles, como representantes de uma cultura diferente e estrangeira. Segundo Bolland¹³ (2000 *apud* PREMDAS, 2002), alguns creoles sentem a necessidade que Belize permaneça predominantemente inglês, e têm receio da “latinização”.

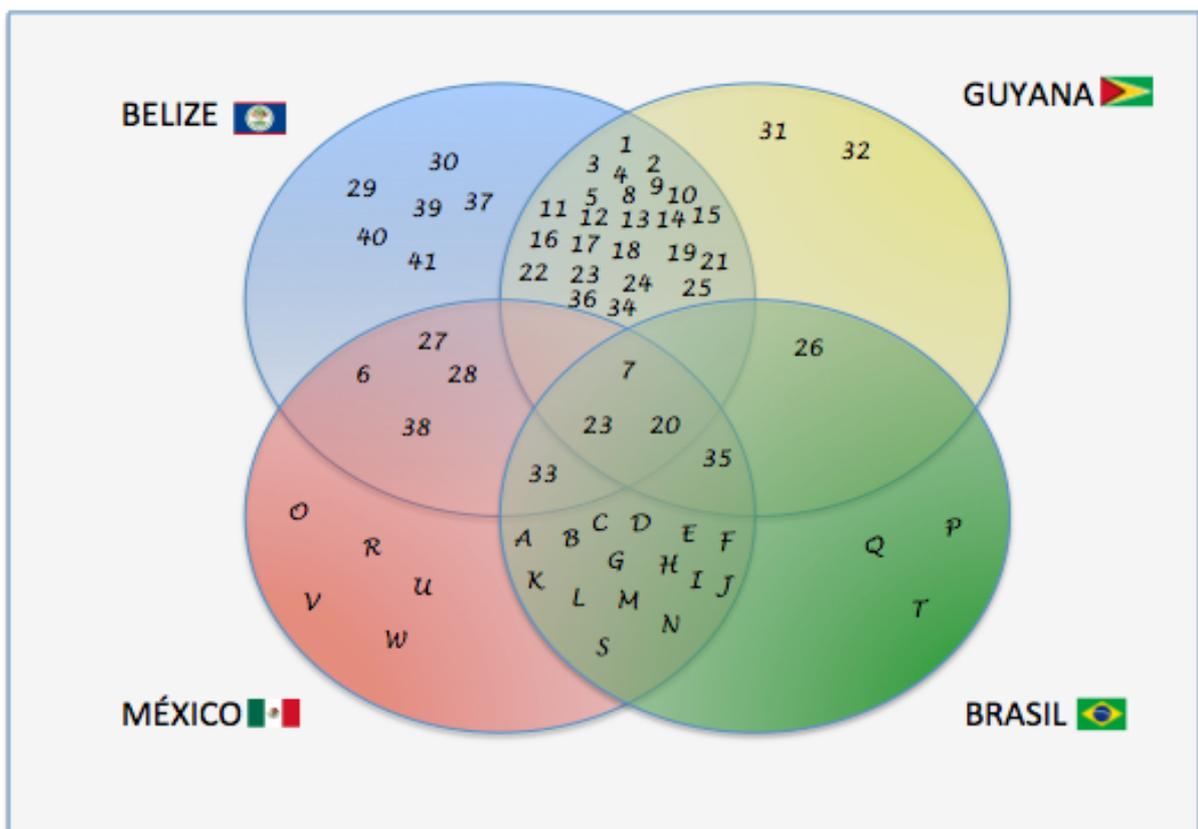


Figura 1: Diagrama Euler demonstrando relação das semelhanças e diferenças entre os países comparadas

Fonte: Elaboração própria: correlacionadas a partir da informação compilada em tabelas 1 e 2.

¹³ BOLLAND, Nigel. Ethnicity, Pluralism and Politics in Belize In: Ralph R. Premdas (org.) **Identity, Ethnicity, and Culture in the Caribbean**. Port-of-Spain: School of Continuing Studies, University of the West Indies, 2000, p. 11.

Portanto, o uso das tabelas 1 e 2 e do gráfico acima, comprovam a hipótese de que há elementos comparáveis significativos que aproximam os países em questão. Quanto mais significativa a zona de interseção, reforça-se a semelhança entre os países analisados.

1.3 AS FRONTEIRAS COMPARADAS

Em termos de demografia existe um peso populacional marcante. México é o país com maior população da América Central, enquanto Belize tem o menor, e Brasil o maior da América do Sul, e Guyana a terceira menor depois de Guiana Francesa e Suriname. México tem uma população estimada de 120 milhões (CONAPO, 2014) e Belize tem uma população estimada em 349 mil (City Population; 2014). Brasil tem uma população estimada de 203 milhões (IBGE; 2014); e Guyana tem uma população estimada de 785 mil pessoas (Bureau of Statistics; 2012). Várias cidades do estado vizinho Mexicano de Quintana Roo têm populações iguais ou maiores do que a população total de Belize.

Por Brasil e México serem países divididos em unidades federativas, suas fronteiras podem e geralmente são entendidas, não somente como limites entre dois países, mas também pela interação do país pequeno com o estado mais próximo. Portanto, os discursos apresentam a fronteira como ponto de contato não somente entre países, mas entre o estado de Quintana Roo e Belize, e o estado de Roraima e a Guyana. Naturalmente, os efeitos diretos desse ponto de contato físico (sejam positivas ou negativas) adviriam, principalmente para esses estados, e, necessariamente, precisam ser considerados independentemente como são, mas o tipo de classificação talvez seja uma maneira de apresentar uma parceria mais equilibrada. Nos dois casos, os estados de Quintana Roo, no Sudeste mexicano e Roraima, na Amazônia setentorial do Brasil, se encontram na periferia das suas respectivas federações. Essa perspectiva inclusive amortiza a visão de desequilíbrio econômico e populacional e aumenta a importância da relação bilateral para o estado fronteiriço.

A língua espanhola é amplamente utilizada na fronteira em território belizense. A Zona Livre Corozal (ZLC) - zona livre de comércio, estabelecido em 1994 no lado belizense da fronteira, serve a demanda principalmente de consumo mexicano e de outros países ligados ao setor turístico. Similarmente, a língua portuguesa é amplamente utilizada na fronteira em território guianense, dificultando a identificação de nacionalidade pela língua. As lojas da cidade de Lethem na Guyana servem quase exclusivamente a demanda de consumo brasileiro.

As condições socioeconômicas reveladas por Premdas (2002) indica alguns dos motivos pelo sucesso relativo da ZLC quando comparado com a cidade de Lethem. Os distritos de Corozal e Orange Walk no Norte do país, distritos que fazem fronteira com México, são predominantemente povoados por Mestiços, um grupo étnico inteiramente belizense, mas com fortes laços históricos com o sul do México. Devido à ascendência socioeconômica e política desse grupo no país, políticas públicas favoráveis para o estabelecimento da ZLC, concederam-se com maior facilidade do que no caso da Lethem. Adicionalmente, o Mestiço já é um grupo de condições econômicas relativamente elevadas, sendo que o Norte de Belize já era mais desenvolvido e dispunha de condições favoráveis para implantação da ZLC. Além disso, a fronteira México - Belize é geograficamente mais próxima ao centro populacional principal da Cidade de Belize, do que a proximidade geográfica da fronteira Brasil-Guyana à Georgetown, criando uma articulação mais fluída entre esses espaços, e deixando a realidade fronteiriça mais presente nas mentes dos gestores em Belize

A visão governamental nos dois países diferencia-se em relação ao seus vizinhos maiores talvez pelo fato também de que Belize seja um país com setor turístico mais desenvolvido enquanto, na Guyana, os setores agrícolas e extrativistas ainda predominam. Assim a chegada do mexicano é vista como benefício para um elemento do setor turístico organizado para atraí-lo. Enquanto na Guyana, na ausência de um setor turístico desenvolvido, a chegada do brasileiro é vista pela posição de competição de acesso aos recursos naturais e exploração de tais. Essa visão, dificulta a implementação de novas políticas para atrair ainda mais brasileiro para Guyana. Junto a isso, Almeida (2011) coloca que a relação Brasil-Guyana não se materializa pela falta de um projeto político claro, comum aos dois países. A fragilidade e a não-complementariedade das economias, a falta de políticas comuns, e a instabilidade política predominante na região.

Costa Lima (2011) destacou que sub-regiões das Américas passaram por processos econômicos de serem, inicialmente, terras de exploração de recursos naturais, seguindo para uma fase de industrialização. Pode-se deduzir que ele está referindo-se aos países latinos em seus vários espaços no hemisfério. Isso deixa espaço para a inserção da diferencialização dos países anglo-caribenhos, os quais com poucas exceções pularam a fase de industrialização e foram diretamente para uma modalidade quase exclusiva de atividade econômica do setor de serviços, pelo fato que eles não conseguem atingir economias de escala.

Foi construída uma ponte através do rio Hondo pelo Exército mexicano em 2007, inaugurada em 2013. Um contratempo significativo no processo foi a demora na construção

da estrada ligando a ponte com a cidade belizense mais próxima. Isso foi completado pelo governo mexicano através de Exército em 2013. No caso da fronteira Brasil - Guyana, a ponte sobre o rio Tacutu e uma extensão de estrada sim foi construída pelo Exército brasileiro, porém a cidade de Lethem está localizada mais próxima à ponte.

Pelo ponto de vista dos governantes as aberturas das pontes foram momentos marcantes nas relações entre os países; momentos que prometeram muito: para melhorar as interações dos lados políticos, culturais e principalmente econômicos, tendo em vista a possibilidade de um desenvolvimento mais robusto do fluxo entre os países parceiros.

Belize e México compartilham uma zona de Tríplice Fronteira em América Central com a Guatemala, em que há uma área de litígio de metade do território belizense, no sul do país. Brasil e a Guyana compartilham uma zona de Tríplice Fronteira na América do Sul com a Venezuela, em que há uma área de litígio de dois terços do território guianense, no oeste do país reivindicado pela Venezuela. Essas disputas territoriais pesaram fortemente e marcaram a diplomacia inicial dos dois países recém-independentes. Tanto a disputa territorial entre Guyana e a Venezuela como a da Guatemala e Belize, podem ser vistas como ativadas pela descolonização britânica. Sem condições de contestar a Inglaterra com sucesso, Venezuela e Guatemala usaram os momentos de independência dos dois países para registrar suas disputas (DOMÍNGUEZ, 2003).

Historicamente, o Brasil e o México têm desempenhado a função de *peacemaker* nessas duas disputas. México tem mantido as relações amigáveis apesar do posicionamento em favor da Guatemala na questão da disputa fronteira, principalmente por questões da presença prolongada do exército britânico para assegurar a posição de Belize. Mesmo assim, é visto como país diplomaticamente amigável (BULMER-THOMAS, 2013). De forma similar, a Guyana tem percebido o Brasil como ponto de referência na integridade da sua fronteira com Venezuela, o Brasil sendo um contrabalanço estabilizador no continente em respeito à Venezuela.

CAPÍTULO 2

2. ELEMENTOS RELEVANTES DE APROXIMAÇÃO NAS TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS PAÍSES ENTRE SI

Este capítulo parte para uma discussão do contexto histórico que antecedeu a construção das pontes. Discute-se o elemento cultural como fundamental para um entendimento das considerações que permeiam as interações entre países denominados como latinos e anglo-caribenhos. Logo depois, analisam-se elementos econômicos e securitários de forma temporal, ou seja do período da independência dos países caribenhos sendo analisados até o momento da construção das pontes, em que se observe um movimento que parte do desconhecimento mútuo para o interesse mútuo. Percebe-se que a postura dos países em cada momento histórico foi influenciada por fatores externos às relações bilaterais. Ademais, percebe-se uma transição de preocupações de segurança nos anos iniciais das relações bilaterais para preocupações econômicas.

2. 1 IDENTIDADE DUPLA - O CARIBENHO CONTINENTAL

Os dois países caribenhos em análise possuem a distinção de ser os únicos de língua inglesa e cultura caribenha nos respectivos entornos continentais, sendo Belize na América Central e Guyana na América do Sul. Logo, o fato de serem países continentais dão a eles características plenamente continentais, a serem discutidas, que não existem nos territórios do mar Caribe.

Historicamente, a existência separada tem sido a situação dos países anglófonos do Caribe (INSANALLY, 2014, p. 119). A Caricom¹⁴ não tem desfrutado fortes articulações colaborativas com países da América Latina em geral e com Brasil em particular. Entre as várias razões pautadas por Kirton (2006), ele destaca que o impacto de bilateralismo colonial constrangeu a emergência de relações fortes entre países do Caribe anglófono e seus vizinhos hispânicos e lusófonos. Além disso, argumentos como diferenças linguísticas, níveis de desenvolvimento, em tamanho físico e populacional, dotação de recursos naturais e a presença e persistência de fortes influências culturais externas têm sido ressaltadas (KIRTON, 2006).

¹⁴ Distingue-se Caricom como movimento político que historicamente advoga pelos interesses dos países independentes do caribe-anglófono em bloco. Assim, seu uso conceitual nesse contexto é adequado para descrever esse grupo de países em conjunto. Se disser Caribe, poderiam ser incluídos países hispano-antilhanos como Cuba e a República Dominicana e territórios não independentes, e poderiam ser excluídos territórios que não são ilhas do Caribe, mas que compartilham todas as características dos países caribenhos, que é justamente o caso de Belize e da Guyana.

Mills e Lewis (1982) observam que relações políticas e econômicas dos países anglo-caribenhos com a Europa durante demasiado tempo, a dependência extrema nessas relações para sua viabilidade econômica e o impacto cultural e educacional procedente dessa relação não dispuseram os povos desses países a se pensar sendo parte da zona continental americana. Os colonizadores introduziram um alto nível de fragmentação política e econômica, que efetivamente afastou o Caribe de si mesmo e da América Latina e o inclinou para o continente europeu.

Com a acessão para independência dos países caribenhos a partir dos anos 1960, houve os primeiros passos cautelosos para abrir o Caribe anglófono para seus vizinhos latinos, no meio de suspicazes e desconfiança mútua, visto as tendências esquerdistas entre alguns políticos caribenhos e a preocupação entre eles (independente de alinhamento ideológico) de uma ameaça de recolonização pelas potências pseudoimperialistas da América Latina (WILLIAMS, 1975). Nessa nova fase, porém, sendo novatos no sistema hemisférico de relações internacionais e em grande medida ainda abaixo de protetorado britânico, o Caribe nem sequer destacou na hierarquia de preocupações dos principais países da América Latina e agravou o constrangimento da emergência de uma sólida relação entre as duas regiões (LEWIS, 1984).

Maira (1983) acrescenta que a Caricom e América Latina pareciam constituir dois mundos separados, que não notaram um do outro a despeito da sua proximidade. Separadamente, organizaram suas existências nacionais, tendo como corredor uma relação presencial com os países que cumpriam antigamente a função hegemônica a respeito deles.

Kirton (2006) posiciona que no cenário contemporâneo três dificuldades a respeito de aproximação com a América Latina. Primeiro, algumas preocupações permanecem entre os atores políticos da Caricom frente os esforços para avançar a aproximação com América Latina e Brasil em particular. Naturalmente, isso tende a frustrar a implementação de qualquer iniciativa. Há uma percepção nos estados da Caricom de que os principais atores latino-americanos demonstram pouco atenção e respeito pelas preocupações geopolíticas dos estados pequenos da região.

Além disso, há argumentos avançados que a ampliação de relações com América Latina comprometerão a consolidação de uma identidade Caricom e deixarão as influências culturais da América Latina dominar os estados pequenos da região. E terceiro, existe a percepção que mais envolvimento brasileiro na região poderia esmagar a solidariedade e iniciativa da Caricom e acarretar uma nova forma de dependência (KIRTON, 2006).

No entanto, Jackson (2003) analisou que o Brasil, do momento da independência da Guyana, deu indicações do seu desejo para boas relações, logo em seguida as relações foram formalizada com a abertura de embaixadas. Porém, a decisão para estabelecer uma embaixada da Guyana no Brasil atraiu a crítica do então partido de oposição que proclamou entre outras coisas que o governo estava “alinhando a Guyana com regimes reacionários” e que a com nomeações diplomáticas para Brasil, testemunhamos os piores aspetos de “*Latin-Americanisation*¹⁵” da nossa própria política e cultura”. (Peoples Progressive Party. Apud JACKSON, 2003, p. 40).

Entendemos essa crítica em duas luzes: primeiro, na tendência de um partido de oposição de opor, pelo motivo único de fazer oposição às políticas do governo; e em segundo plano pelo situação ideológica do país na época em que o PPP assumiu uma linha socialista aberta e o Brasil era governado por um regime militar conservador. Em 1972, o PPP novamente criticou a aproximação com o Brasil dizendo que “a despeito do conselho, ao contrário, o governo do Burnham tem se aproximado ainda mais com o governo fascista brasileira.” As relações tornaram-se tão próximas que o governo guianense manda militares guianenses para treinamento (Peoples Progressive Party apud JACKSON, 2003, p. 42).

Acreditamos que apesar dos elementos opositoristas e ideológicos nesses discursos, fica claro a apreensão em determinados corredores políticos ao aprofundamento de relações com Brasil. O momento político dos anos 1970 demonstra essa complexidade de relações com o Brasil, vantajosos por um lado (no nível de segurança) por serem com um poder regional capaz de manter a paz nas suas fronteiras, mas em certa medida indesejáveis (no nível político), por serem com um país ideologicamente em outra linha e muitas vezes maior. Pensado a questão de soberania efetiva, (Erisman 2003, Nkrumah, 1974) tão popular na formação política dos países caribenhos do tempo, existe um forte desincentivo na governança do país em aproximar-se mais nas relações com o Brasil para além do que necessário, para sustentar as imperativas de integridade territorial.

Diz-se que desde que a Guyana cavalga o Caribe e América do Sul ao mesmo tempo e é abençoada por um destino misto; de ilhéu caribenho e de continental (INSANALLY, 2014). Quando observamos a sua trajetória de relações internacionais, por circunstâncias históricas e escolhas políticas, a Guyana se insere mais no contexto anglo-caribenho do que na América do Sul.

¹⁵ Latino-americanização

Não obstante, a localização no continente sul-americano da Guyana (além do Suriname) tem providenciado relativamente bons relacionamentos com o Brasil (THORBURN, 2006), uma situação notadamente diferente do engajamento limitado que tem se refletido a relação Caribe-América Latina. Por mais a sua participação em fóruns como os da OEA, CELAC, BID, SELA dentre outros, proporcionou o alicerce para um melhor entendimento e apreciação do comportamento diplomático de estados latino-americanos como Brasil (KIRTON, 2006).

Belize, por sua parte, é um país pequeno na península Yucatán da América Central. Uma mistura de localização geográfica e uma história peculiar de colonização britânica tem deixado para Belize uma identidade única na América Latina: de ser o único país anglófono na América Central. Permaneceu isolado das guerras civis que atingiram seus vizinhos durante os Séculos XIX e XX, mas experimentou uma migração de refugiados devido aos conflitos. Assim, adquiriu características notadamente hispano-centro-americanas ao decorrer da sua história. Enquanto isso, manteve uma cultura anglo-caribenha devido às ligações coloniais. Por mais, a posição diplomata tem sido um de periférica e de afastamento físico dos seus mais próximos (BELIZE, 2004).

Bulmer-Thomas (2013) identifica *três* regiões a qual Belize pertence: América Central, México¹⁶ e o Caribe. Interessantemente, Bulmer-Thomas (2013) relata que entre as regiões mais próximos Belize primeiramente estabeleceu relações fortes com os países da América Central, a partir da primeira metade do Século XIX, na base de comércio entreposto, ou seja, as importações da América Central de manufaturados, principalmente de origem britânica, chegaram ao porto em Belize e foram encaminhados por empresários até seu destino final. As exportações da América Central para o Reino Unido e os Estados Unidos passaram também por Belize. Até 1850, esse tipo de reexportação constou 60% das exportações belizenses. Declinou durante a segunda metade do século XIX com investimento em portos na América Central e a construção da ferrovia panamenha em 1855. A disputa Anglo-Guatemalteca sobre os limites de Belize comprometeu ainda mais os esforços para integração do Belize com América Central e aprofundou seu isolamento. Entretanto, esse tipo de comércio não desapareceu. Um comércio próspero floresceu entre Belize e México. A reexportação consistiu em manufaturados britânicos, por mais em alimentações para madeireiros belizenses trabalhando no lado mexicano da fronteira. Floresceu durante esse

¹⁶ Considera-se México uma região própria a que Belize “pertence” nesse contexto baseado no seu tamanho, importância para Belize naquela zona geopolítica, apesar da identificação como norteamericano e não centro-americano.

período também um forte fluxo de armas para protagonistas da civil Guerra das Castas (1847-1901) (BULMER-THOMAS 2013).

Apesar de ser historicamente distante, esses relatos amostram que o comércio prosperou na base de reexportação de produtos em que Belize funcionou como um espécie de ponte comercial entre América Central e México por um lado, dando acesso à esses para as mercadorias e os mercados do Reino Unido e os Estados Unidos por outro lado.

Bulmer-Thomas (2013) acrescenta que mesmo na ausência de infraestrutura, a engenhosidade dos construtores de barcos possibilitou o comércio pelas águas rasas litorâneas e os rios pequenos característicos da região. Além disso, os comerciantes locais conseguiram isenções de determinadas restrições coloniais para facilitar as interações comerciais com os espanhóis ao seu redor. Esse comércio foi fruto de uma oportunidade possibilitada exclusivamente pela localização geográfica inclusive apresentando uma contradição da lógica de produção de matéria prima para exportação predominante no resto do Caribe da época.

Em relação às relações com o Caribe, Bulmer-Thomas (2013) descreve as ligações como “políticas e emocionais”, na ausência de uma história de comércio intraregional. No Século XX, a disputa territorial praticamente eliminou a possibilidade de aproximação com os países da América Central e complicou as relações com o vizinho para o Norte. Nesse contexto, o governo belizense não teve outra alternativa senão promover integração com o Caribe, especificamente os do *British West Indies*¹⁷. Essa articulação chegou a ter mais importância na busca belizense para parcerias geográfica e ideologicamente próximas para apoiar sua independência. Belize nunca fez parte da *West Indian Federation*¹⁸ (1958-62) nem aderiu a Área de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), mas aderiu ao seu sucessor Caricom, logo depois da sua formação em 1973 (BULMER-THOMAS 2013).

Belize sabia que poderia contar com o apoio incondicional e comprometido das ex-colônias britânicas no Caribe, novas nas seus próprios processos de descolonização. Enquanto isso, existia ainda e uma certa ambiguidade na posição diplomática mexicana. Esse apoio certamente materializou (BULMER-THOMAS 2013; JACKSON, 2003) e foi crucial para que Belize ganhasse sua independência em 1981, no meio de hostilidade da Guatemala. Assim, existe uma ligação emocional com o Caribe, derivado de um senso de obrigação política, demonstrado contemporaneamente através das relações com a Caricom (BULMER-THOMAS, 2013).

¹⁷ Índias Ocidentais Britânicas

¹⁸ Federação das Índias Ocidentais

2.2 COOPERAÇÃO BILATERAL - VIZINHO ESQUECIDO

Até o início dos anos 2000, a Guyana parecia um vizinho invisível (LINHARES, 2011). Essa frase soa similar ao que o Embaixador mexicano Urrea refere como “desconhecimento mútuo entre México e Belize”. Em relação aos países do Caribe, Kirton (2006) coloca que a despeito das semelhanças socioeconômicas, experiências históricas em comum, bem como proximidade geográfica, relações caribe-latino-americanas tem sido baseadas mais na sua natureza emergente e incipiente do que por alicerces firmes. Laura Muñoz (1995), ressalta uma disparidade de posicionamentos oficiais mexicanos em relação ao Caribe sendo um reconhecimento retórico da necessidade de uma inserção mais efetiva nessa zona de “terceira fronteira” enquanto existe um desinteresse explícito dos formuladores de política externa mexicana, pela falta de expressividade econômica dos países da bacia caribenha (MUNOZ, 1995).

A autora, traçando a historiografia mexicana em relação ao Caribe principalmente durante a época de pós independência dos países anglofalantes, retrata uma escassez na literatura nesse respeito e o fato de que maior parte da obra escrita sobre essas relações se restringe aos relatórios de funcionários do Ministério de Relações Exteriores (MRE) para seus chefes e falta um olhar acadêmica sobre o assunto. Ademais, cita a predominância de obras focado na relação México-Cuba quando se fala do Caribe no México. Assim, deve-se reforçar e estimular aos diplomatas mexicanos, para que se interessem em a relação fronteiriça e bilateral, sem ver a Belize como um lugar de castigo e esquecido (CASTELLANOS, 2007).

Castellanos (2007) ressalta que, no entanto, consciente da sua condição dual, pretende oficialmente ser a ponte entre o centro-américa e o Caribe. Acrescenta, ainda, que no jovem país, Belize, predominam as influências britânico-caribenhas e as “hispano”-mexicanas ou centro-americano-mexicanas. Esta última, ademais da sua posição geográfica, no istmo centro-americano é o que mais acerca seus vizinhos e que facilita ao México ter um papel importante e influente na população e o governo, sobre tudo com ao idioma espanhol.

Apesar de o México ser o segundo sócio comercial de Belize, o alcance geográfico do intercâmbio se limita, em grande medida, à cidade de Chetumal. O potencial não tem sido aproveitado ao máximo. Ainda se carece de um instrumento que regule a relação comercial bilateral (BULMER-THOMAS, 2013; URREA, 2000).

De forma similar, o alcance do intercâmbio entre Guyana e o Brasil, se restringe ao Norte do Brasil, principalmente as cidades de Boa Vista e de certa forma Manaus. Por mais, existe uma visão de Guyana de ser um “posto difícil” entre os funcionários da MRE,

removidos para servir em Georgetown. Linhares salienta que a Guyana não era encarada, como um “nicho de oportunidade”, estando ausente da estratégia diplomática, do quadro de prioridades. Por mais levanta os seguintes obstáculos estruturais persistentes:

[...]nível de articulação com os demais países da região, transporte irregular e caro, barreira linguística, deficiente engajamento na economia de mercado e do bloco regional, reduzido volume de importações e exportações provenientes dos países do continente e baixo nível de informação sobre as potencialidades do país (LINHARES 2011).

Jonas Paloschi (2011) em seu trabalho sobre a trajetória e mudanças de rumo de integração sul-americana, contribui para a explicação do distanciamento do Brasil dos seus vizinhos, na formação econômica, política e histórica adotado pelo Brasil, de distanciamento dos colônias espanholas, francesa, holandesa e inglesa. Assim, as ligações mais próximas foram realizadas com as colônias ao sul, ficando institucionalmente isoladas aquelas ao norte.

Durante o período de pós independência da Guyana, a modalidade brasileira de aproximação pouco desviou da rotina mínima, como coloca Linhares, relações protocolares. Essas relações se restringiam a questões de segurança e cooperação multilateral. Segundo Gehre e Gomes (2013) as relações entre Brasil e Guyana avançaram no campo da segurança e defesa, mediante a modalidade da cooperação em duas vertentes da perspectiva geopolítica e geoestratégica; fortalecer a cooperação em defesa não apenas no plano bilateral, mas também em nível multilateral, manifestado contemporaneamente no âmbito das diversas instâncias da UNASUL cujo meta seja a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa bilateral e multilateral.

Não obstante, durante esse período houve trocas de visitas de presidentes e chanceleres; visitas oficiais guianenses para Brasil em 1968, 1969, 1976, 1978, 1982 e visitas brasileiras retribuídas em 1971, 1982, 1988, que resultaram na assinatura de vários acordos para reger a relação bilateral e fundamentar a base institucional para futuras colaborações.

Kirton (2006) coloca que era durante o período da segunda guerra mundial que o interesse brasileiro no Caribe e na Guyana especificamente, despertou. A presença de bases navais e aéreas na Guyana e no Caribe anglófono foi vista como uma presença norte-americana, indesejável na Amazônia, e o Brasil demonstrou uma preocupação frente à possível internacionalização da região amazônica. Porém, não foi até os anos 1970 que o Brasil reverteu sua indiferença tradicional em relação ao hemisfério e à região caribenha. Começou a influenciar uma série de iniciativas inclusive o Tratado de Cooperação Amazônica, visitas presidenciais aos países vizinhos, participação elevada na diplomacia

multilateral e uma preferência para colaboração incrementada com países do terceiro mundo (BERNARD, 1993; KIRTON, 2006).

Durante a guerra fria, assistimos a um aumento na atenção brasileira prestada à Guyana, elevada pelo seu interesse na contenção fronteiriça Guyana-Venezuela em 1970, sua preocupação com a radicalização do comportamento de política externa da Guyana, inclusive suas ligações com Cuba comunista e o bloco de estados da Europa oriental, ao redor de 1975 (KIRTON, 2006).

No início do século XXI e depois da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que houve um impulso na atividade de política externa na região e trouxe consigo também uma fase ativista no comportamento da política externa brasileira no mundo em desenvolvimento em geral e no Caribe em particular (KIRTON, 2006).

O ano 2008 marcou a celebração do 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Guyana. Na ocasião, foi realizada o encontro dos chanceleres dos países, a Ministra das Relações Exteriores da Guyana, Carolyn Rodrigues-Birkett e o Ministro Celso Amorim no Rio de Janeiro. Os chanceleres enfatizaram durante a conversa, o quão importante era o processo de colaboração entre os países baseada na melhoria da infraestrutura de transportes, particularmente, a conclusão da ponte sobre o rio Tacutu (GEHRE; GOMES, 2013).

Logo a relação entre México e Belize seguiu um rumo diferenciado considerando que a independência do último se deu somente em 1981. Portanto, a trajetória histórica das relações México-britânicos aparecem mais, inclusive pela continuidade das políticas já estabelecidas em época colonial. Ao conquistar sua independência da Espanha e com fundamento no direito de sucessão e o de possessão, México acreditou-se herdar direitos sobre a parte do território de Belize compreendida entre o rio Hondo ao norte e o rio Sibún ao sul. Mesmo que foi defendido esse direito, logo foi abandonado.

Em 8 de julho de 1893, os governos dos Estados Unidos Mexicanos e do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, assisaram o Tratado de Limites sobre *British Honduras*¹⁹, o mesmo que encontra-se em vigor até os tempos atuais (MÉXICO, 2010). Partindo daí, surge um ponto fundamental para o estabelecimento de confiança entre México e o posteriormente

¹⁹ Honduras Britânicas. Nome colonial do território de Belize

independente Belize na questão do território. A fronteira foi firmada por tratado e o México a respeita plenamente²⁰, o que não é o caso da Guatemala.

No período compreendido entre 1940 e 1958, México sustentou uma posição de defesa dos seus direitos históricos e jurídicos sobre parte do território belizense, mas a partir de 1958 modificou sua posição diante uma declaração conhecida como “*Adición Padilla Nervo*”, através do qual manifestou-se a favor de respeito ao princípio da livre determinação do povo belizense encima de seus reclamações territoriais.

Para México, de Presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940) em diante a postura oficial do governo foi afirmar a existência dos seus direitos históricos, mas reconhecendo que havia renunciado os mesmo pelo tratado de 1893. Porém, em mais de uma ocasião, os governos mexicanos reconheceram as reclamações territoriais de Guatemala e inclusive chegaram a manifestar que em caso de existir qualquer mudança no status territorial de Belize, México faria valer seus direitos (SHOMAN, 2009; TOUSSAINT 2009). Paralelamente, o México defendeu o direito de Belize à autodeterminação, à independência e à integridade territorial, sem atentar-se aos desígnios guatemaltecos, o qual resultava de suma importância no contexto das permanentes ameaças por parte de Guatemala (TOUSSAINT, 2009). De qualquer modo, México manteve o que Shoman (2009) chama de um “reclamo inativo” baseado na necessidade de proteger seus próprios interesses frente à Guatemala. Em todos os foros internacionais onde Guatemala reclamava sus direitos sobre Belize, México emitiu uma protesta.

Nos anos 1970, o presidente Luis Echeverría expressou apoio aberto às demandas guatemaltecas. Um dos seus argumentos foi a preocupação do governo de Guatemala pelo risco da penetração cubana através de um Belize independente (SHOMAN, 2009, TOUSSAINT, 2009). Shoman acrescenta que por sua parte, México temia que Guatemala se apoderara de Belize, afetando assim o balanço de poder na região ou, ainda pior, que Grã-Bretanha cederia Belize aos Estados Unidos para o estabelecimento de bases militares.

Ao final, o governo mexicano retornou à sua política de respaldo ao direito de autodeterminação do povo belizense, mas para Toussaint (2009) estas vacilações danificaram a imagem de México, tanto em Belize como em Guatemala.

²⁰ Urrea, 2000 surge que o governo mexicano considerou alguns fatores importantes para abrir mão das suas reclamações territoriais: os colonos bem estabelecidos no território, o acesso ao mar para a cidade de Chetumal e seus redores no contexto de uma bahia bem protegida pelas forças marinhas britânicas, a promessa de cessação de apoio para os combatantes na Guerra das Castas (1847-1900), e o degasto da Guerra com os Estados Unidos. Toussaint (2009) argumenta que no ato de aceitar livre acesso à bahia de Chetumal, o México abriu mão de reclamar direitos herdados da Espanha sobre esses aguas e territorios.

Congruente com sua posição e dado o movimento interno para independência no país vizinho, em outubro de 1980, México juntou-se a outros 38 países e copatrocinou o projeto de resolução sobre a independência de Belize na Quarta Comissão da Assembleia Geral da ONU (MÉXICO, 2010). México foi o primeiro país para estabelecer relações diplomáticas²¹ com Belize no mesmo dia da declaração de independência, 21 de setembro de 1981 (CASTELLANOS, 2007; MÉXICO, 2010).

Em relação à questão do *diferendo* territorial entre Belize e Guatemala, CASTELLANOS (2007) afirma que é de interesse mexicano ter uma solução pacífica; assim, articula seus esforços para tal eventualidade através da Organização de Estados Americanos (OEA). É relevante em questão de segurança para México, não somente por conta da parte física em que convergem as linhas divisoras dos três vizinhos, mas também pelas consequências que tem para a estabilidade regional. Para esse autor, a solução dependerá tanto da vontade das partes quanto da capacidade e imaginação diplomática do organismo hemisférico e do Grupo de Amigos para o *diferendo* Belize-Guatemala, ao que México pertence e exerce um papel determinante, também contribuindo financeiramente.

Em questão de contato e diálogo do alto nível, os dois países desfrutaram de uma relação bastante articulada. Logo após a independência iniciou-se uma série de visitas oficiais principalmente do Primeiro Ministro belizense para Cidade do México. Em 1982 e 1983 Primeiro-Ministro George Price visitou a capital mexicana e, em 1984, quando Primeiro-Ministro Manuel Esquivel assumiu o cargo depois de eleições, esse novo primeiro-ministro fez uma visita oficial (MÉXICO, 2010), demonstrando um apoio fundamentalmente bipartidário para uma relação bilateral estreita com México. Em 1986, fundou-se a embaixada belizense em México. Vale destacar o fato de que na época, o país só tinha embaixadas e delegações em Washington, Nova York e Londres.

Em maio de 1988, o Presidente Miguel de la Madrid fez a primeira visita de um Presidente mexicano para Belize. Em entrevista, o Presidente expressou que a sua visita manifestou um sinal do fim de colonialismo e surgimento de novas nações soberanas (MÉXICO, 2010). Houve também, diversas outras visitas do chefe de estado mexicano (ou efetivo ou eleito) para Belize em 1988, 1991, 1994, 2000 e 2007 (MÉXICO, 2010). Chefes de governo de Belize visitaram a México em outras vezes em 1988, 1993, 1995, 1999 e 2010, além de encontros proporcionados por reuniões multilaterais (MÉXICO, 2010). Essas visitas

²¹ A Grã-Bretanha, reconheceu independência de Belize, mas sendo que os dois países continuam com o mesmo chefe de estado, a rainha Elizabeth, a condição da representação britânica no país acrescentou um alto-comissionado que é o título de chefe de missão diplomática entre todos os países do Commonwealth.

parecem padrão da relação entre os dois países, entretanto revelam uma comunicação efetiva partindo do nível mais alto de contato.

Os desafios na “*pequeña*²²” fronteira sul (Belize-México) representam a oportunidade para reforçar as políticas e estratégias existentes que conduzem à boa vizinhança e a segurança fronteiriça. Para o México, tal estratégia serviria também para assegurar a integridade dos seus habitantes, particularmente da península de Yucatán, uma zona de rápida expansão econômica baseada em turismo internacional que estimula a emigração interna e acarreta tanto maior afluência e trânsito de estrangeiros, quanto a vulnerabilidade (CASTELLANOS, 2007).

Acrescenta Castellanos que o futuro de uma boa relação entre México e Belize está relacionado com sua fronteira, o qual deve ser conhecida por sua importância estratégica e sua segurança, não por ser problemática. Muito depende do maior dos vizinhos, o qual também assume riscos e responsabilidades maiores (CASTELLANOS, 2007). Acredita-se que maior atenção de México ao Belize redundaria no benefício de ter um forte aliança em relação ao autoproclamado “vínculo” entre as duas regiões (Centro América e o Caribe), que certamente serve em plano multilateral para objetivos mexicanos.

2.3 AMIGO MAIOR - O CONTRAPESO DO BRASIL E DO MÉXICO NAS CONTENÇÕES TERRITORIAIS

O fato de serem países continentais, deixaram para os dois estados litígios territoriais que ameaçaram sua integridade territorial desde os primeiros momentos de independência. Logo, o assunto de integridade territorial assume posição central no esforço diplomático dos novos países. As contenções com a Venezuela no caso da Guyana e com a Guatemala no caso do Belize, jogam uma longa sombra sobre as relações com o outro vizinho na zona de tríplice fronteira. De fato, a literatura revela que as relações com os vizinhos maiores não são de indiferença, senão, são cultivadas com objetivos relativamente restritos, principalmente a integridade territorial.

Certas considerações preponderaram na maneira em que o estado guianense se relacionou com Brasil, partindo do período de nova descolonização. Em primeiro lugar, o Brasil é o maior país com o qual a Guyana compartilha uma fronteira e é a sua maior fronteira. Em segundo lugar, a fronteira com Brasil foi demarcada no início do século XX por

²² pequena

tratado que o Brasil respeita (JACKSON, 2003; KIRTON, 2006; LINHARES, 2011), que não é o caso com a Venezuela. Cultivava-se a esperança de que a diplomacia brasileira servisse de contrapeso à pressão venezuelana (LINHARES, 2011). Em terceiro lugar, a Guyana compartilha duas trípticas fronteiras (sendo uma com Brasil e Venezuela e a outra com Brasil e Suriname) em zonas de reclamações em ambos os casos e essas fronteiras foram firmadas por tratado. E quarto lugar, o Brasil valoriza os princípios da santidade de tratados e de integridade territorial. Portanto, flui logicamente que a Guyana procurara desenvolver relações bilaterais amigáveis com Brasil.

Não obstante, vale destacar que na questão da guerra Falklands/Malvinas, Brasil como a maioria dos países latino-americanos, apoiou a Argentina, enquanto todos os estados do bloco Caricom (com a exceção da Granada) apoiaram o bloco anglo-americano (KIRTON, 2006; POLLARD, 2015). Por mais, Jackson (2003) anota os paralelos nas questões territoriais da Guyana com Venezuela, Belize com Guatemala e o Reino Unido com Argentina. Há também o interesse em manter uma só posição anglo-caribenha em todos os conflitos e correspondentemente, a dificuldade de ganhar o apoio de países latino-americanos nessas questões (POLLARD, 2015), evidenciada claramente no processo de independência de Belize (JACKSON, 2003).

Em relação à controvérsia sobre o Essequibo, o Brasil, oficialmente manifestava neutralidade. Em julho de 1968, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, José de Magalhães Pinto, emitiu um comunicado no qual afirmava a tradicional posição brasileira em relação à inviolabilidade dos tratados e ao frutífero cumprimento dos acordos internacionais. O comunicado foi lido por Georgetown como sinal de apoio (LINHARES, 2011).

Linhares (2011) anota que a aproximação com o Brasil, era vista na época como questão de segurança para conter pretensões expansionistas dos vizinhos da Guyana e não como projeto de inserção continental, assim careceu de continuidade. Marcou-se por fluxos de aproximação e de distanciamento, pontuados pela maior ou menor reivindicação venezuelana.

Nessa via por exemplo, Jackson (2003) destaca o elemento mais significativo para a administração guianense do comunicado conjunto dos ministros de relações exteriores de 1976 como a não interferência nos assuntos internos de outros estados, a interdição do uso de força, a integridade territorial dos estados e a inviolabilidade das suas fronteiras como legalmente reconhecidas por tratados e acordos internacionais, por cima de todos os outros assuntos abordados.

Assim reconhecemos que o fundamento inicial das aproximação do governo guianense para o Brasil era a questão de segurança das suas fronteiras e integridade do seu território.

Nos momentos em antecipação da expiração do protocolo de Port of Spain com a Venezuela, as relações com o Brasil (e incidentemente com a Colômbia) intensificaram marcadamente (JACKSON, 2003). Da perspectiva da Guyana, esse acontecimento não se deu aleatoriamente. Contatos de alto nível foram acelerados. O governador de Roraima visitou a Guyana e o Ministro de Saúde guianense visitou o Brasil. Em janeiro de 1985, o ministro o Chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro visitou a Guyana. Foi nessa ocasião que o acordo para a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu foi assinado. Por mais, o Presidente Burnham visitou a Brasília em outubro do mesmo ano, marcando um nível mais alto de encontro entre os países até então. Essa visita também resultou num comunicado destacando, além de assuntos com impacto na territorialidade da Guyana, a importância da integração das redes de infraestrutura dos dois países (JACKSON, 2003).

Figura 2: Cartoon que mostra a percepção do papel exercido pelo Brasil em relação ao contencioso sobre o Essequibo entre Guyana e Venezuela



Fonte: Arquivo digital do jornal Stabroek News (10 de setembro de 2015).

Chegando até os anos 1990 uma série de acordos, abrangendo uma variedade de assuntos, formaram o aparato legal construído para promover o interesse da Guyana através do desenvolvimento de relações próximos e amigáveis com Brasil (JACKSON, 2003). Além

de conotações econômicas e políticas, essas relações têm implicações de natureza de segurança. Relações com Brasil integraram um componente essencial de uma política de fronteira coerente e internamente consistente (JACKSON, 2003, p. 45). Elas também foram importantes na consolidação da identidade da Guyana como estado sul-americano sem a diminuição da seu papel como estado integrante da Caricom, ou impacto negativo seu caráter como tal.

Para Belize, a disputa territorial com a Guatemala, um contencioso deixado desde os tempos coloniais, permanece o foco principal da máquina de política externa (BELIZE, 2004). Essa prioridade certamente tem influenciado suas relações cordiais com seu vizinho ao Norte, México. Para o governo Belizense, as relações com México são extensivas e multifacetadas, na base de respeito, amizade e cooperação, que são características da fronteira compartilhada (BELIZE, 2003).

México por muito tempo se sentiu obrigado a dar apoio qualificado para Guatemala até os anos 1970 quando amenizou a posição (e apoiou a independência de Belize) (BULMER-THOMAS, 2013). México continua a apoiar os esforços para uma resolução final da disputa fronteiriça com a Guatemala através dos seu trabalho no Grupo de Amigos de Belize e Guatemala estabelecido em 7 de Fevereiro de 2003 (BELIZE, 2003).

2.4 MUDANÇAS DE TEMPOS - EM PROCURA DE NOVAS ALIANÇAS

Bulmer-Thomas (2013) traça a história de condições de comércio preferenciais originadas no sistema mercantil e prolongadas através de mecanismos como a convenção Lomé²³ e o acordo de Cotonu. Acesso privilegiado por regras coloniais garantiu acesso aos mercados europeus, com preços superiores. Os países pequenos que beneficiaram dessas regras favoráveis argumentam a necessidade delas para sua viabilidade econômica em face da falta de vantagem comparativa em qualquer produto produzido para exportação. Essa esquema além de prolongar a dependência colonial efetivamente desincentivou o comércio com países geograficamente mais próximos. Por mais, os mesmos são vistos como competidores que exportam o mesmo quadro do produtos.

²³ A entrada do Reino Unido na Comunidade Europeia (CE) obrigou a organização a adotar a convenção de Lomé em 1975. Esse deu acesso preferencial aos mercados da CE para todas as antigas e presentes colônias europeias (em grande parte britânicas ou francesas) sujeitos a um número de restrições de quota.

Os Estados Unidos, por sua parte, propuseram sua própria versão de através do Iniciativa da Bacia Caribenha (CBI) de 1982, legislativamente aprovado dentro dos Estados Unidos como o Ato de Recuperação Econômica da Bacia Caribenha (CBERA). Belize, como país independente, se tornou beneficiário e recebeu uma quota pequena depois da redistribuição da quota de açúcar da Cuba (BULMER-THOMAS, 2013). Ele argumenta que esses dois mercados em que Belize tem dependido historicamente, o Reino Unido e os Estados Unidos, pela série de regimes preferenciais não mais são promissoras porque inevitavelmente pereceram devido às ameaças à esses regimes na OMC e a emergência em esses mercados de novos acordos bilaterais com países altamente mais competitivas na suas economias de escala.

Nos momentos que marcaram que iniciou-se o processo para a ponte sobre o rio Hondo, o governo belizense, pelo seu órgão de relações exteriores apreciou um caída distinta da disposição dos Estados Unidos para com o Caribe como região. O foco norte-americano em relação ao Caribe soou distintamente em questões de promoção de democracia, mundialmente, e também em relação ao hemisfério, portanto ficando dominado pelas situações em Cuba, Haiti e Venezuela (BELIZE, 2004). Nesse cenário, países como Belize, perdem ainda mais visibilidade e são incentivados a diversificar suas relações tradicionais. Cada vez mais os assuntos de países pequenos como Belize e o resto da Caricom são trabalhados por secretários assistentes, diretores de escritórios regionais, e funcionários responsáveis de pela pasta de determinados países pequenos, enquanto o Presidente e seu gabinete trabalham assuntos para o público doméstico e o países maiores (BELIZE, 2004).

Enquanto isso, vizinho México cresce na sua relevância estratégica para Belize. Por exemplo, de acordo com o ministério de relações exteriores de Belize, na época vinte sete das embaixadas credenciadas para Belize sediaram-se na Cidade de México (BELIZE, 2003). Na área de comércio, acordos foram viabilizados para facilitar caminhoneiros belizenses transitando com mercadoria pelo México, dos Estados Unidos (BELIZE, 2003).

Linhares (2011) traça adequadamente a posição guianense em relação ao Brasil da mesma perspectiva das mudanças de condições de comércio internacional quando ele destaca a importância na perspectiva guianense sobre a relação com o gigante ao sul. A Guyana está em busca de novas oportunidades no cenário internacional com as falhas do perpétuas da Caricom. Além disso, mercados europeus garantidos preferencialmente por mecanismos como o acordo Lomé e a subsequente convenção de Cotonou inevitavelmente serão liberadas à competição internacional. Os paralelos norte-americanos da CBI e CBERA, serão igualmente irrelevantes para a produção guianense na face de da liberação do mercado norte-americano à

competição trazida pela série de bilaterais comerciais assinadas por Washington em tempos recentes.

Com o decorrer dos anos 2000, a Guyana permaneceu consciente da especialidade da sua posição e comprometido com seu efetivo respeito à Caricom (JACKSON, 2003). Más ela acredita que o momento tem chegado de olhar para além da sua vizinhança imediata e suas relações históricas com os metrópoles ao Norte, em troca para uma visão para o Sul, Leste e Oeste. O crescimento do Norte do Brasil poderá providenciar estabilidade política e oportunidade econômica para Guyana (INSANALLY, 2014).

Linhares (2011), assim, destaca que a relação se edifica atualmente mais em base econômica, diferente do passado, quando se ancorava na segurança. A Guyana busca uma inserção efetiva no cenário sul-americano e o Brasil poderia ter um papel fundamental para que isso aconteça.

A importância de infraestrutura física para a criação de uma relação mais próxima e dinâmica entre países de Caricom e América Latina não pode ser ignorada. A portão para América do Sul não é somente uma consideração política, mas uma imperativa econômica. Sem essa articulação, o poder de barganha da Guyana torna-se insuficiente para assegurar a preservação dos seus interesses e, por consequência, poderia ser marginalizada dos mais amplos benefícios associados (INSANALLY, 2014, p. 119). Ele continua que o raciocínio de tal política não é difícil de encontrar: na idade de globalização, sem o fortalecimento de regionalismo, estados pequenos serão prestes a serem arrastados pela maré da competição.

Com olhares na fronteira uma possível zona industrial de livre em Lethem forneceria um espaço para que empresas da Guyana, Caricom e Brasil montarem empreitadas na fronteira com olhos para o mercado brasileiro e sul-americano. No caso da Guyana e Suriname, esses países têm compromisso de tratado com Caricom, os quais dificultam o cumprimento pleno de obrigações para com UNASUL. Consequentemente, esses países foram cuidadosos a assegurar que a carta da UNASUL garante o princípio de “gradualismo” permitindo para eles um nível de flexibilidade para cumprir suas novas obrigações (INSANALLY, 2014).

Oportunidades e aproximações são contrabalançadas por receios duradouras entre os *policymakers*²⁴ guianenses. Nesse contexto, constatamos o aumento na cooperação viabilizada mais nitidamente na construção da ponte, mas preocupações tradicionais permanecem. A

²⁴ Decisor político

posição é detalhada nos termos mais explícitos por Juiz Duke Pollard um profissional preeminente na profissão legal na Guyana.

É importante questionar se o destino da Guyana é realmente continental, o tanto para incentivar um namoro com a UNASUL. Amarração diplomática e política com UNASUL pode isolar a Guyana na agitação de estados hispânicos, pseudo-imperialistas, os quais, no momento de aperto, são propensas à empatizar com a Venezuela, obliúios à legitimidade da soberania da Guyana com respeito ao Essequibo e a omissão interesseira da Venezuela de avançar uma disputa similar ao Essequibo brasileiro, uma área de aproximadamente 6,000 milhas quadradas cedido ao Brasil pela Britânia (POLLARD, 2015).

É difícil prever nessa fase, como esses países beneficiarão desse arranjo mais abrangente, isto é, uma expansão institucional sul-americana, ou se seria mais um passo concreto e irreversível enquanto perpetua o desconhecimento. No entanto, o potencial comercial guianense com os países da América do Sul permanece relativamente inexplorado. A construção recente da ponte sobre o rio Tacutu facilita pelo menos as ligações físicas e o transporte para o Norte do Brasil.

Com aproximadamente 200 países independentes no mundo, Belize não tem os recursos financeiros e humanos para desenvolver relações bilaterais com todos os países. Portanto, escolhas estratégicas tem que ser feitas (BELIZE, 2003). Argumentos permanecerão sobre a balança dessas escolhas. Relações multilaterais por isso, são de suma importância para Belize. Diplomacia multilateral é central para a conduta da política externa enquanto Estado pequeno. Belize, assim, participa dentro dos seus limites de recursos disponíveis, em determinadas organizações multilaterais (dentre outras a OEA, ONU, OMC, Caricom e SICA) e depende de normas e regimes globais para efetuar um nível de influência política, oportunidades econômicas e visibilidade (MURPHY, 2004). As condições de comércio de Belize com o resto do mundo são cada vez mais influenciados pela OMC por exemplo.

A regionalização do mundo também tem providenciado outras oportunidades no fazer de se inserir no cenário internacional com uma certa vantagem comparativa. Relações regionais têm crescido em importância para Belize em tempos recentes. O país reconhece que as relações regionais providenciam uma oportunidade para países pequenos como Belize articular sua alavanca na política externa (BELIZE 2003). Ressalta que a Caricom do qual Belize é um membro, tem usado seu poder de voto para garantir benefícios para seus membros em negociações hemisféricas (BELIZE, 2003). Sua parceria com o México fornece importantemente um patrocinador nos fóruns multilaterais para acrescentar voz nos assuntos mais pertinentes (MUSA, 2012).

No mundo em que multilateralismo teve valor, solidariedade em fóruns internacionais garantiu para os estados pequenos que as suas preocupações foram ouvidas. Hoje, isso não é mais suficiente. *Lobbying*²⁵, a moldagem de opinião pública e a exercício de pressão através de grupos de interesses especiais, é o que muda posições (JESSOP, 2005). Torna-se ainda mais importante o apoio de um estado “amigo” ou “patrocinador” para apoiar iniciativas no cenário multilateral.

Do ponto de vista de comércio, a integração com México foi complicada por uma ideologia de industrialização pela substituição de importações, seguida por governos mexicanos sucessivos até os anos 1980. Portanto, eliminou a possibilidade de liberação de comércio com um vizinho pequeno ao sul (BULMER-THOMAS 2013), que fez sentido nenhum na ótica da política econômica em vigor, deixando uma carência de ligações estruturais.

Atualmente, as áreas de cooperação entre México e Belize abrangem tema de saúde, educação, cultura, turismo, segurança e comércio (BELIZE, 2003). Ao destaque para o governo belizense é a parceria em questões de implementação de infraestrutura física. Um resultado visível da cooperação entre o governo de Belize e México nesse sentido foi a reabilitação do *Bliss Centre for the Performing Arts*, que se tornou um teatro moderno fundado sob o acordo de San José através do Ministério de Finanças do México e o Banco Nacional de Comércio Exterior (BANCOMEXT). Vale destacar que duas categorias de fundos são disponibilizados para os países centro-americanos beneficiados no acordo de San José. Na primeira categoria, os fundos são usados pelo países beneficiado ao seu critério. Na segunda categoria, os fundos são disponibilizados somente para projetos relacionados ao PPP (BELIZE, 2004).

Bulmer-Thomas (2013) afirma que o México é o parceiro regional mais importante de Belize. México tem uma população de mais de 100 milhões de pessoas, maior do que a população conjunta do Caribe e América Central, e futuramente poderá ser a sétima maior economia do mundo.

A promoção da ZLC (Zona de Livre Comércio de Corozal) incentivou a atividade comercial com México. A ZLC se destaca na questão da política fronteiriça belizense em relação ao México e incorpora a grande parte de atividade mais visível em relação ao consumo mexicano. Bulmer-Thomas descreve a ZLC como situado numa terra-de-ninguém,

²⁵ Atividade profissional buscar influenciar, aberta ou veladamente, decisões em favor de determinados interesses.

que caracteriza a região na zona ao sul do Rio Hondo. Mexicanos e outros não belizenses entram livremente. A oferta de produtos inclui combustível e uma variedade de mercadorias e serviços, concedendo emprego para um número de belizenses.

De modo geral, a realização da ponte forma parte de uma base mais consolidada para futuras empreitadas. Atualmente o fluxo permanece incipiente em relação ao potencial. Por enquanto, as importações belizenses do México são dominadas pela eletricidade, um insumo importante na economia belizense.

2.5 COOPERAÇÃO MULTILATERAL – REGIÃO ESTRATEGICA

Conceitualmente, América Latina foi criada por europeus em contraste à América anglo-saxônica visando ao processo de formação de identidades (PALOSCHI, 2011) e muitas vezes associada historicamente ao subdesenvolvimento; fragmentação no cenário de divisão internacional do trabalho e sujeito a industrialização retardada. A América Latina se construiu conceitualmente com origens ibéricas relegadas à periferia da economia global (FURTADO, 1980; GEHRE, 2009).

Definido assim, América Latina não é uma narrativa adequada para a emergência de uma atuação protagonista no cenário global, nem para Brasil, nem para México. Enquanto ainda vigente o conceito da América Latina, os dois países procuraram construir um novo espaço para sua projeção.

Paloschi (2011) constata que o conceito de “América do Sul” não era aplicada durante o século XX com a preferência dada a ideia de “América Latina” que reunia os países em condição de subdesenvolvimento. A primeira Reunião de Presidentes da América do Sul (2000) que lançou a IIRSA, resultou da convicção de que a contiguidade geográfica e a comunidade de valores construiriam uma agenda compartilhada de oportunidades e desafios específicos, bem como organizariam um espaço comum de prosperidade para todos os países da região (GEHRE, 2009). Paloschi (2011) avança o argumento da escolha de utilizar o conceito “América do Sul” nessa reunião de 2000 e em diante, em decorrência de uma soma de fatores.

Em primeiro lugar, a iniciativa ocorria em sequência a tratativas regionais que apontavam para a ampliação da rede de blocos, notadamente a associação de Bolívia e Chile ao Mercosul em 1996, a proposta brasileira da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), de 1997, e o acordo entre Mercosul e Comunidade Andina de 1998. Com

Suriname e Guyana presentes na OTCA, todos os países participavam de algum mecanismo regional sul-americano. Dessa forma, a região da América do Sul era vista como o próximo passo para o avanço dos mecanismos regionais, sem prejuízo para os esforços já feitos. Em segundo lugar, a integração de infraestrutura, principal proposta da cúpula, tinha como foco a vizinhança imediata e as ligações de infraestrutura física, sistemas energéticos e de comunicação, ligados em eixos de integração e desenvolvimento da dos países contíguos da IIRSA.

“América do Sul” permite que o Brasil expresse melhor seu papel como líder em um espaço propriamente definido, sem a conotação restrigente do subdesenvolvido associado com a América Latina. Burges (2009) defende a ideia de que fortaleceu a hegemonia consensual brasileira na região através do lançamento da IIRSA que serviu como fio condutor desse processo de aproximação do Brasil com os outros países sul-americanos.

Para o México, a América Central oficialmente tem sido, e é, uma região prioritária. A priorização assume suas delimitações geopolíticas no conceito de Mesoamérica²⁶. Em junho de 2001, México lançou o Plan Puebla Panamá (PPP) com o objetivo geral de criar uma zona de desenvolvimento regional com projetos comuns; assim como um eixo de articulação de esforços públicos e privados entre os países do istmos²⁷ e os nove estados do sul-sudeste do México²⁸, para promover a infraestrutura necessária que vinculara os mercados regionais e fomentara as atividades produtivas que promovem o desenvolvimento regional (ESPINOZA, 2010; PLAN PUEBLA PANAMA, 2001; SANTOS, 2007). Posteriormente, o mecanismo foi rearticulado para e estender até Colômbia²⁹, também com uma recorte dos seus objetivos para facilitar programas de integração (MARTÍ ASCENCIO, 2008). O PPP emerge sob auspícios do processo Tuxtla, amplia a integração impulsionado pela Sistema da Integração Centro-americana (SICA) e estende essa integração à toda região mesoamericana (MARTÍ ASCENCIO, 2007). Assim marca um esforço de sintetizar as iniciativas até então feitos nessa sub-região definitivamente sob liderança mexicana.

²⁶ Nota-se que os projetos políticos e econômicos de integração baseam-se no conceito da Mesoamérica elaborado por etnólogo Paul Kirchhoff. Ele define Mesoamérica como a região geográfica que estende do sul do México até regiões da Colômbia. As características comuns da história servem com base contemporânea para justificar a unificação econômica (Ascencio 2008; Paul Kirchhoff 2009 *apud* Ballina 2011; Ballina 2011).

²⁷ Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá

²⁸ Campeche, Chiapas, Guerrero, Oaxaca, Puebla, Quintana Roo, Tabasco, Veracruz e Yucatán.

²⁹ Em julho de 2006, durante la VIII Cumbre del Mecanismo de Diálogo y Concertación de Tuxtla Gutiérrez, aprovaram a incorporação de Colombia como miembro de pleno derecho do PPP (posteriormente Proyecto Mesoamérica). Colômbia participava como observador desde novembro de 2004.

Bejar (2002) posiciona que México buscou desempenhar um papel próprio no espaço centro-americano, promovendo uma rearticulação nacional ao pretender amenizar os desequilíbrio entre o norte e sul do seu país enquanto aprofundando a integração entre os países centro-americanos e México. O PPP visou a realização de grandes projetos de infraestrutura envolvendo, dentre outras coisas, a construção de rodovias, portos marítimos, redes de transmissão elétrica e de comunicações (SANTOS, 2007).

Assim nós perguntamos a seguinte questão: por que é importante essas zonas de inserção para os protagonistas, México e Brasil? Nos remete ao Foucault (1979), quando afirmou que as noções geográficas são propriamente noções jurídico-políticas e são reflexos do poder atuante, construídos durante períodos distintos com significados específicos àquele período.

Nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso fortaleceu a percepção de que “uma América do Sul forte e unida” contribuiria à paz, estabilidade e desenvolvimento do Brasil e de sua vizinhança (GEHRE, 2009). O componente amazônico na fórmula, e, contemporaneamente, a tendência para a internacionalização da Amazônia, propulsionou o Brasil a desencadear uma contraofensiva diplomática visando assumir um papel mais ativo na região para si. Entretanto, segue como constante, a dificuldade de se concretizar qualquer planejamento para a Amazônia, haja vista a distancia – e conseqüente desinteresse do setor privado – das principais regiões industriais, a baixa densidade demográfica, a questão ambiental. (PALOSCHI, 2011).

Para o México, as considerações de segurança são claras. Zonas fronteiriças são inerentemente lugares tanto de oportunidades quanto riscos, como coloca Castellanos. A fronteira Norte com os EUA joga problemas de tráfico de drogas. Por mais, as duas fronteiras do sul apresentam condições diferentes sendo a fronteira com Belize menos problemática. O incentivo para manter a paz nessa fronteira é forte. No âmbito do programa de desenvolvimento turístico Mundo Maya, assim como os esforços de México por incluir Belize nos mecanismos de cooperação da região centro-americana conhecidos como “Tuxtla”, por exemplo, se vê como pouco a pouco se normalizam as relações entre Guatemala e seu reclamado vizinho (URREA, 2000).

Figura 3: Delineamento espacial descritivo das Américas em geral até as localidades das pontes



Fonte: Elaboração própria

Agora partimos para o que eles tem feito em relação a essas regiões estratégicas com relevância ao presente trabalho. Em análise de processos de integração regional, Malamud (2002) sugere que o contraste entre as metas ambiciosas proclamadas e suas fracas concretizações institucionais não é um paradoxo, mas é um reflexo da tradição enraizada latino-americana de consagrar palavras com poucas intenções de ação.

Em relação à infraestrutura Paloschi (2011) ressalta que era um elemento contraditório. Ao mesmo tempo, o resultado representa períodos de aproximação bilateral e multilateral concreto e irreversível dos países vizinhos enquanto permanecia desconhecimento. Para ele, essa dinâmica começa a mudar a partir dos fins do século XX com a utilização da infraestrutura física justamente como mecanismo para a inserção comercial internacional e a superação conjunta das dificuldades próprias da América do Sul, baseado no pensamento cepalino de integração aberta. Representa inclusive, uma reavaliação mais ampla das relações com os vizinhos contíguos além da questão de segurança para incluir considerações econômicas.

Para Gehre e Gomes (2013), a reorganização da convivência no espaço sul-americano como uma área singular dependeu de algumas decisões táticas brasileiras inclusive a

elaboração de um esquema efetivo de aproximação regional, fortalecimento da institucionalidade regional, atualização do modelo de desenvolvimento econômico e reavaliação do lugar da Amazônia na política sul-americana.

O Brasil lançou no nível multilateral de integração da UNASUL, uma série de iniciativas comerciais e financeiras, de promoção de exportação, importação e investimentos, de coordenação política e articulação com países em desenvolvimento e emergentes que seriam sintetizadas pela chamada cooperação sul-sul (GEHRE; GOMES, 2013). Esse autor afirma ainda que Brasília assumira a conformação de parcerias, simétricas ou assimétricas, como uma ferramenta para se criar uma nova ordem internacional inclusiva em termos da democracia, direitos humanos e igualdade social.

Virando para a relação México-Belize, a expressividade em contato no nível executivo mostra uma importância delegada à relação bilateral pelos dois países e tem resultados visíveis em diversas áreas de cooperação-funcional em áreas como educação, saúde, segurança transfronteiriça e turismo. Entre os mecanismos operativos existem a Subcomissão de assuntos econômicos, comerciais e financeiros; o Acordo de Facilitação Aduaneira; o Acordo Marco de Cooperação Fazendeira-Financeira; um Convênio para o Abastecimento de Energia Elétrica (URREA, 2000). A assistência técnica desempenha um papel importante na relação, com um protagonismo mexicano resultado do seu desenvolvimento, tamanho e presença em América Central e o Caribe, que o obriga a apoiar o desenvolvimento do seu vizinho menor na tentativa de negar futuros problemas internos (CASTELLANOS, 2007).

A colaboração na área energética tem sido determinante para o desenvolvimento de Belize diante a venda de aproximadamente 25 megawatts por dia do abastecimento a *Belize Electric Limited* (BEL), que até setembro de 2009 representava uns 60% do consumo total do país e que vem adquirido por parte de Belize a preços internacionais (MÉXICO, 2010). A construção em 1992 do Instituto de México na cidade de Belize dotou a antiga capital, e o país em geral, de uma sede artística a mais, dadas as evidentes limitações na infraestrutura cultural-educativa de Belize. Além disso, a modernização do *Bliss Centre for the Performing Arts* ilustra o impacto da presença mexicana em seu país vizinho nessa questão, o que foi possível graças a uma linha de crédito do Banco Nacional de Exterior (CASTELLANOS, 2007).

Mais um exemplo desse modalidade de inserção, é a Escola Secundaria México, localizada na zona fronteiriça belizense (Corozal) e convertida no Centro Escolar México o qual a partir de setembro de 2007 oferece educação média, superior e pré-universitária que foi

construído com financiamento do governo mexicano, através do esquema do Programa Escuelas México (PEM) (CASTELLANOS, 2007).

São parte de um programa estabelecido em 1996 pelo governo mexicano, originalmente para estabelecer escolas primárias nos países centro-americanos e ajudar o desenvolvimento de sua infraestrutura educacional. A assistência incluiu a construção dos prédios das escolas, utilizando planos arquitetônicos idênticos aos escolas públicas federais mexicanas e um financiamento simbólico anual de 1000 dólares norte-americanos. Assim, cada ano premia-se um grupo dos melhores alunos das Escolas México de Centro-américa com uma viagem à cidade de México. Existem pelo menos 90 escolas de este tipo em América Central. (CASTELLANOS, 2007; MEXCID).

É importante destacar a interação que México e Belize têm em área dos mecanismos multilaterais em que eles participam. Exemplos importantes são o “Programa Mundo Maya” do Corredor Biológico Mesoamericano (CBM), integrado por Belize (ainda que Belize saiu dois anos depois), El Salvador, Guatemala, Honduras e México, assim como o *Mecanismo de Diálogo y Concertación Política de Tuxtla*, que conquista consensos importantes e complementam os existentes em nível bilateral (MÉXICO, 2010). Essa cooperação em assuntos ecológicas, marca uma importante inserção do México na América Central, principalmente nos países que detêm as áreas de riqueza de artefatos da civilização Maya, como é o caso no sul do México.

Essa modalidade se corresponde de certa forma à atuação brasileira na OTCA, ou seja, um elemento de comunhão ecológica é usado como ferramenta para criar um mecanismo de cooperação com países com elementos similares e o líder assume uma posição de ponto focal e autoridade naquele assunto. Bejar (2002) porém ressalta que o estado mexicano apesar de ter a competência necessária de gestão desses recursos ecológicos é mais ameno ao processo de internacionalização deles.

Chanona (2003) coloca que México tem uma responsabilidade com a região centro-americana e esta tem sido permanentemente insatisfeita. Por outro lado, México tem uma responsabilidade para seus nove estados do sul e sudeste que têm-se retrazadas socioeconomicamente em comparação com resto do país. Assim ele contextualiza a política econômica exterior do México, e especificamente do PPP, em relação às duas regiões distintas e contíguas; sua periferia doméstica e seu entorno regional centro-americana. O fator comum era o atraso econômico e social de um segmento significativo dos habitantes da sub-região (CHANONA 2003; PLAN PUEBLA PANAMA, 2001).

Por mais, Martí Ascencio (2007) situa o relançamento do PPP com a assunção do Presidente Calderón, no contexto regional latino-americano em respostas às outras iniciativas gozando tração naquele momento como a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) liderado pela Venezuela e a Iniciativa para Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) por Brasil.

Por fim, não se pode ignorar do lado brasileiro, a influência do próprio fator da associação do México ao NAFTA e o impacto regional nesse trabalho abordado, em contraste com o interesse em formar justamente uma identidade nova e própria sul-americana, em oposição à noção de América Latina. Paloschi (2011) e Simas (2012) constata também a forte influência da negociação da ALCA no processo da constituição da IIRSA. A integração regional era vista como uma meta de regionalização e uma outra opção para a associação comercial dos países da região.

Constatamos tanto na sub-região mesoamericana como sul-americana, o uso de espaços geográficos que delimitam as esfera de influência tanto do México quanto do Brasil. Portanto, enxergamos nessas categorias geográficas os produtos que Przeworski (1995) defende, dos próprios países projetantes, áreas geográficas adaptadas politicamente através de uma sequencia de eventos construídos na tentativa de alcançar seus objetivos.

Isso tudo evoca a teoria das hierarquias múltiplas de Lemke (2002) em que regionalmente poderes que não sejam o dominante se estabelecem e atuam como poder naquele região. Reconhecemos que a relação incipiente entre Brasil, Guyana e México e Belize poderia ser indicativo de uma contradição nessa teoria. Ao contrário, percebemos uma validação do argumento de que dentro do contexto latino-americano todos os países se subordinavam para ao poder dominante, os Estados Unidos. O Brasil e México começam a emergir dessa dinâmica e proativamente redefinem os espaços geográficos aos que eles pertencem: América do Sul e Mesoamérica, que sejam adequados para sua adequação. Alias a condição, ou seja categorização, do poder brasileiro e mexicano sendo analisado aqui é emergente. Então argumentamos que a natureza incipiente nesse contexto é indicativo de uma fase inicial de apropriação do papel de poder regional em que os países vizinhos são agora enxergados como estrategicamente necessário para atingir o alvo de ser o dominante regional. A ferramenta mais utilizada para realizar isso é a infraestrutura física.

2.6 INTEGRAÇÃO NO ESQUEMA GLOBAL - VIADUTO EM ESQUEMA MAIOR

Partimos agora para uma análise do nível que permeia o processo de integração física entre os países em estudo, e que argumentamos, fundamenta em primeiro lugar a *raison d'être* das pontes, isto é, um processo de integração de regiões periféricas no esquema global de integração econômica. Essencialmente, além de visar a conexão dos dois lados da fronteira em suas localidades, as pontes representam peças num jogo maior de integração física, ligados à outras peças de infraestrutura física (existentes ou a serem futuramente construídas).

Não é a toa que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2002, p. 141) caracterizou de forma complementar a IIRSA e o PPP, dois mecanismos representativas de uma nova abordagem de planejamento regional, que coordenam políticas setoriais nacionais, além de serem fomentadores da implementação de projetos consistente com as políticas de parceiros regionais como o próprio BID. Note-se que essa organização desenvolvimentista com mandato em todas as Américas teve um papel fundador nas duas iniciativas como salientado acima.

Na sua tese, Borges (2011) aborda a questão da integração brasileira com os países amazônicos da Comunidade Andina (CAN), integração ostensivamente para facilitar o acesso à Bacia do Pacífico para o Brasil, com uma aproximação mais amplo ao eixo asiático. Essa perspectiva que joga olhares para a dinamização do comércio brasileiro através de integração física com seu vizinhos contíguos, dando acesso aos mercados mais além, ocorre também em relação a Guyana, a Bacia Caribenha e mercados adiantes (GEHRE, 2009; GEHRE; GOMES, 2013; KIRTON, 2006; LINHARES, 2011). Portanto, a motivação é dupla face nesse sentido: para aproximar com o país vizinho e para aproximar as regiões periféricas do Brasil à um novo mercado de consumo, a partir de novas vias infraestruturais de escoamento de produção.

Borges (2011) baseia sua análise da inserção brasileira no cenário regional através de uma análise do desenvolvimentismo proposto pelo CEPAL durante os anos 1990 e como essa instituição regional promoveu um modelo de integração liderado pelo estado para uma inserção mais equitativa da América Latina no sistema mundial, em resposta, ou seja, em crítica aos modelos neocapitalistas de integração.

Percebemos, agora, uma síntese não tão sutil da corrente predominante do desenvolvimento cepalino baseado nos conceitos tradicionais da economia política latino-americana, com a necessidade da nova realidade brasileira de projetar-se no seu entorno geopolítico. No novo cenário, centros econômicos brasileiros assumem posição de dominância, criando uma nova dinâmica de centro periferia. Logo no Norte, a periferia a ser

incluída nessa dinâmica apresenta características nacionais e internacionais. Oliveira (2012) em seu estudo sobre as políticas para o desenvolvimento da zona de tríplice fronteira Brasil, Bolívia, Peru consta que os moradores são submetidos à marginalização, quando a questão é a participação no processo decisório do desenvolvimento dessa região de fronteira. No nível internacional, Borges (2011, p. 17) sugere que “o processo de integração com os países amazônicos é bastante desequilibrado em favor do Brasil, podendo gerar descontentamentos nesses parceiros estratégicos”. Um fator fundamental dessa visão a respeito ao Brasil é a percepção que a aproximação favoreceria um pequeno grupo de grandes empresas, numa dinâmica sub-imperialista de expansão; ou seja “o Brasil está pensando em integração puramente em razão de seus interesses econômicos e políticos em que juntam interesses de atores políticos e interesse de grandes empresas” (BORGES, 2011, p. 17).

A montagem da IIRSA, a partir de um programa conjunto dos governos dos 12 países da região, de modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicação, permitiu planejar uma década de investimentos para a construção dos meios físicos que, em tese, permitissem o desenvolvimento da livre circulação de produtos, serviços e pessoas (GEHRE; GOMES, 2013). Seguindo essa lógica, maior conectividade providenciaria custos reduzidos de produção e escoamento, assim como maior competitividade no mercado global.

Simas (2012) por mais, sugere que o crescimento da economia brasileira a partir de 2003, levou o país a buscar novas avenidas para a ampliação do seu crescimento. Portanto a falta de interligação do continente ao seu entorno apresentou-se como um desafio a ser superado. Interessantemente, o investimento não somente providenciou uma projeção política para o país, mas abriu portas para suas empresas públicas e privada para expandirem suas operações nos países vizinhos, uma vantagem econômica.

Com o governo do Lula a partir de 2003, o BNDES³⁰ passou a incluir na sua linha de ação o objetivo estratégico de financiar a integração na América do Sul e começou a participar em projetos com parceria de empresas brasileiras no exterior. Principalmente, no setor de construção, essas entidades passaram a ter oportunidades de investimentos lucrativos na América do Sul. Nesse sentido, há uma convergência de interesses entre a diplomacia e empresários brasileiros na integração regional (BORGES, 2011). Simas (2012) observa também a participação de ELETROBRAS e PETROBRAS em projetos na região como

³⁰ O BNDES é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que apoia e financia a longo prazo investimentos em diversos segmentos econômicos como agricultura, indústria, infraestrutura, comércio e serviços, além de investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, agricultura familiar e outras.

manifestação da participação acentuada do Brasil no processo de integração física sob o governo Lula.

Paloschi (2011) salienta que a atuação regional do BNDES, permite que projetos de integração física possam ser levados adiante além do que esteja previsto na Agenda da IIRSA e todos os tramites acompanhantes, além de ser uma ferramenta de barganha. Ou seja, o Brasil tem a liberdade de investimento bilateral com qualquer países para perseguir sua própria agenda de integração física. Os programas do governo a cobrir todo o território brasileiro foram formulados especificamente para reduzir as disparidades dentro do território nacional (PALOSCHI, 2011). Enquanto não seja adequado afirmar uma extensão direta dos programas nacionais para o desenvolvimento da projeto IIRSA, a lógica fundadora é a mesma.

O raciocínio que fundamenta a IIRSA, visa introduzir a dimensão espacial como componente da econômica, ou seja, um planejamento que buscasse orientar o desenvolvimento a partir da inclusão de território. Paloschi (2011) retrata as áreas de foco da IIRSA sob duas ideias-força: a eficiência e a sinergia, com foco claro no mercado mundial. Enquanto reconhecendo o necessidade de sustentabilidade ambiental, promove uma visão sistêmica com a combinação dos vetores anteriormente dito; transporte, energia e comunicações.

Em relação mais específica à Guyana, o governo brasileiro promoveu a coordenação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade do Caribe (Caricom), para o estabelecimento de um acordo de livre comércio, cujo fim seria estimular o intercâmbio de bens e serviços entre as regiões (GEHRE; GOMES, 2013). Inicia-se ademais em 2005 outra fase do relacionamento bilateral, de “fortalecimento das iniciativas”, com a assinatura de diversos acordos de cooperação técnica.

Com o estabelecimento da UNASUL desenvolvia-se a fórmula para conectar definitivamente Guyana e Suriname ao sistema sul-americano. A concordância dos países do arco norte³¹ na assinatura do tratado constitutivo, somado ao entusiasmo, especialmente guianense, no processo de integração, demonstrava o engajamento com o projeto sul-americano (GEHRE; GOMES, 2013).

A motivação econômica também leva os entes federativos sediados em regiões de fronteira a procurar seus vizinhos sul-americanos (PALOSCHI, 2011). Como é no caso de Roraima, eles visam alternativas ao escoamento da produção agrícola, negociar facilitações

³¹ Guiana Francesa, Guyana, Suriname e Venezuela.

alfandegárias, dentre outras coisas. A construção da ponte sobre o rio Tacutu gerou grandes expectativas quanto as oportunidade de negócios entre Brasil e Guyana.

Com a ligação da cidade de Bonfim a Lethem, o empresariado esperava a ampliação dos negócios, enquanto os governos imaginavam a intensificação no processo de aproximação bilateral (GEHRE; GOMES, 2013). Para tanto, vislumbrava-se a possibilidade de utilizar a potencialidade da Guyana no setor hidrelétrico e mesmo no estabelecimento da transmissão de um cabo de fibra ótica, capacitando o fornecimento internet banda larga ao estado de Roraima, ao mesmo tempo em que se esperava uma ampliação dos negócios nas cidades fronteiriças (GEHRE; GOMES, 2013).

A inauguração da ponte sobre o Tacutu realmente é o auge das relações bilaterais, levantando otimismo num futuro mais próximo e sendo em si ponto de partida para outros projetos de grande porte para o benefício da Guyana e o Norte do Brasil. Reiterou-se a importância da pavimentação da estrada Linden-Lethem, que permitiria a interconexão entre Manaus, Boa Vista e Georgetown. Junto com a construção da ponte, a pavimentação da estrada no interior guianense consistia no mais importante projeto de ligação entre Brasil e Guyana, pois se vislumbrava como uma oportunidade de negócios na América do Sul (GEHRE; GOMES, 2013).

Havia a consciência que o desenvolvimento da região e a intensificação das relações brasileiro-guianense passavam pela interligação rodoviária entre os dois países. A via entre Lethem e Linden, seria o “novo desafio” do Brasil na Guyana (GEHRE; GOMES, 2013). A Guyana seria, então, considerada pelo Itamaraty como o “elo natural” entre o Brasil e o Caribe. Dessa forma, a região fronteiriça de Roraima assumiria posição de destaque com o território guianense, intermediada pela BR-401 (GEHRE; GOMES, 2013).

A visão brasileira era fazer dos vizinhos, parceiros que pudessem aproveitar o potencial de sua herança amazônica. Do lado brasileiro, o compromisso de pavimentação da estrada entre Lethem e Lindem (cerca de 500 km), visando completar o projeto de ligação terrestre entre Manaus e a instalação de uma infraestrutura adicional, como um porto de águas profundas em Georgetown (GEHRE; GOMES, 2013), assim criando uma nova rota de escoamento da produção do Norte do Brasil.

México havia ganhado durante o último meio século o prestígio do irmão maior latino-americano, por todas as repetidas mostras de solidariedade com distintos povos e nações, e não somente com a região (AGUIRRE, 2003).

No momento em que emerge a política mexicana de aproximação com América Central, ou seja, projetos para sua inclusão numa política regional para desenvolvimento, a

região se caracterizava por disparidades e por ser periferia, além de apresentar uma certa desorganização a respeito de integração regional. Isso se dá por vários motivos inclusive o foco mexicano nas suas relações comerciais com os Estados Unidos. Malamud (2002) em sua avaliação da re-emergência da Mercado Comum Centro-americano (MCCA) nos anos 1990 coloca que a crescente participação privilegiada do México no mecanismo NAFTA em parceria com os Estados Unidos prejudicou as economias da América Central que perderam espaço no mercado norte-americano. Esse autor também caracteriza América Central como a área mais confusa e desordenada do continente a respeito de integração regional.

Em outubro de 2006, o PPP foi um dos temas de dialogo mais recorrentes com os chefes de governo da região com presidente eleito Calderón como anfitrião (MARTÍ ASCENCIO, 2008). Em momento de tomar posse, priorizou o compromisso do governo mexicano com a agenda do PPP e promoveu a cúpula extraordinária deste mecanismo em 2007, na Cidade de Campeche, reunindo-se com os presidentes centro-americanos e de Colômbia, além dos governadores do Sul-Sudeste de México, para avaliar e dar um novo impulso ao PPP (MARTÍ ASCENCIO, 2008).

Os projetos do PPP em tese pretenderam facilitar acesso a porto para melhor integrar o sul do México com América Central e para aprimorar o corredor de transporte ligando a região com os mercados do Norte do México e os EUA (BID, 2002). Segundo Aguirre (2003) o PPP era uma proposta de desenvolvimento de caráter transnacional lançada unilateralmente de México sobre a região centro-americana. Para Espinoza (2010) ademais, a dimensão geopolítica afirma que é um projeto de contra-insurgência e intervencionismo político, econômico e militar para desestabilizar as comunidades politicamente expressivas nessa periferia.

A promoção e construção de rodovias para ligar o sul-sudeste mexicano com o resto da América Central era, e tem sido, a cara mais visível do PPP, principalmente os avanços no âmbito internacional das obras de infraestrutura física na área rodoviária, energética e de telecomunicações, assim como em distintos programas de desenvolvimento social e de facilitação comercial (AGUIRRE, 2003; MARTÍ ASCENCIO, 2007).

Houve necessariamente o devido colaboração entre o governo e o setor privado mexicano para o sucesso da iniciativa. O PPP conduziu a que os grupos empresariais explicitamente expressaram seu interesse a favor do projeto, pelo acesso aos recursos naturais, culturais e humanos da região. Ao mesmo tempo, se mostrava como um contentor dos fluxos migratórios com destino aos Estados Unidos e como meio de intervenção nas comunidades indígenas vinculadas ao movimento de libertação Zapatista.

Portanto, a implementação do PPP seria uma conjuntura de interesses de políticos do centro, empresas com interesse em investimento no longo prazo na região sul/sudeste do México, o avanço da inclusão da região num modo de desenvolvimento impulsionado centrado no estado e em geral o avanço de um modo de desenvolvimento neocapitalista para uma região do mundo ainda não bem incorporado nessa dinâmica.

Segundo Aguirre (2003), as noções de desenvolvimento do norte do país não obedecem os interesses das populações do sul-sudeste, apesar de que desta região sai os principais recursos energéticos que sustentam o desenvolvimento do norte. Por fim os elites governamentais decidem o futuro dos seus povos sem consultá-los e sem medir as consequências, principalmente em seus patrimônios culturais, naturais e territoriais.

Bejar (2002) contende que por seu conteúdo e prioridades pressupostas, predominam no PPP as tendências de abrir a região aos interesses de grande capital nacional e internacional, mais que a fechar qualquer brecha em desenvolvimento humano. Santos (2007) e Ballina (2011), como Malamud (2002); Aguirre (2003); e Espinoza (2010), sugerem autoria intelectual norte-americana na elaboração do PPP, portanto não sendo um projeto novo, senão um projeto de Washington. Conclui-se que o modo conceptualização que informou a elaboração do PPP foi baseado em velhos ideais de desenvolvimento neoliberal, dentre outros, os investimentos necessários, criação de emprego, justiça social, oportunidades para iniciativa privada, segurança de investimento e a abertura de relações comerciais (AGUIRRE, 2003; BEJAR, 2002). Nesse embasamento, não se encontra os beneficiários diretos de tanto esforço mas fala-se em núcleos populacionais, cadeias de produtividade e um delineamento de sujeitos históricos. Ademais, há uma falta de consultatividade efetiva.

Nesse ponto vale ressaltar, sem contradizer de nenhuma forma o argumento efetivamente feito da possibilidade de autoria intelectual do projeto fora do México e dentro dos Estados Unidos, que o conjunto de projetos alcançados carrega benefícios claros para o estado mexicano. Esses benefícios em si incentivam a promoção o PPP/PM como política externa em relação às fronteiras do sul, independentemente de interesses norte-americanos. Do ponto de vista político, o PPP tem promovido o Mecanismo de Diálogo e Concertação de Tuxtla, cujo enfoque tem evolucionado para o desenvolvimento social e econômico ligado ao processo de paz na América Central. Tem facilitado a melhoria da competitividade da zona sul-sudeste. Da perspectiva da interação com organismos internacionais, a articulação do México com o processo de integração da América Central gerou um maior interesse de organismos financeiros e de assistência técnica, o que tem facilitado a mobilização de financiamento para execução de projetos. Ao nível nacional, PPP conquistou colocar na

agenda pública a os processos de planejamento para promover o desenvolvimento sub-regional nos estados do Sul-Sudeste (MARTÍ ASCENCIO, 2007).

O fato de México ser o ponto focal dessa expansão para o sul em si (seja de autoria externa ou não), evidencia a assunção protagonista do papel de poder emergente da liderança do país. Por mais, a vontade de participação facilitadora dos países ao Sul, inclusive Belize, baseada numa expectativa histórica sinaliza a aceitação desse papel assumido por México pelos seus vizinhos.

A transformação do PPP em *Proyecto de Integración y Desarrollo de Mesoamérica* (PM) no ano de 2008 expõe uma tentativa de expandir aquela organização para mais áreas além dos sucessos em infraestrutura incluindo áreas como integração; harmonização; enfoque regional e bens públicos. Todas essas áreas temáticas se conduzem à integração regional e representam de certa forma a narrativa em prol de integração tão comum no cenário latino-americano. Não obstante, destaca-se a construção de plataformas de infraestrutura cuja materialização é condição necessária para o desenvolvimento de programas e projetos mais ambiciosos.

Em síntese, seguindo a lógica da dualidade de propósito de projetos de integração ao sul, Espinoza (2010) propôs dois objetivos do estado mexicano para o PPP/PM. Primeiramente, promovê-lo como forma de planejamento para desencadear desenvolvimento no sul do México (BEJAR, 2002; CHANONA, 2003; ESPINOZA, 2010) através de intercâmbios e colaborações com os países da América Central e secundamente, consolidar México como o país interlocutor entre o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e os países centro-americanos, portanto, uma inclusão dessa região na lógica prevaiente de desenvolvimento. Nessa via, destaca-se que o PPP/PM procura fazer da região um espaço econômico competitivo que promove uma maior integração regional e facilite o comércio, o qual, além dos instrumentos comerciais existentes, permitirá aproveitar melhor as complementaridades regionais e reduzir os custos de transação. Em grande medida procura-se consolidar os projetos de infraestrutura que formaram as bases da integração e o desenvolvimento regional (MARTÍ ASCENCIO, 2008).

A conclusão das pontes foi em si resultado material de processos complexos de alinhamento entre governos centrais, em um momento quando o ambiente internacional, e portanto o regional, estava propícia para os governos procurem aproximação um com o outro. No caso da ponte sobre o rio Hondo, sob a área de modernização de alfândegas e passos fronteiriços mexicanos, têm avançado a construção dos portos fronteiriços e pontes internacionais da fronteira sul: a) Porto Fronteiriço rio Hondo (Chetumal), que liga as

populações de Subteniente López, Chetumal, Quintana Roo (México) e Santa Elena, Corozal (Belize); e b) espaço portuário e construção das vias de acesso em território guatemalteco de El Ceibo (México)-Lagunitas (Guatemala) (MARTÍ ASCENCIO 2007, 2008).

Figura 4: Foto da nova ponte sobre o rio Hondo



Fonte: Online <<https://www.youtube.com/watch?v=1kT3Z4p5cEk>>

Em 2005 o PPP caminhava de forma lenta, pois poucas obras do plano conseguiram financiamento (SANTOS, 2007). O Estado mexicano tinha perdido significativamente sua capacidade de financiamento de grandes projetos e a resistência por uma heterogeneidade de atores sociais, incluindo a ameaça de retomada do conflito por parte do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), tinha dificultado a captação de recursos e a implantação dos projetos (SANTOS, 2007). Por outra mão, o estado de Quintana Roo e sua fronteira com Belize encontram-se tanto em condições econômicas e políticas mais estáveis, quanto relativamente ausente das características adversas de outros estados.

O projeto da construção da ponte sobre o Rio Hondo aconteceu dentro da esquema da ampliação e modernização de infraestrutura na sub-região, ostensivamente através de uma rede de mecanismos multilaterais para coordenar os trabalhos dos governos envolvidos para facilitar a integração. Mesmo assim, constatamos o protagonismo do México empenhado no sucesso do objetivo de integração. Durante a quinta Reunião da Comissão Binacional em Belize em 2005, o governo mexicano decidiu cooperar, dentro do esquema de *apoyo a infraestructura carretera mesoamericana* estabelecida no PPP, assumindo a totalidade dos custos da construção da nova ponte internacional sobre o rio Hondo, a dezenas de metros da antiga ponte. Também foi tema de discussão na visita presidencial do Vicente Fox em Belize

em junho do mesmo ano. Em junho de 2007, o governo mexicano assumiu também, o custo da estrada de acesso no lado belizense. A construção iniciou-se em fevereiro de 2007. A construção da ponte portanto, realizou-se no contexto da revitalização do PPP como contribuinte à integração de Mesoamérica (MARTÍ ASCENCIO, 2008).

Figura 5: Foto do Presidente Calderón discursando durante a inauguração do novo posto aduaneiro e a ponte binacional sobre o rio Hondo.



Fonte: *Online* <<http://sipse.com/imgs/112012/2411127b40f3f2amed.jpg>>

A construção da ponte internacional sobre o rio Hondo, uma travessa formal que une as populações adjacentes de Subteniente López, Quintana Roo (México) e Santa Elena, Corozal (Belize), tem estreitado os vínculos desse corredor do PPP, facilitando o trânsito de veículos, pessoas e bens, os que não alcançam cifras espetaculares, (devido à pequena população que habita a zona), más tem incrementado nos anos recentes. Isso é devido à atração do centro comercial da capital de Quintana Roo, para os belizenses; enquanto os mexicanos, em particular os habitantes de Chetumal, cruzam a fronteira para comprar na ZLC produtos de manufatura estrangeira, não belizense, ou visitar os casinos que operam na área franca, dada a proibição dos mesmos em território mexicano (CASTELLANOS, 2007).

De acordo com o MRE do México, a construção e operação da nova ponte internacional sobre o rio Hondo e suas rotas de acesso nos dois lados do rio, realizada pelo Governo mexicano seria um impulso à relação de vizinhança; esperar-se-á que melhorasse consideravelmente o fluxo transfronteiriço como sua operacionalização (MÉXICO, 2010). A ponte foi inaugurada junto com uma nova instalação aduaneira mexicana, no contexto da modernização da rede de aduanas no país.

México tem facilitado o ingresso dos belizenses com a expedição da Forma Migratória para Visitantes Locais (FMVL), uma carteira de turista conhecida como o “mica”, documento que lhes permite atravessar a fronteira e permanecer no estado de Quintana Roo até 72 horas, sem necessidade de levar nenhum documento de viagem adicional (CASTELLANOS, 2007).

Existia antes uma ponte da época de pré-independência, de uma mão que ligava os dois lados do rio. Mas com o intuito ostensivo de promover mais desenvolvimento, uma nova ponte foi concebida. Para Castellanos (2007), a nova ponte representa uma alternativa a mais no corredor mesoamericano que permita o desenvolvimento econômico e turístico, não somente da pequena fronteira sul, mas também do sudeste mexicano e de Centroamérica toda.

Em relação à ponte Tacutu, o projeto foi retomado a partir de 2001 como um objetivo da IIRSA de melhorar a infraestrutura de transporte no norte da América do Sul, mas enfrentou atrasos. Na reunião do Comitê de Direção Executiva (CDE) da IIRSA realizada em Lima, em 2004, aprovou-se a “Agenda de Implementação Consensual 2005-2010”, pelo qual os países priorizaram 31 projetos que levariam em frente a implementação prática da IIRSA. Nessa ocasião, a prioridade foi expressivamente em projetos de infraestrutura física, inclusive a construção de quatro pontes nas fronteiras brasileiras com países vizinhos (Guyana, Paraguai, Peru e Uruguai). Apenas dois se enquadravam na área de comunicações e um se referia à integração energética (PALOSCHI, 2011).

Enquanto isso, anota-se que a IIRSA permaneceu como foro não-institucional, enquanto a integração da infraestrutura e o avanço permaneceram em patamar mínimo ao final da década de 2010, predominando as ações bilaterais. O impulso que faltava foi dado em 2006, com a assinatura do Acordo de Transporte entre a Guyana e o estado de Roraima, objetivando vivificar a região e fazê-la uma fronteira de integração. As obras foram retomadas em 2007 e a ponte foi concluída em 2009 (GEHRE; GOMES, 2013).

Figura 6: Foto da ponte sobre o rio Tacutu



Fonte: Online <http://imagem.vermelho.org.br/biblioteca/28-11_ponte_rio_tacutu21880.jpg>

Gehre e Gomes (2013, p. 106) resume o acontecimento da seguinte forma e consonância com a trajetória dos eventos que o trouxe:

O simbolismo era grande e parecia coroar uma década do processo de aproximação do Brasil com seu “distante vizinho”. Os reflexos iam além da integração econômica, pois a ponte constituía um importante elemento na fixação da identidade sul-americana da Guayana. A conclusão da obra significava mais do que um avanço infraestrutural, mas a incorporação definitiva da Guayana à América do Sul.

2.7 PRESIDENCIALISMO – *THE POINT MEN*

Para Malamud (2002), no caso da América Latina, não eram as exigências econômicas que garantiram o sucesso dos projetos regionais, mas, o envolvimento direto de executivos nacionais na renascença de regionalismo latino-americano. No contexto latino-americano, a liderança efetuada na diplomacia presidencial é importante. No nível macro, uma análise de fenômeno sociopolítico seria incompleta se não tomasse em consideração o papel de indivíduos carismáticos ou diferentemente poderosos, agindo ou dentro de mecanismos institucionais ou criadores de instituições. Líderes definem as escolhas políticas que são além de consequências automáticas ou deterministas (MALAMUD, 2002).

Na sua assunção da presidência, o Presidente Lula apresentou uma visão de paradigma global, baseada em solidariedade com o mundo em desenvolvimento e fortes ligações colaborativas com seus vizinhos, inclusive os estados da Caricom. Certamente, a eleição do Presidente Lula serviu para mudar o papel do Brasil no seu hemisfério. Com a influência e

liderança brasileira no Mercosul, emergiu o nexos para a consolidação de uma América do Sul reemergente e o país tem emergido como contrabalança aos Estados Unidos com respeito aos interesses dos estados pequenos do hemisfério, como aqueles do Caribe, como por exemplo visto nas negociações da ALCA. Além disso, a prioridade dada à integração continental por Brasil encorajou os estados da Caricom buscar estratégias para assegurar a realização de relações hemisféricas mais equilibradas.

Simas (2012) anota o fato de que houve uma continuidade de priorização da integração física nos governos brasileiros, independentemente de posição ideológica, citado a continuidade dessa posição do governo Cardoso para o governo Lula. Durante o período de análise, amplia-se o processo de pluralização na formulação da política externa brasileira, além do fenômeno chamado de “diplomacia presidencial” (BORGES, 2011).

Em relação à UNASUL, Insanally (2014) afirma que a agenda tende a ser mais retórica do que real. Apesar disso, o futuro da união e o processo de integração sul-americana, dependem da liderança dinâmica do Brasil, da formulação de uma política externa forte e unida, além da definição do papel que ela procura desempenhar na comunidade global. Para mais, a probabilidade de êxito é promissora sendo que os presidentes do subcontinente têm criado os pilares necessárias para sustentar uma estrutura durável de integração regional. Nessa perspectiva, o autor indica infraestrutura física (destacado pela ação dentro do mecanismo da IIRSA) como área fundamental além da integração e cooperação energética (INSANALLY, 2014. P 58). Além disso, o Presidente Lula era visto como ponto focal com vontade política suficiente para desenvolvimento do relacionamento.

Chegando ao fim do seu mandato, o presidente Bharrat Jagdeo enxergou as alturas de relações Guyana-Brasil como conquista da sua presidência e parte do seu legado. Em temas de meio-ambiente Jagdeo acentuou a proximidade do seu governo à identidade amazônica do país. Em nossa opinião, isso foi fundamental no raciocínio de participação na Cúpula de países amazônicos em 28 de novembro de 2009. Entre os oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) mais a França (os países amazônicos) só compareceram à cúpula os presidentes Bharrat Jagdeo da Guyana, Presidente Nicolas Sarkozy da França e o Presidente Anfitrião Lula da Silva. O Ano de 2009 marcou o auge de relações Brasil-Guyana, o ano da conclusão da ponte. Além disso, marcou um momento de diplomacia presidencial elevada entre os presidentes Lula e Jagdeo em que os homens projetaram um relacionamento de amizade e respeito mútuo demonstrado em seus múltiplos encontros. Ao mesmo tempo ajuntou com a consolidação do Presidente guianense como líder em assuntos ambientais, principalmente por sua advocacia em proteção de

florestas virgens na questão da captura do carbono, sobretudo no que respeita à colocação de entraves à deflorestação (GUYANA CHRONICLE, 2009). Naquele ano, lançou a Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono (LCDS). Isso tudo foi consagrado no apelido do Presidente Jagdeo, *champion of the earth*³², que ele assumiu nos momentos ao final do seu mandato.

Tudo isso dá indícios de uma forte personalidade no executivo chegando ao final do mandato do Bharrat Jagdeo e combinando com um parceiro igualmente protagonista no seu papel de executivo na pessoa de Presidente Lula, no Brasil, acabou tendo um efeito impulsionador no processo de aproximação entre os países, visualizado mais nitidamente na conclusão da ponte.

Presidente Calderón assumiu a presidência em 2006 e de imediato procurou um relançamento do PPP. Estes projetos correspondem a uma política regional de recorte neoliberal, impulsada pelo governo do presidente Fox e seguida pelo presidente Calderón no mesmo sentido (ESPINZONA, 2010). Convencido de que o PPP era um instrumento valioso de política externa que tinha permitido ao governo de México manter um diálogo privilegiado com América Central e também Colômbia, presidente Calderón buscou reforçar este mecanismo como ferramenta estratégica que promovia ações conjuntas (MARTÍ ASCENCIO, 2008).

Ademais, o MRE do México indica que houve uma evolução positiva em 1998 em diversos níveis no governo de Said Musa, marcada significativamente pela visita dele a México em 1999 quando foram assinados diversos convênios e acordos. No ano seguinte, o Vicente Fox visitou a Belize para uma série de reuniões. (MÉXICO, 2010). Os mandatos desses chefes de estados, é visto como instrumental no aprofundamento da relação bilateral e a eventual construção da ponte.

Na nossa opinião, existe sim uma tendência retórica nas relações multilaterais latino-americanas, acompanhada pela falta de concretização de ações depois de consagrar palavras. Dado esse fato, a intervenção e ação de um forte executivo se torna seminal para a conclusão de determinadas metas no nível regional, especialmente projetos de grande porte. A construção das pontes e o fato de que esse acontece durante o mandato de presidentes impulsionadores de comprovam essa suposição. O papel dos chefes de estado apareceu importantemente na construção das duas pontes. Estes fatos, serão melhor avaliados no seguinte capítulo dedicado aos seus discursos.

³² Defensor da Terra.

CAPÍTULO 3

3. LEVANTAMENTO COMPARATIVO DE DISCURSOS DOS CHEFES DE GOVERNO DURANTE OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO FÍSICA PROPORCIONADA PELA CONSTRUÇÃO DAS PONTES

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DISCURSOS POLÍTICOS RELACIONADOS À INTEGRAÇÃO

Os discursos políticos, sejam de primeiros-ministros ou presidentes, apresentam uma fonte de sínteses de processos de formulação de políticas públicas. Essas manifestações de alto funcionários revelam a conclusão de trabalho de burocratas empenhados no estreitamento de bases legais para a ativação de ações públicas. Nesse sentido, os discursos dos presidentes e os primeiros-ministros sendo analisados, nesse trabalho, não são somente expressões de sentimentos de indivíduos políticos, mas uma síntese dos esforços dos altos funcionários públicos no campo de políticas externas daqueles países, para trazer uma aproximação, ou pelo menos guiar a relação para com o outro.

Adiante serão analisados discursos de chefes de estado para cada um dos quatro países em respeito de integração. Esses discursos foram selecionados não com a intenção de representar uma lista exaustiva das falas no assunto de integração, porém, apresentar apenas uma amostra suficiente para identificar as tendências que permeiam, e que se repetem nos discursos. Um discurso não existe de forma isolada, ele estabelece relações com outros discursos, no que Foucault se refere aos formações discursivas, que se estabelecem a partir de determinadas regularidades ou repetições (FOUCAULT, 1972; INDURSKY, 2003). Por isso, é possível identificar determinadas tendências no pensamento sobre os processos de integração a partir dos discursos dos executivos baseadas nos temas que aparecem neles.

Os seguintes discursos abordam temas de aproximação, a assimetria entre os países e elementos indicativos de comunalidades e entre Belize e Guyana, e México e Brasil. Além disso, os discursos sinalizam um papel importante para os próprios chefes de governo, principalmente no caso de México e de Brasil no avanço de processos de integração, com parceiros não tradicionais.

3.2 PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2011)

“Não há América do Sul sem a Guiana...e quero dizer a Vossa Excelência que o Brasil fará a sua parte.” (Declaração do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo ao Brasil. Brasília, 30 de julho de 2003).

[...] comentei com o Presidente Jagdeo as possibilidades de benefício mútuo que advêm da aproximação do Brasil com a Guiana. O Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, assinado em fevereiro deste ano, é um passo muito importante para a ampliação das ligações entre os dois países. Por esse Acordo, que esperamos em breve seja aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, são regulamentados os serviços de transporte por via terrestre, essenciais para que o trânsito de pessoas e o comércio de bens ganhem impulso. Com o Acordo de Transporte, começamos a nos preparar para o momento em que a fronteira da Guiana com o Estado de Roraima se tornar ainda mais viva, uma verdadeira fronteira de integração. Mas a obra da integração não terá sentido se a infraestrutura não estiver concluída.

É um período de foco do Brasil nas relações com seus vizinhos, principalmente pela aproximação através de integração infraestrutural. Embora não sendo os primeiros contatos no assunto, a fronteira se torna cada vez mais relevante para o governo brasileiro durante esse período. O trecho acima se refere aos mecanismos oficiais assinados pelos dois países para institucionalizar o processo de integração. Nesse sentido, percebe-se um impulso para fomentar o crescimento de um processo nas fases iniciais.

A aproximação que estamos reforçando constitui um exemplo da potencialidade de um continente integrado. Nossos dois países estão empenhados em uma verdadeira e fraterna ligação.

Estamos conscientes de nossas singularidades no contexto regional, a começar pela circunstância de não partilharmos os respectivos idiomas oficiais com outros países do continente. Estou certo de que saberemos assimilar as diferenças lingüísticas às muitas semelhanças que unem e identificam nossas sociedades; no plano étnico, no plano cultural, no plano dos interesses comerciais, no apego à paz e ao Direito Internacional.

A dimensão amazônica é outro aspecto essencial a ressaltar. Juntos fazemos parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, recentemente instalada em Brasília. O Tratado de Cooperação Amazônica, do qual a Guiana participa desde a sua conclusão em 1978, demonstra a extensão do compromisso dos países com o uso sustentável dos recursos naturais por nós compartilhados. Demonstra também que a Guiana, sem deixar de lado suas naturais afinidades caribenhas, se inseriu desde cedo no espaço sul-americano.

Mesmo sendo um discurso no nível bilateral, o Presidente faz referência à prioridade política do momento; e deixa claro que um continente integrado seria a meta abrangente. Aqui sinaliza também que já existe uma base suficiente para despertar optimismo de um aprofundamento de integração, tanto do ponto de vista cultural, quanto do institucional. Um

elemento institucional destacado é a participação da Guyana na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). O presidente faz uma conexão entre essa participação institucional e uma inserção continental, enquanto admitindo “afinidades caribenhas” como a ligação natural da Guyana, e sobre tudo a sua dupla identidade.

O Brasil estará sempre disposto a impulsionar as relações com a Guiana no contexto da América do Sul, prosseguindo a já exitosa cooperação técnica na área da agricultura, da saúde e explorando novos campos de colaboração que contribuam para o desenvolvimento dos nossos povos e de nossas economias. Vossa Excelência tem conhecimento de que a integração da América do Sul como espaço de paz e prosperidade é objetivo do meu Governo. Esse trabalho tem que levar em conta que os países sul-americanos não são iguais e que alguns deles; e é o caso da Guiana; necessitam de um impulso adicional para participar desse esforço. Não há América do Sul sem a Guiana. Contamos com a amizade e o entusiasmo do Governo e do povo da Guiana e quero dizer a Vossa Excelência que o Brasil fará a sua parte.

Ao afirmar tais afinidades caribenhas e reconhecer as assimetrias, o Presidente continua a expôr a posição brasileira em relação à aproximação continental da Guyana. Para ele, o Brasil tomou para si a vocação/desafio de incluir a Guyana no cenário sul-americano. Portanto, uma das formas mais efetivas de fazer isso, e certamente a forma mais benéfica para o Brasil, seria através de aprofundamento de relações, principalmente econômicas com o próprio país.

O Presidente Lula destaca a importância do Brasil como potência diplomática na região e o papel central que ele poderia ter na inserção mais efetiva da Guyana no cenário sul-americano. Implicitamente, ao dizer que não há América do Sul sem a Guyana, afirma uma situação atual em que a Guyana não tem expressividade política no continente, e que, Brasil como guardião da frente diplomática está a fim de fazer com que a Guyana se inclua mais efetivamente nesse cenário.

O apoio que o Presidente da Guiana traz para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado em muito nos agrada e acresce a responsabilidade do Brasil para com a região. E é mais uma expressão de como as relações do Brasil com a Guiana tendem a estreitar-se e a fortalecer-se, para o benefício das populações dos nossos dois países.

E conclui as colocações destacando um ponto importante para a diplomacia brasileira, isto é, o desejo para um lugar permanente no conselho de segurança. Nesse empenho, o voto em bloco da Caricom, a favor da posição brasileira seria desejada. Isso se torna uma

retribuição efetiva para os esforços brasileiros de sua aproximação com países mais próximos do mundo em desenvolvimento, na chamada Cooperação Sul-Sul.

“Se Deus quiser, no menor espaço de tempo possível, eu terei o prazer de inaugurar a primeira ponte entra Guiana e o Brasil.” (Discurso do Presidente durante brinde no almoço oferecido pelo Presidente da República da Guiana. Georgetown, 15 de fevereiro de 2005).

Esse discurso acontece num momento de relações cada vez mais próximas. O Brasil está se projetando, o Lula realiza uma visita pessoal para a capital guianense e cooperação funcional está progredindo. Sem ser muito retórico, o Presidente expressa mais claramente a visão de política externa contemporânea do seu país. Os seguintes assuntos pertinentes aparecem: reorientação da sua diplomacia mais para os países em desenvolvimento para assumir mais uma a posição de liderança, e concomitante, atribuição de prioridade de ganhar apoio diplomático de países em desenvolvimento para validar sua posição de liderança em órgãos multilaterais; a utilização de infraestrutura na aproximação com seus vizinhos como elemento de garanto à segurança, é um *worldview leaning left*, um reflexo das políticas sociais domésticas implementadas pela administração do Presidente Lula.

Por mais que eu olhasse o mapa do Brasil e, em volta do mapa do Brasil, eu visse a Guiana, eu jamais teria a dimensão de quão próximos nós estamos. A cor do povo da Guiana, o jeito do povo da Guiana, o sorriso do povo da Guiana, é muito, mas muito parecido, com uma grande parcela da sociedade brasileira. E é difícil entender que durante séculos e séculos não se concretizou a integração deste continente. Apenas uma ponte, apenas uma estrada, apenas um vôo ou, quem sabe, uma linha de ônibus, poderiam permitir que a nossa cultura, o nosso comércio e a nossa gente pudessem transitar com mais facilidade pelo nosso continente. Imagine, Presidente, em 500 anos de história eu tive a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre Brasil e Bolívia. Em 500 anos de história eu vou ter a oportunidade de inaugurar a primeira ponte entre o Peru e o Brasil. E, se Deus quiser, no menor espaço de tempo possível, eu terei o prazer de inaugurar a primeira ponte entra Guiana e o Brasil.

O Presidente aqui faz uma série de paralelas culturais com a intenção de mostrar proximidade cultural entre os dois países, um esforço para destacar pontos de encontros apesar de distância, e também criar no imaginário do ouvinte a visualização de quão mais próximos essas duas culturas poderiam ser se tivessem mais condições a partir de infraestrutura de interagir. Além disso, esse trecho revela uma clara novidade na política externa brasileira em relação aos seus vizinhos amazônicos na questão do uso de infraestrutura como ferramenta para fomentar aproximação. Essa novidade do ponto de vista

de política oficial ignora a realidade de fronteiras vivas nos exemplos citados. Também mostra o comprometimento pessoal do Presidente nesses processos.

A nossa determinação é mudar um pouco essa história. Primeiro, mudando o nosso comportamento, transformando os protocolos de intenções em ações políticas concretas. Segundo, dando importância aos países pequenos tanto quanto damos aos países grandes, porque, muitas vezes, todos nós passamos anos e anos fazendo carinho nos Estados Unidos da América do Norte, fazendo carinho na União Européia, e, quando precisamos de um voto na ONU não nos damos conta de que um país do tamanho da Guiana, do tamanho do Suriname, do tamanho do Uruguai ou do tamanho de uma ilha qualquer aqui, do Caribe, tem o mesmo poder de voto que tem o Brasil, o mesmo poder de voto de um país que tem 1 bilhão de habitantes.

Salienta novamente o interesse brasileiro em órgãos multilaterais e no mecanismo do voto principalmente na ONU. Assim a necessidade de aproximar ao Caribe fica mais atraente visando o voto em bloco dos países do Caricom, e secundamente a facilidade relativa de conseguir o apoio de bloco caribenho em comparação com outros países e blocos do mundo desenvolvido, justamente os alvos tradicionais da política externa brasileira. Interessantemente, esses países são os parceiros mais importantes dos pequenos estados-nação do Caribe, seja os Estados Unidos, os do bloco europeu (principalmente os velhos poderes imperiais), ou aquele país de mais de um bilhão de habitantes³³. Atrás disso existe a declaração de vontade do Brasil de assumir mais a responsabilidade de assistência para esses países, assim, assumindo parte do papel de liderança.

A integração, ela é mais do que uma ação comercial, ela tem que ser a crença de que com a junção e a unidade das centenas de países pobres que existem no mundo se acreditarem nas suas próprias forças e deixarem de acreditar que vai aparecer alguém para ajudar.

O Brasil, que durante muito tempo voltou as costas para a América do Sul, para outros países pobres, quer agora recuperar o tempo perdido e construir uma parceria em todos os níveis, levando em conta as suas dificuldades também, mas, sobretudo, uma parceria que tenha um conteúdo muito forte de lealdade, que tenha um compromisso muito forte com as políticas sociais.

Admite a reorganização das relações internacionais em que países desenvolvidos são menos dispostos a perpetuar mecanismos favoráveis aos países que enfrentam desvantagens estruturais, que são em reflexos do próprio processo de colonização. Expressa a reordenação da política externa brasileira para refletir a orientação ideológica da sua administração, destacando políticas para amenizar a pobreza através de iniciativas sociais. Portanto, esse é inclusive um reflexo internacional de sucessos domésticos. Seguramente, faz um atrativo forte

³³ Os países com acima um bilhão de são a China e a Índia. Os dois são países emergentes, co-membros do BRICS e atores ativos na Guyana e o Caribe.

para outros países em desenvolvimento enfrentando condições de socioeconômicas parecidas a se aliarem com o Brasil no palco internacional.

**“Meu governo quer reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu.”
(Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana. Georgetown, 15 de fevereiro de 2005).**

Para dar valor ao ponto profundo à qual as relações bilaterais chegaram na época, esse foi um raro instante em que um presidente estrangeiro fez discurso para a Assembleia Nacional da Guiana. O Presidente Lula usa essa oportunidade para levantar vários pontos de interesse comum e delinear a boa vontade brasileira para Guiana sob a sua administração.

[...]os valores democráticos precisam afirmar-se também no plano internacional. Unidos na defesa desse objetivo, nossos países estão permanentemente empenhados na defesa do multilateralismo. Por isso agradeço, mais uma vez, o apoio do governo da Guiana à postulação do Brasil de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A integração permite explorar os recursos complementares de nossas economias, gerando maior auto-confiança no nosso destino. Ela é poderosa ferramenta para defender nossas posições nos foros internacionais.

O desejo brasileiro para um assento no Conselho de Segurança revela-se com temática recorrente em discursos sobre as relações com a Guiana, e por extenso o Caribe. Essa temática vem atrelada ao esforço sendo feito pelo Brasil em aprofundar as suas relações com tais países. Salaria a posição brasileira a favor de multilateralismo e avalia que existe um comunalidade de interesses entre esses países, portanto a presença brasileira no Conselho de Segurança seria um benefício no interesse mais amplo para Guiana. Agradece assim, a posição guianense a favor da postulação do Brasil para o Conselho de Segurança da ONU.

Para o Brasil, o caminho da integração passa pelo fortalecimento das relações do Mercosul com todos os países da América do Sul, reconhecendo plenamente a situação específica da Guiana, e também do Suriname, na Caricom.
A Comunidade Sul-Americana de Nações: promoverá a convergência e coordenação política dos países-membros; aprofundará a articulação entre Mercosul, CAN e Chile, com plena associação da Guiana e Suriname; e buscará integrar a infraestrutura de transportes, energia e comunicações entre nossos países.
Somos reconhecidos do entusiasmo com que apóia a aproximação entre o Brasil e seus parceiros do Mercosul com a Caricom. Um acordo de livre comércio entre Mercosul e Caricom estimulará o intercâmbio de bens e serviços entre as regiões.

Define a posição brasileira a respeito de integração, e o papel de infraestrutura nesse processo, e a localização física e política do Brasil sendo o pivo para esse processo. Interessantemente, ele cita certas organizações que marcaram momentos de integração

continental, primeiramente o Mercosul, como ponto de referência nesse processo. Esboça também o desejo de que a Guiana e o Suriname façam parte desse processo, com olhos para o Caribe.

A Guiana é, ao mesmo tempo, um país caribenho e sul-americano. Compartilha com o Brasil e outros seis países a imensa riqueza da Amazônia. Temos de levar em consideração as assimetrias existentes entre nossas economias, dentro do espírito de generosidade e flexibilidade que devem reger as negociações bilaterais e inter-regionais de comércio.

Esse trecho pequeno é mais um reconhecimento retórico da dupla colocação da Guiana no contexto caribenho e sul-americano. Ao mesmo tempo destaca o elemento amazônico que não somente a concretiza como um país definitivamente sul-americano, mas também é uma característica compartilhada com o Brasil. Admite também a assimetria da relação entre o Brasil e seu vizinho pequeno.

A entrada em vigor, no ano passado, do Acordo de Alcance Parcial abre novas possibilidades para incrementar o fluxo de bens e serviços entre nossos países. Por esse motivo, vim acompanhado de missão empresarial brasileira para identificar novas oportunidades de comércio, especialmente a ampliação das exportações guianenses para o Norte do Brasil.

Em destaque é um acordo previsto a aprofundar comércio entre os países e de acompanhar a ampliação de integração física e a posição do Norte do Brasil.

Um dos principais temas de nossa agenda bilateral é a interconexão viária entre a capital de Roraima e Georgetown. Essa conexão contribuirá significativamente para aumentar o intercâmbio entre os dois países. Meu governo quer reiniciar a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu. Estamos preparando medidas para acelerar a implementação dos mecanismos previstos no Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Guiana e Brasil.

O Presidente brasileiro deixa claro nesse trecho o interesse brasileiro em construir a ponte e o acesso à cidade de Georgetown, e por consequência o porto, que em princípio beneficiaria o Estado de Roraima.

Entendemos que as necessidades de nossos países não são idênticas. Por isso, estimulamos o diálogo produtivo entre os membros do G-20 e do G-90, no qual a Guiana tem papel de relevo. Somos reconhecidos à iniciativa da Guiana em estimular o entendimento entre os dois grupos. Não posso deixar de tratar de tema que provoca interpretações equivocadas e que diz respeito diretamente aos interesses do Brasil e da Caricom. Quero assegurar a todos que o Brasil compreende e respeita os interesses das economias caribenhas. Os interesses dos países da Caricom sempre tiveram o apoio do Brasil na Organização Mundial de Comércio.

Mais uma vez o presidente faz referência à questão das assimetrias e divergências entre os países, mas nesse contexto, ele usa essa realidade como ponto de partida para salientar interesses-chave brasileiros no cenário internacional em questões econômicas. Nesse trecho, ele consegue induzir interesses mais amplos do Caribe, e mais especificamente a CARICOM, ligados aos do Brasil. É um tema recorrente que destaca cooperação sul-sul entre os países do G-20 e o G-90, chamando para a união de forças para metas comuns.

A eliminação desse regime preferencial jamais foi solicitada pelo Brasil. Rechaçamos energicamente qualquer sugestão de que a ação brasileira na OMC tenha visado a impor prejuízo às exportações caribenhas de açúcar para o mercado europeu. O Brasil está disposto a organizar amplo esquema de cooperação com os países da Caricom e especialmente com a Guiana, abrangendo programas de capacitação técnica no setor produtivo sucro-alcooleiro.

Lula, aqui, se compromete a ajudar na modernização e diversificação da produção agrícola guianense. Esse assunto do papel do Brasil frente à OMC é recorrente desse momento histórico, visando que é um ponto de divergência para o Brasil e o Caribe, especialmente aquelas economias baseadas em agricultura. Foi um momento em que várias países (por exemplo St. Kitts e Barbados) resolveram reestruturar suas indústrias ou simplesmente abondá-las. O assunto era sensível na Guiana onde o setor açucareiro é de suma importância socioeconômica e política, e naquele momento foi ameaçada diretamente por iniciativas na OMC. Pensadores contra a questão de aproximação com o Brasil usavam esse momento como exemplo da não complementaridade da relação e a ameaça inerente, posta pelo Brasil; sendo que querendo ou não, o país se beneficiaria da eliminação de regimes preferenciais para açúcar. Sensibilizado a esse assunto, o Presidente Lula usa esse discurso para aplacar receios, e oferecer soluções para o setor açucareiro problemático.

A cooperação entre Brasil e Guiana avança com passos seguros, desde a visita do presidente Jagdeo a Brasília.

A visita do Jagdeo para Brasília, em 2003, foi um momento marcante no processo de aproximação entre os países e o Presidente Lula, aqui, afirma isso.

Queremos criar uma comissão binacional para examinar e propor projetos na área de saúde na região fronteiriça. Decidimos estabelecer um Programa Executivo de cooperação na área educacional. O lado humano do nosso relacionamento é prioritário. Estamos definindo um acordo bilateral para regularizar a situação migratória de brasileiros na Guiana e de guianenses no Brasil. Queremos documentar os cidadãos que se encontrem em situação irregular.

No nível governamental, a relação parece caracterizada por um estado perpetuamente iniciante, mas no nível de contato dos povos, já existe um fluxo tão fluido de pessoas, que os governos dificilmente conseguem acompanhar esse movimento oficialmente. Requer, assim, iniciativas dos estados para regularizar esse processo que vem desenvolvendo, sem impulso dos governantes. Vemos então “a chegada” do estado para regulamentar o que já vem acontecendo entre os povos. Vemos a tentativa de expandir o discurso para mais do que a infraestrutura.

“Por meio de significativos investimentos da infraestrutura de comunicações, transporte e energia, estamos criando as bases de um espaço econômico integrado sul-americano.” (Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a sessão de abertura da XVI Conferencia de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, Caricom. Paramaribo, 16 de fevereiro de 2005).

O Presidente Lula afirmou que é prioridade de seu governo a integração com países e regiões vizinhas.

Unindo forças e compartilhando objetivos, seremos mais respeitados política e economicamente. Juntos, seremos capazes de melhor nos inserir neste mundo em que vivemos e mudar a relação de forças internacional atual.

Unidos, poderemos construir uma nova geografia econômica e comercial, que leve os países em desenvolvimento a realizar plenamente suas potencialidades. Por essa razão, participamos com entusiasmo do lançamento da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Esse texto mostra o posicionamento generalizado do Brasil frente integração e seu papel no processo.

O comércio regional cresceu de forma exponencial. Estamos articulando os nossos setores produtivos. Por meio de significativos investimentos da infraestrutura de comunicações, transporte e energia, estamos criando as bases de um espaço econômico integrado sul-americano.

Isso mostra que Brasília perseguia a integração regional, e proporciona uma boa ideia dos mecanismos utilizados pelo Brasil para alcançá-la. Isto é, pelo investimento em infraestrutura. Esse trecho passa uma visão do progresso sendo feito à respeito da infraestrutura, e que de certa forma os avanços sendo realizados na fronteira com a Guyana são intrinsicamente atrelados à política brasileira frente seus vizinhos continentais.

A integração de nossas duas comunidades já começou. Ao acolher a Guiana e o Suriname, a Comunidade Sul-Americana de Nações ganhou um sabor caribenho. Daremos outro passo decisivo nessa direção quando terminarmos a negociação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom. Vamos estimular negócios e projetos de cooperação que vão além da relação comercial. Fomentaremos a circulação de bens e serviços e buscaremos uma maior concentração inter-regional em todos os níveis.

Nesse ponto, em 2008, o Presidente já proclama, do ponto de vista brasileiro, uma inserção efetiva da Guyana e do Suriname no cenário sul-americano, e visa uma expansão para região caribenha, através de cooperação funcional e estímulo ao comércio.

O Brasil questionou os subsídios ilegalmente concedidos pela União Européia em matéria de açúcar. Mas é preciso que fique claro que jamais questionamos as preferências comerciais concedidas pela União Européia aos países caribenhos. A OMC reconheceu a ilegalidade e os prejuízos causados pelos inaceitáveis subsídios europeus às exportações de açúcar. Como expressão de nossas intenções, desejamos ampliar a cooperação com os países da Caricom. Queremos lançar programas de capacitação técnica no setor sucro-alcooleiro e de promoção comercial conjunta.

Novamente, um esclarecimento da posição brasileira no assunto sensível de preços preferenciais da UE para o Caribe.

O espírito de cooperação solidária marca os laços históricos entre América do Sul e Caribe. Queremos que ele se traduza em uma aproximação concreta em todas as áreas, queremos que nossas regiões sejam um pilar do mundo fraterno que almejamos construir. Por isso, contamos com o entusiasmo e a comunhão de idéias e esforços dos países irmãos do Caribe nesse empreendimento.

Retórico que pressupõe laços de cooperação entre Caribe e América do Sul.

Embora o meu país tenha conquistado a independência em 1822, a verdade é que a cabeça política da elite brasileira esteve, durante todo esse tempo, voltada para os países desenvolvidos e pouca importância se dava aos países pobres. Quando assumimos a Presidência da República, faz dois anos e um mês agora, resolvemos priorizar a nossa relação com os países em desenvolvimento.

Na política de Estado a coisa não é diferente. Ou seja, se o Brasil ou qualquer outro país da Caricom tentar encontrar solução para os seus problemas sozinhos a chance é muito reduzida.

O Brasil está disposto a recuperar o tempo perdido. O Brasil está disposto a fazer todas as parcerias e todos os movimentos possíveis para que a gente possa fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que a integração deixe de ser uma peça de oratória, em época de campanha eleitoral, para se tornar uma prática concreta das nossas ações cotidianas.

Uma tentativa de explicar a tradição brasileira de focar a política externa nas parcerias com países desenvolvidos, e as conexões escassas com os países mais próximos. Entretanto, ele expressa o desejo dentro do seu governo, institucional e pessoalmente, de superar essa tradição, e levar em frente uma política mais próxima, com esses países.

Eu tenho mais dois anos de governo e quero, aqui, assumir um compromisso com os presidentes da Caricom, de que o que já consolidamos na América do Sul vai se estender pela África, países árabes, América Latina, América Central, Caribe, porque nós achamos que o que pode contrabalançar o poder econômico dos ricos é o poder político dos pobres. Mas isso só dará certo se todos nós chegarmos à conclusão que a Comunidade Caribenha chegou: somos pequenos, somos pobres, mas temos um povo que sabe o que quer e tem consciência e, portanto, tem o direito de viver com a mesma dignidade com que vivem os povos dos países ricos. No fundo, no fundo, somos todos um povo filho da miscigenação, da mistura das etnias e, sobretudo, somos todos filhos de índios e africanos.

Compromisso pessoal de avançar relações com o sul global. Usa semelhanças culturais em justificativa.

“A construção da ponte sobre o rio Itacutú é prova de que paz e prosperidade se fazem com integração e a construção da confiança.” (Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú. Bonfim/Lethem, 14 de setembro de 2009).

A abertura da ponte sobre o Rio Tacutu marca o ponto auge das relações entre a Guiana e Brasil, fruto de anos de contato em níveis ministeriais e funcionais. Os discursos, portanto, nessa ocasião são bastante luminosos, refletindo a importância do momento, e dão uma olhada nos pontos fortes das relações pelas áreas de cooperação citadas.

Estamos aqui para realizar um sonho de trinta anos. Com a inauguração da ponte sobre o Rio Itacutú, damos um passo concreto e irreversível. Estamos integrando a Guiana e o Brasil e trazendo prosperidade para nossos povos. Esta é a primeira ligação física entre dois países que viveram muito tempo de costas um para o outro. Estamos fazendo de nossa fronteira um ponto de encontro. Não seremos apenas vizinhos. Queremos ser parceiros para tornar realidade o potencial de nossa herança amazônica. A ponte sobre o rio Itacutú é apenas o primeiro passo nessa empreitada. A pavimentação da estrada Lethem-Linden será nosso próximo desafio.

Discurso cheio de floreio retórico, descrevendo o avanço feito pela inauguração da ponte. Destaca que esse feito pode ser sinal do momento em que posições tradicionais de “muito tempo de costas um para o outro” serão revertidas. Novamente, afirma a integração da Guiana no cenário sul-americano através dessa obra de infraestrutura, ademais, uma integração mais abrangente do que só com o Brasil, ao qual a ponte a conecta.

A ponte que estamos inaugurando já está beneficiando as comunidades das fronteiras, tradicionalmente esquecidas. Ganham mais acesso à saúde, educação e alternativas de abastecimento. [...] Também já houve aumento do fluxo de bens e pessoas entre nossos países. Estamos estudando a abertura de agências bancárias nas

idades da região para acelerar ainda mais essa integração. O desenvolvimento da agricultura é fundamental nessa estratégia. Abre-se excelente oportunidade para repetir no solo guianense o êxito da tecnologia brasileira no cultivo da soja e do arroz.

Destaca o que existe em outras áreas de possibilidades, referindo-se a questão do agronegócio brasileiro, em relação a soja. Afirma que o esforço do governo federal em avançar a integração regional está no fundo atrelado aos interesses dos grandes produtos de agronegócio, e serve como incentiva doméstica para o avanço de investimento federal em obras de infraestrutura em solo estrangeiro.

Queremos, no entanto, resguardar nosso patrimônio comum por meio de políticas de ocupação e desenvolvimento sustentáveis. Isto exige uma presença maior do Estado nas nossas fronteiras. Por isso, o Brasil já instalou um Vice-Consulado em Lethem e vamos realizar a primeira reunião do Comitê Binacional de Fronteira. Mas também vamos melhor equipar e capacitar nossas Forças Armadas. Este é o sentido do Acordo de Defesa que estamos assinando hoje.

Nossas fronteiras devem ser a vanguarda de nossa integração, um verdadeiro ponto de encontro e diálogo. Para isso, vamos estimular o intercâmbio entre escolas de nossos dois países, a começar pelo ensino de português e inglês como segunda língua.

Estamos prontos a financiar a construção por empresas brasileiras de hidroelétricas na Guiana. A possibilidade de essa geração também atender a Roraima fará da interconexão energética entre nossos países uma realidade.

Mas precisamos reduzir o desequilíbrio em nossas trocas comerciais. O ingresso da Guiana, a partir de hoje, no Programa de Substituição Competitiva de Importações fomentará suas exportações para o Brasil.

O presidente Lula expressa a visão sobre a fronteira colocando a questão de segurança, e destacando o desenvolvimento em conjuntura dessa zona, focando nas questões de cooperação funcional entre os países. Há necessidade de uma certa estimulação estatal para ampliar a aproximação nessas áreas. Frisa também a questão do setor privado brasileiro como parte desse avanço.

Essa visão de modo geral não leva em consideração que a fronteira, já é/era um ponto vivo de encontros entre povos. E que os povos, de certa forma são um povo único quando consideramos a presença de povos indígenas da região e seus movimentos livres. Por mais, isso soa como uma “chegada” de poder estatal para uma regional já viva, com a imposição de novas regras e mecanismos institucionais para integrar essa região dentro da alcance estatal. Portanto o discurso foca em elementos carentes na zona, elementos estatais desejadas para a integração efetiva do local numa dinâmica tradicional estatal de como deveria ser uma fronteira internacional.

A construção da ponte sobre o rio Itacutú é prova de que paz e prosperidade se fazem com integração e a construção da confiança. Integração para segurança.

Com a ponte sobre o Rio Itacutú, estamos incorporando a Guiana definitivamente à América do Sul. Mas essa obra também leva o Brasil ao Caribe. Estou convencido de que não haverá integração sul-americana nem latino-americana sem uma forte presença caribenha. É por isso que o Brasil recentemente aderiu ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, como membro regional.

Estou convencido de que somos parceiros indispensáveis na construção daquela ponte maior que aproxima países, continentes e culturas de nosso hemisfério. Uma ponte que simboliza a permanente amizade entre os povos da Guiana e do Brasil e nosso renovado compromisso com a integração da América Latina e Caribe.

Um trecho revelador de papel percebido que o Brasil terá na integração da Guyana no contexto sul-americano. Novamente aparece o discurso da presença necessária do Caribe na América Latina; e depois segue para um trecho retórico, que visualiza a ponte dentro da esquema de aproximação. Esse trecho acrescenta também outros motivos mais amplos para a participação brasileira nessa obra, em relação à manutenção de paz nas suas fronteiras, e a crença de que aproximação dissuade insegurança.

3.3 PRESIDENTE BHARRAT JAGDEO (1999-2011)

“We take a tangible step towards reaffirming in both Guyana and Brazil ... that we belong to the same Region, that we share the same continental and hemispheric destiny” (Discurso pelo Presidente da República da Guiana, Bharrat Jagdeo, na inauguração da ponte Takutu. Bonfim/Lethem, 14 de setembro de 2009).

O discurso do Presidente Jagdeo no momento de abertura da ponte sobre o Rio Tacutu é um discurso seminal nas relações entre Brasil e Guyana, marcando uma nova fase, em que a partir daquele momento existiria uma ligação física entre os dois, e, nas palavras dele, teria a vontade política necessária dos líderes para avançar o projeto de uma integração mais abrangente.

The Takutu River Bridge represents the fulfilment of a dream long held by the people of Guyana. After more than a generation of anticipation and a lengthy process of preparation and planning, and having persevered through countless difficult and unforeseen challenges, we are proud to see accomplished this shared objective of the establishment of a physical interconnection that would lead to closer contact and cooperation between Guyana and Brazil and their peoples. President Lula has himself attached to the project, and to the personal support that he has given to its advancement.

Much more than the mere opening of a bridge that has been long awaited. It is, instead, an occasion that is replete with historic symbolism for our two countries and for our entire hemisphere.³⁴

O Presidente delimita um contexto histórico em que se posiciona a ponte como materialização de um sonho de muitas gerações. A ponte é também contextualizada no cenário regional da América do Sul.

The interests of our people are best served by dismantling barriers across South America and in their place building bridges, both in a literal sense such as the physical one that we open today, and in a figurative sense such as the bonds of relationships, trade, cultural, and people to people we take a tangible step towards reaffirming in both Guyana and Brazil and in the minds of both Guyanese and Brazilians that we belong to the same Region, that we share the same continental and hemispheric destiny.³⁵

Mais dialogo a respeito de um destino continental, integração do continente sul-americano.

When one considers the geographical proximity of Guyana and Brazil, it is striking how modest the level of trade activity has been thus far. The message is clear. Despite growth in recent years, there remains vast room for expansion in trade between Brazil, Guyana and the rest of CARICOM.³⁶

Os fluxos comerciais são modestos.

³⁴ A ponte sobre o Rio Tacutu representa o cumprimento de um sonho concebido por muito tempo pelo povo da Guyana. Depois de mais de uma geração de antecipação e um processo longo de preparação e planejamento, e tendo perseverado por muitos desafios difíceis e inesperados, nós estamos orgulhosos de ver atingido este objetivo compartilhado do estabelecimento de uma interconexão física que levaria a contato e cooperação mais próximo entre Guyana e Brasil e seus povos. Presidente Lula tem se juntado ao projeto, e ao apoio pessoal que ele tem dado ao seu avanço.

Muito mais do que a mera abertura de uma ponte, que tem sido esperado por muito tempo. Isto é, por outro lado, uma ocasião cheia de simbolismo para os nossos dois países, e para nosso inteiro hemisfério.

³⁵ Os interesses dos nossos povos são melhor servidos através da desconstrução de barreiras no continente sul-americana, e no seu lugar, a construção de pontes, tanto no senso literal como no caso da ponte física que nós abrimos hoje, quanto no senso figurativo, como nos laços de relacionamentos, comércio, cultura e povos para povos, nós tomamos passos concretos na direção de reafirmar, na Guyana, no Brasil, e nas mentes de guianenses e brasileiros que pertencemos à mesma região, e que compartilhamos o mesmo destino continental e hemisférico.

³⁶ Quando considera-se a proximidade da Guyana e Brasil, é impressionante quão modesto o nível de atividade comercial tem sido até então. em 2004, comércio total entre nossos dois países chegou a uma mera \$9,7 milhões de dólares norte-americanos, com a importação guianense do Brasil somando a praticamente toda essa atividade. Desde então, comércio total entre Guyana e Brasil tem quase duplicado para \$17,8 milhões de dólares norte-americanos em 2008. Expandindo a nossa examinação, o total de importações da Comunidade Caribenha (CARICOM) do Brasil tem aumentado de \$744 milhões de dólares em 2004 à \$1,2 bilhões de dólares em 2007 e, apesar do incremento rápido de crescimento, exportação total da CARICOM para o Brasil permanece pequena em comparação, tendo aumentado de \$38 milhões de dólares para \$91 milhões de dólares no mesmo período. A mensagem é clara. Apesar do crescimento em recentes anos, permanece vasto espaço para expansão de comércio entre Brasil, Guyana e o resto da CARICOM.

I have myself often lamented the apparent inability of countries like ours in CARICOM to overcome what I consider to be one of the most constraining inhibitors of growth and development, that is, the smallness of our domestic market. This bridge, in very significant measure, eases this constraint and opens new vistas to be explored. Put simply, the Takutu River Bridge provides CARICOM producers of goods and services with overland access through Guyana to one of the ten largest economies in the world.

This Bridge likewise provides more efficient access from Brazil's northern states, particularly the landlocked state of Roraima, to the Atlantic coast and beyond to markets in Europe and North America.³⁷

Reconhecimento da postura caribenha para Europa e não para o sul e assunto da realização do destino continental da Guyana. Reconhece a limitação de um mercado pequeno, um fato que enfraquece as potencialidades dos produtores da Guyana o do Caricom.

Bridge within the broader context of my Government's vision. This vision is informed by the realities of our size and all of the attendant vulnerabilities that accompany smallness. In pursuit of the objective of mobilising our country's resources to achieve accelerated growth and prosperity for our people, we therefore recognise the imperative of an open economy, one that is receptive to and built on inward investment and foreign trade.

largely as a result of historical factors, the traditional approach by countries such as ours has been to look north and, while much rhetorical acknowledgement has been paid over the years to our continental destiny, this destiny has neither materialised in observable measure nor has it been pursued with meaningful vigour. we can change rhetoric to action and reinforce in the minds of young Guyanese that they are South Americans as much as they are Caribbean.

our vision for Guyana is one that sees the realising of this continental destiny, not out of choice but out of necessity, if the aspirations of our people are to be realised, and here I speak not only of the people of Guyana but of the people of our entire Region, South America and the Caribbean.

this bridge is but one element in an infrastructural network that also includes a reliable link between Suriname and Guyana by ferry. network is far from complete if we are, as both large and small countries, to realise the potential advantages that can arise from closer economic relations across our Region.³⁸

³⁷ Eu tenho lamentado frequentemente a incapacidade aparente de países como nossos na CARICOM para superar o que eu considero ser um dos inibidores mais constrangedores para crescimento e desenvolvimento, isto é, o tamanho pequeno do nosso mercado doméstico. Esta ponte, em medida muito significativa, ameniza esse constrangimento e abre novas vistas para serem exploradas. De forma simples, a ponte Tacutu, providencia aos produtores e bens e serviços da CARICOM, um acesso terrestre, através da Guyana, para uma das dez maiores economias dos mundo.

Esta ponte similarmente providencia acesso mais eficiente dos estados do Norte brasileiro, particularmente, o estado interior (sem acesso ao mar) de Roraima para a costa atlântica e mais além para os mercados da Europa e América do Norte.

³⁸ A ponte no contexto mais amplo da visão do meu governo. Este visão é informado pelas realidades do nosso tamanho e as vulnerabilidades atinentes que acompanham esse pequenez. Na procura do objetivo de mobilização dos recursos do país para atingir crescimento e prosperidade acelerado para nosso povo, nós reconhecemos portanto, a imperativa de uma econômica aberta, uma que é receptiva para investimento do exterior e comércio internacional e construída a partir dos mesmos.

Grandemente por resultados de fatores históricos, a maneira tradicional de países como nosso tem sido de olhar para o Norte e, enquanto tem sido prestado muito reconhecimento retórico durante anos para nosso destino continental, este destino nem tem-se materializado, nem tem se perseguido com vigor significativo. Podemos

Situando a ponte na visão do seu governo, o Presidente frisa o ponto de que a Guyana é um país pequeno e que isso tem um impacto em todos os esforços para mobilizar para desenvolvimento. Além disso, toca diretamente a questão da identidade caribenha e o fato de que precisa de um esforço oficial para fomentar uma consciência sul-americana na nova geração guianense.

This bridge's benefits, whilst real and immediate for Guyana and the State of Roraima, will be immeasurably complemented by the synergies generated from an upgraded Lethem to Linden road, a deep water harbour on Guyana's Atlantic coast, the filling of critical gaps in the air and sea transport infrastructure of the Caribbean, harnessing more affordable, reliable, and renewable sources of energy such as through hydropower, and improving access, reliability and affordability of information and communication technology including through fibre optic cable. These are but some of the infrastructural prerequisites that need to be addressed, across national boundaries, if Guyana and Brazil are to achieve the kind of economic and social development we seek.³⁹

Fica visível que torna-se a ponte primeiro lance num processo mais amplo para o Caribe e o resto do Brasil em diversas áreas, enquanto frisa os benefícios diretos e imediatos.

The necessary political will is resolutely in place. Even if, as a country, Guyana is not able to finance all of these projects on our own, their importance dictate that they be pursued with concerted focus, and Guyana is committed to realising them by mobilising strategic alliances and support from partners such as Brazil.⁴⁰

Indaga a importância de vontade política para desencadear alianças estratégicas novas.

Indeed, there already exists a large Brazilian community in Guyana, and in the short space of time since their arrival, they have already contributed in no small

transformar o retórico para ação e reforçar nas mentes de jovem guianenses que eles são sul-americanos na mesma medida em que são caribenhos.

Nossa visão para Guyana é uma que enxerga a realização desse destino continental, não por conta da escolha, mas por conta da necessidade, se as aspirações do nosso poderiam ser realizadas, e aqui eu falo não somente do povo da Guyana, mas também da região inteira, América do Sul e do Caribe.

Esta ponte é um só elemento numa rede infraestrutural, que também inclui uma ligação confiável entre Suriname e Guyana por balsa. Essa rede é longe de completo se nós, como países grandes e pequenos, iríamos realizar as vantagens potenciais que surgiriam dessas relações mais próximas através da nossa região.

³⁹ Os benefícios desta ponte, enquanto real e imediato para Guyana e o estado de Roraima, serão imensuravelmente completos pelas sinergias geradas da melhoria na estrada Lethem - Linden, um porto de água profunda na costa atlântica da Guyana, o preenchimento de lacunas críticas na infraestrutura de transporte aérea e marítima do Caribe, a introdução de novas fontes de energia acessível, confiável e renovável através de projetos hidroelétricos, e melhorando disponibilidade, fiabilidade e acessibilidade de tecnologia de informação e comunicação, inclusive através de cabo de fibra óptica. Essas são apenas algumas das prerequisites infraestruturais que precisam ser abordadas, através de fronteiras nacionais, se Guyana e Brasil fossem atingir o tipo de desenvolvimento econômico e social que nós buscamos.

⁴⁰ A vontade política necessária é decididamente presente. Mesmo se, como um país, a Guyana não poderia financiar todos esses projetos propriamente por nossa parte, a importância desses exige que eles sejam perseguidos com foco dedicado, e Guyana é comprometido para a realização deles por uma mobilização estratégica de alianças e apoio de parceiros como o Brasil.

*measure to the enrichment of our social fabric and cultural landscape. Guyana welcomes them warmly, and assures them that they will find no hostility or suspicion on the part of our people. On the contrary, they will be received with the warmth and affection of a true neighbour such as Guyana and Brazil are to each other. It is indeed through President Lula's leadership that countries like Guyana and Suriname, which for reasons that can only be attributed to historical artefact were previously excluded, are now embraced within the mainstream of the engagement on South American integration and development. we have benefited from President Lula's solidarity over many years.*⁴¹

O discurso estabelece que já tem uma população brasileira ativa na Guyana. Além disso, apresenta uma imagem de Lula como ponto de referência para Guyana no desenvolvimento de aproximação bilateral, e por isso, o prêmio nacional para consolidar ainda mais a relação e aproximação desse ponto focal forte na política brasileira.

“The physical, economic, social and personal links between our countries are stronger than ever, and are laying the foundations for the full realization of Guyana’s South American destiny.” (Discurso do Presidente Bharrat Jagdeo no ato de conferir o Ordem de Excelência para sua Excelência Luiz Ignácio Lula da Silva. Georgetown, 10 de novembro de 2010).

*The physical, economic, social and personal links between our countries are stronger than ever, and are laying the foundations for the full realization of Guyana’s South American destiny. [We are] excited by the new potential that we can reach as the bridge between South America and the Caribbean. President Lula and I opened the Takutu Bridge last year – this is a potent symbol of the strengthening bonds between our peoples and in particular, the new economic opportunities that can be realized by citizens and businesses in both Guyana and Northern Brazil. These new opportunities are in no small part thanks to President Lula.*⁴²

⁴¹ De fato, existe já uma grande comunidade brasileira na Guyana, e no curto prazo de tempo da sua chegada, eles já têm contribuído em grande medida para o enriquecimento da nossa fábrica social e paisagem cultural. A Guyana saúda cordialmente a eles, e assegura que eles não se encontrarão nenhuma hostilidade ou suspeição na parte do nosso povo. Ao contrário, eles seriam acolhidos com o carinho e o afeição de um verdadeiro vizinho, da maneira que Guyana o Brasil são entre si. É, efetivamente, através da liderança do Presidente Lula que países como Guyana e Suriname, quais por razões que somente podem ser atribuídos ao artefato histórico foram previamente excluídos, agora são abraçados dentro do engajamento convencional na integração e desenvolvimento Sul-americano. Nós temos beneficiado da solidariedade do Presidente Lula por muitos anos.

⁴² Os vínculos físicos, econômicos, sociais e pessoais entre os nossos países é mais forte do que nunca, e os tais deixam a fundação para a realização completa do destino sul-americano da Guyana. [Somos]Animados por esse novo potencial que nós podemos alcançar com essa ponte entre América do Sul e o Caribe. Presidente Lula e eu inauguramos a ponte Tacutu no ano passado - esse é um símbolo potente dos laços cada vez mais fortes entre nossos povos, e particularmente, as novas oportunidades econômicas que poderiam ser realizadas por cidadãos e empresas na Guyana e no Brasil setentorial. Essas novas oportunidades são em grande parte agradecidamente por causa do Presidente Lula.

Novamente, o discurso bate na tecla de um destino continental, e o simbolismo da ponte entre o Caribe e América do Sul.

*we will miss President Lula's wise counsel, but we are also delighted to see in President-elect Rouseff someone who shares President Lula's commitment to creating a better continent and world for us all. [Applause] Madame President-elect, we are honoured that you took the time to come to Guyana, and we very much look forward to working with you in the years ahead.*⁴³

O discurso segue padrão elogioso costumeiro ao Presidente Lula, traçando a vida pessoal e política dele.

*Guyana is one of the smaller countries on the continent. We are the only English-speaking nation. And we have historically been perceived as part of the periphery of South America. And in the same way as Guyana is no longer part of the periphery of our continent, South America is no longer seen as peripheral to the global economy or major international decisions.*⁴⁴

Esse trecho destaca a posição isolada, e periférica da Guyana no continente; entretanto, o presidente liga metaforicamente a inclusão da Guyana no cenário sul-americano com a emergência sul-americana no nível global, liderado por Brasil.

*The democratic and economic standard of the continent enables the integration that is essential to make our continental destiny more than an aspiration, and instead to be about individuals and businesses forming bonds across borders. Part of building our trans-continental economic framework is about continuing our work on physical integration, such as IIRSA and the South American Energy Ring. Just last year, President Lula and I inaugurated the bridge which connects our two nations, and we are already seeing the many positive economic and social benefits that come when we deepen our infrastructural bonds.*⁴⁵

⁴³ Nós sentiremos falta do conselho sábio do Presidente Lula, mas também estamos felicitados de perceber na presidente-eleita Rouseff, alguém que compartilha o compromisso do presidente Lula na criação de um continente e um mundo melhor para nos todos.[Aplaudas] Madame Presidente-eleita, sentimos honrados que, a senhora separou o tempo para vir para Guyana, e esperamos trabalhar juntos com vossa excelência nos anos para frente.

⁴⁴ Guyana é um dos países menores no continente[;] Somos a única nação de língua inglesa. E historicamente nós estávamos percebido como parte da periferia da América do Sul. E na mesma medida que a Guyana nada mais é considerada parte da periferia do nosso continente, a América do Sul, nada mais e vista como periférica na economia global e decisões internacionais importantes.

⁴⁵ O padrão continental democrática e econômica possibilita a integração que é essencial para fazer com que o nosso destino continental seja mais do que uma aspiração, senão, seria sobre os indivíduos e empresas formando laços através de fronteiras.

Uma parte da construção do nosso fundamento estrutural econômica transcontinental baseia-se na continuação do nosso trabalho de integração física, como da IIRSA e do Anel energética sul-americana. Apenas no ano passado, Presidente Lula e eu inauguramos a ponte que conecta as nossas duas nações, e já visualizamos os benefícios econômicos e sociais positivos que vem, quando aprofundamos os nossos laços infraestruturais.

3.4 PRESIDENTES VICENTE FOX (2000-2006) E FELIPE CALDERÓN (2006-2012)

“Para enlazar más a nuestros dos países, para cumplir con los objetivos y metas del Plan Puebla-Panamá, que es construir infraestructura carretera, portuaria y aeroportuaria.”
(Palabras del Presidente Vicente Fox Quesada durante la Cena Oficial que ofreció en su honor el excelentísimo señor Said Musa, Primer Ministro de Belice. Belmopan, 28 de junho de 2005).

Estoy contento, muy contento de estar en este querido y respetado país, tan cercano en la geografía y en el afecto de las y los mexicanos.⁴⁶

Tão próximo na geografia, mas implicitamente distante na geografia. Nota-se o uso de palavras consolidarias como querido e respeitado para destacar uma relação de afeto.

[...] me honra profundamente el otorgamiento de la “Orden de Belice”. Acepto esta alta distinción con entusiasmo y alegría, como una muestra de la firme amistad que une a nuestros pueblos. Esta condecoración también simboliza la solidez de nuestra relación.⁴⁷

O trecho mostra a importância dada ao Presidente mexicano não somente como instituição mais à pessoa que ocupa essa posição. É um momento pessoal, mas tem implicações positivas para um país pequeno procurando manter e maximizar relevância na relação bilateral.

Quiero hacer un reconocimiento al gobierno de Said Musa, porque durante su gestión, Belice y México han avanzado enormemente en la resolución de los principales temas de la agenda bilateral. Ha sido especialmente la disposición del amigo, del Primer Ministro, para hacer de la frontera que compartimos, un espacio de amistad, cooperación y prosperidad.⁴⁸

A relação México-Belize como descrita pela Ministério de Relações exteriores do México, atingiu seu auge durante o mandato do Primeiro-Ministro Musa, e isso é reconhecido

⁴⁶ Estou contente, muito contente de estar neste querido e respeitado país, tão próximo na geografia e no afeto dos mexicanos.

⁴⁷ Por ele, me honra profundamente a entrega da “Ordem de Belize”. Aceito esta alta distinção com entusiasmo e alegria, como uma mostra da firme amizade que une os nossos povos. Esta condecoração também simboliza a solidez da nossa relação.

⁴⁸ Quero fazer um reconhecimento do governo de Said Musa, porque durante a sua gestão, Belize e México têm avançado enormemente na resolução dos principais temas da agenda bilateral. Tem sido especialmente amigável a disposição do primeiro-ministro, para fazer a fronteira que compartilhamos, um espaço de amizade, cooperação e prosperidade.

pelo Presidente Fox nesse discurso. Esse momento de outorga de prêmio nacional ao Presidente simboliza esse auge. Também aparece a vontade de fazer a fronteira um “espaço de integração”. Esse trecho representa novamente uma alusão à chegada do estado nacional numa fronteira enquanto periférica, já vivificada pelas pessoas que residem e transitam no espaço, até além do controle oficial do estado.

Estoy seguro de que la obra que está próxima a construirse, el nuevo Puente Internacional, será un puente para estar más cerca y fortalecer más la amistad, pero además será un puente para contribuir a organizar, ordenar y agilizar los flujos de personas, mercancías y vehículos, al mismo tiempo de fortalecer la seguridad.⁴⁹

A chegada do governo central é facilitado pelos contatos no nível executivo, e o efeito mais palpável é a construção de uma peça de infraestrutura física. Essa ponte não visa somente as necessidades da comunidade bifronteiriça local, que já se adequava à estruturas disponíveis, e até ignorou sua necessidade. Atrelada a construção dessa ponte foram metas que seriam realizadas quando a ponte seja interligada numa rede mais ampla de estruturas e mecanismos, que visam a integração de um espaço mais amplo.

Me felicito, de que también hayamos ya programado y planeado ir a un segundo puente, para enlazar más a nuestros dos países, para cumplir con los objetivos y metas del Plan Puebla-Panamá, que es construir infraestructura carretera, portuaria y aeroportuaria.⁵⁰

O presidente situa a ponte dentro do PPP, e os objetivos mais amplos desse:

Para unir más a nuestros pueblos, para fortalecer más los procesos de desarrollo, para impulsar más la generación de empleos, para facilitar más la migración y enriquecimiento mutuo, pero a la vez también, para luchar con más fortaleza en contra de la migración ilegal, el narcotráfico y el terrorismo. Así estamos construyendo una frontera moderna, eficiente y segura.⁵¹

O presidente Fox expressa a visão sobre a fronteira colocando a questão de segurança, e destacando o desenvolvimento em conjuntura dessa zona, focando nas questões de

⁴⁹ Estou seguro de que a obra que está próxima a se construir, a nova ponte internacional, será uma ponte para estar mais próxima, e fortalecer mais a amizade, mas além disso, será uma ponte para contribuir a organizar, ordenar e agilizar os fluxos de pessoas, mercadorias e veículos, ao mesmo tempo de fortalecer a segurança.

⁵⁰ Me parabeno, de que temos já programado e planejado ir a uma segunda ponte, para enlaçar mais os nossos dois países, para cumprir os objetivos e metas do Plan Puebla-Panamá, que é construir infraestrutura rodoviária, portuária e aeroportuária.

⁵¹ Para unir mais os nossos povos, para fortalecer mais os processos de desenvolvimento, para impulsionar mais a geração de empregos, para facilitar mais a migração e enriquecimento mútuo, mas ao mesmo tempo, para lutar com mais força contra a migração ilegal, o narcotráfico e o terrorismo. Assim, estamos construindo uma fronteira moderna, eficiente e segura.

cooperação funcional entre os países. Essa visão de modo geral, não leva em consideração que a fronteira, já é/era um ponto vivo de encontros entre povos. E que os povos, de certa forma são um povo único quando consideramos a grande contingente de mestiços da região e seus movimentos históricos. Por mais, isso soa novamente como uma “chegada” de poder estatal para uma regional já viva, com a imposição de novas regras e mecanismos institucionais para integrar essa região dentro da alcance estatal. Portanto o discurso foca em elementos carentes na zona, elementos estatais desejadas para a integração efetiva do local numa dinâmica tradicional de como deveria ser uma fronteira internacional.

En el Ámbito regional, el Ámbito de Puebla-Panamá, de Mesoamérica, coincidimos en la necesidad de establecer una asociación privilegiada entre las naciones de Mesoamérica. Por ello, estamos dando juntos un fuerte impulso al Plan Puebla-Panamá, con la construcción de puentes, la construcción de carreteras, la construcción de líneas eléctricas, el impulso a la educación y a la cultura, el impulso a la inversión y a la generación de empleos.⁵²

Esse trecho do texto joga uma luz unificadora sobre uma certa desclaração conceitual da região ao sul do México. Durante o período em estudo percebemos uma transição de nomenclatura de Plan Puebla-Panamá para Plano Mesoamérica. Isso reflete de certa forma a dificuldade do México se situar com o resto do istmo centro-americano. Mas por outro lado, em esse discurso, o Presidente usa três conceitos de modo permutável para mostrar de um lado, que eles referem à mesma coisa, e ademais, sinaliza a atuação mexicana na “região” através do Puebla-Panamá para a fortalecimento da “Mesoamérica”.

México está decidido a construir una nueva relación con el pueblo y el gobierno de Belice, que sea un verdadero ejemplo para otras naciones.⁵³

México como Brasil indica o seu nível de integração com Belize, como exemplo às nações. No caso do México isso significa integração com o país da sua “terceira fronteira”, ou seja com o Caribe. Além disso, é um exemplo de cooperação Sul-Sul.

Y así con profunda satisfacción, y a nombre de México, le hemos decidido otorgar la Orden Mexicana del Aguila Azteca en Grado de Collar. Reciba esta

⁵² No âmbito regional, o âmbito de Puebla-Panamá, de Mesoamérica, concordamos na necessidade de estabelecer uma associação privilegiada entre as nações de Mesoamérica. Para alcançar isso, estamos dando juntos um impulso forte ao Plan Puebla-Panamá, com a construção de pontes, a construção de rodovias, a construção de linhas elétricas, o impulso à educação, e à cultura, o impulso ao investimento à geração de empregos.

⁵³ México está comprometido em construir uma nova relação com o povo e governo de Belize, que seja um verdadeiro exemplo para outras nações.

*condecoración como prueba de afecto y de respeto entre nuestras naciones y entre nuestros gobiernos.*⁵⁴

“Este puente, repito, es estratégico y nos pone ya muy cerca de tener todo este corredor totalmente eficientado” (Presidente Vicente Fox na assinatura de documentos e conferência de Prensa conjunta que ofereceram Vicente Fox e O Primeiro-Ministro Said Musa de Belize. Belmopan, 28 de junho de 2005).

*Si bien ya decidimos y habremos de poner en marcha la construcción del puente y la aduana entre México y Belice, en Subteniente, población de México y Santa Elena, población de Belice, donde hay un financiamiento de parte del Gobierno mexicano y que además hemos aceptado y acordado con el Primer Ministro el día de hoy, que también el último tramo de conexión con la aduana y con el puente será incluido en el financiamiento a fin de sacar las dos cosas juntas.*⁵⁵

A relação México-Belize coloca valor em cooperação funcional e especialmente em questões investimento em infraestrutura. Nesses primeiros passos da construção da ponte o governo mexicano já assume responsabilidade financeira pela compleição da obra. Por mais, vemos o trabalho sendo feito em conjunto com outro projeto doméstico, e pode ser entendido por todos os propósitos como parte de uma política doméstica mexicana.

*Esto, y así quedó confirmado con el gobernador de Quintana Roo, con el propio Primero Ministro; nos va a abrir grandes posibilidades de crecimiento de comercio y la inversión entre nuestros dos países. Y desde luego es un puente estratégico en el Plan Puebla-Panamá, puesto que éste es un puente que hace la conexión de lo que hemos denominado el Corredor Atlántico, que viene y está siendo construido desde la frontera en Matamoros con los Estados Unidos, y cruza todo el territorio mexicano y continúa hasta Panamá.*⁵⁶

Contextualiza a ponte como lance mais próximo num processo mais amplo para a realização do Corredor Atlântico do PPP e isso como relevância nacional para o Estado mexicano. Enquanto isso, ele frisa os benefícios diretos para os locais mais imediatos com a

⁵⁴ E assim, com satisfação profunda, e em nome de México, nós temos decidido condecorar-lhe com a *Orden Mexicana del Aguila Azteca em Grado de Collar*. Receba esta condecoração como prova de afeto e de respeito entre nossas nações e nossos governos.

⁵⁵ Já Decidimos, de fato faremos, a colocação em andamento da construção da ponte e da aduana entre México e Belize, em *Subteniente*, povoado de México e Santa Elena, povoado de Belize, onde há um financiamento da parte do governo mexicano e além disso temos aceitado e concordado com o primeiro-ministro hoje, que também o último trecho da conexão com a aduana e com a ponte será incluído no financiamento a fim de terminar as duas coisas juntas.

⁵⁶ Esto, e assim fica confirmado com o governador de Quintana Roo, com o próprio primeiro-ministro; nos vai a abrir grandes possibilidades de crescimento de comércio e o investimento entre nossos dois países. E desde então é uma ponte estratégica no plano Puebla-Panamá, posto que este é uma ponte que faz a conexão do que temos denominado o Corredor Atlântico, que vem e está sendo construído desde a fronteira em Matamoros com os Estados Unidos, e cruza todo o território mexicano y continua até Panamá.

contraposição do Estado de Quintana Roo e Belize, ou seja, tem um significado distinto para o Estado de Quintana Roo como Estado periférico da federação mexicana.

Este puente, repito, es estratégico y nos pone ya muy cerca de tener todo este corredor totalmente eficientado, pero hablando de planes futuros, ya nos platicó el Primer Ministro de otro puente que también resulta estratégico y conecta a otra importante región de Belice y la suma al corredor atlántico y le da más vitalidad a este corredor atlántico.

Ya ofrecimos poner manos a la obra rápido, estructurar la ingeniería financiera y ver cómo hacemos este otro puente también, que está un poco al interior de este país. Pero que repito, suma y añade fortaleza, tráfico al corredor atlántico.⁵⁷

O presidente deixa claro o ângulo de importância estratégica dessa obra para México, e que seu país tem toda capacidade e intenção de fornecer os recursos necessários para sua realização. Nesse trecho aluda ao possível construção de uma outra peça de infraestrutura física em território belizense, com recursos mexicanos, para atingir a meta final que é a viabilização do corredor atlântico. Aluda também à questão das possíveis complicações em relação aos trâmites necessários para liberar fundos para um trabalho fora do território nacional.

Mañana estaremos haciendo lo propio en Honduras y lo haremos no sólo en lo que está haciendo el propio país de Honduras, en materia de infraestructura, sino lo haremos también en conjunto colectivo para seguir impulsando este proyecto de desarrollo regional Puebla-Panamá que va avanzando con mucho éxito y está haciendo estas conexiones importantes. Si hablaba hoy, por ejemplo, la distancia desde aquí hasta la frontera americana que antes era de siete días, hoy está reducida a 48 horas, ya con todo lo que se ha venido construyendo y lo que está por construirse.⁵⁸

O presidente ressalta que esse projeto não somente ajudaria Belize, mas também outros países na América Central. Portanto mostra o empenho mexicano na região, e seu compromisso com o projetos transnacionais na sua esfera de influência.

⁵⁷ Esta ponte, repito, é estratégica e nos coloca já muito perto de ter todo este corredor totalmente levado à eficiência, mas falando de planos futuros, já nos falou o primeiro-ministro de outra ponte que também resulta estratégica e conecta a outra região importante de Belize e a inclui ao corredor atlântico, e dá mais vitalidade a este corredor atlântico.

Já oferecemos pôr mãos à obra rápida, estruturar a engenharia financeira, e ver como fazemos esta outra ponte também, que está um pouco mais ao interior deste país. Mas eu repito, soma e acrescenta a fortaleza, trânsito ao corredor atlântico.

⁵⁸ Amanhã, estaremos fazendo o mesmo em Honduras, e não somente o fazemos[...] Se falava hoje, por exemplo, a distancia desde aqui até a fronteira americana que antes era de sete dias, hoje está reduzida a 48 horas, já com tudo o que se tem vindo construindo e o que será construído.

*[...] este acuerdo de seguridad es muy importante, es básico. Y efectivamente, ahora contamos ya con tres acuerdos similares, el que tenemos con Estados Unidos, el que tenemos con Guatemala firmado, y ahora el que tenemos con Belice. Y todo tiene el mismo propósito: fronteras seguras, fronteras flexibles y rápidas para el cruce de personas y mercancías.*⁵⁹

O Presidente frisa a persistência de segurança na política externa do seu país e outras questões inclusive cooperação funcional, destacando alguns acordos já trabalhados.

“Hemos ratificado nuestra intención de trabajar juntos ... en la modernización y ampliación del cruce internacional, ubicado en Subteniente López, México, y Santa Elena, Belice” (O presidente Calderón na mensagem à jornalistas pela visita oficial do primeiro-ministro de Belice. MÉXICO, D.F., 19 de outubro de 2010).

Enquanto os planos para a construção da ponte internacional sobre o rio Hondo se iniciaram durante o mandato do Presidente Fox, vemos uma continuação da política de expansão vis-à-vis América Central e, por conseguinte, Belize no início do mandato do Presidente Calderón. Por mais, percebe-se um novo impulso dado no processo ao início do mandato dele para retomar iniciativas em relação ao sul, depois de um período de dormência.

*Compartimos la certeza de que la relación entre México y Belice se sustenta en valores e intereses compartidos, como el respeto y la defensa de los derechos humanos, y la democracia, así como el deseo de fortalecer los intercambios comerciales y la integración regional como ejes para alcanzar mayores niveles de desarrollo y bienestar, en beneficio de ambas sociedades.*⁶⁰

As áreas de prioridades para México são esboçadas, e mostram uma base para ação comum entre os dois.

Nos comprometimos a darle un nuevo impulso a la cooperación entre nuestros países. Consecuentemente, hemos suscrito tres convenios de colaboración para elevar la calidad y competitividad de la educación técnica en ambos países, para mejorar la atención a nuestras comunidades en el exterior, y para fortalecer la propiedad intelectual en ambos países.

⁵⁹ [...] este acordo de segurança é muito importante, é básico. E efetivamente, agora já contamos com três acordos similares, o que temos com os Estados Unidos, o que temos com Guatemala, e agora o que temos com Belize. E tudo tem o mesmo propósito: fronteiras seguras, fronteiras flexíveis, e rápidas para o cruzamento de pessoas e mercadorias.

⁶⁰ Compartilhamos a certeza de que a relação entre México e Belize sustenta-se em valores e interesses compartilhados, como o respeito e a defesa de dos direitos humanos, e a democracia, assumo como o desejo de fortalecer os intercâmbios comerciais e a integração regional como eixos para alcançar maiores níveis de desenvolvimento e bem-estar, em de ambas sociedades.

*Asimismo, ampliamos el Acuerdo para la Supresión de Visas en Pasaportes Diplomáticos entre México y Belice, para hacer extensiva la supresión de Visa a pasaportes oficiales. También hemos ratificado nuestra intención de trabajar juntos en temas como: vivienda, el desarrollo de infraestructura energética y carretera, así como en la modernización y ampliación del cruce internacional, ubicado en Subteniente López, México, y Santa Elena, Belice.*⁶¹

Delimita áreas de aprofundamento de integração e fortalecimento de cooperação funcional. Logo, fala das intenções para progresso nas obras na nova ponte internacional.

Coincidimos en la necesidad de fortalecer la lucha conjunta contra el crimen organizado transnacional. Y por eso, nos congratulamos de los resultados obtenidos en la reciente reunión del Comité de Cooperación México-Belice para Combatir el Narcotráfico y la Farmacodependencia, en la que se lograron acuerdos para estrechar la coordinación en materia de intercambio de información y experiencias, así como de acciones para el combate al tráfico y desarrollo de precursores químicos.

*Además, manifestamos nuestro apoyo a la Conferencia Regional sobre Migración, como un mecanismo efectivo de coordinación y cooperación en temas de seguridad y combate a la delincuencia transnacional.*⁶²

Esse trecho expressa assuntos de suma importância para México no cenário regional: narcotráfico, crime organizado e migração.

*Estamos de acuerdo en la importancia de fortalecer los vínculos económicos entre nuestros países. Reconocemos que existe un gran potencial dentro de nuestra relación bilateral. Y, en ese sentido, cabe destacar que el establecimiento de la Cámara de Comercio Belice-Chetumal y de los Foros Binacionales de Comercio, han sido pasos importantes en la promoción de los intercambios comerciales y de las inversiones recíprocas.*⁶³

61 Comprometemo-nos a dar um novo impulso à cooperação entre nossos países. Consequentemente, temos assinados três convênios de colaboração para elevar a qualidade e competitividade da educação técnica em ambos países, para melhorar a atenção a nossas comunidades no exterior, e para fortalecer a propriedade intelectual em ambos países.

Assim, ampliamos o Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos entre México e Belize, para fazer extensiva a supressão de Visto em passaportes oficiais. Também temos ratificado a nossa intenção de trabalhar juntos em temas como: vivenda, o desenvolvimento de infraestrutura elétrica e de carreteras, assim como na modernização e ampliação do cruzamento internacional, localizado em Subteniente López, México, e Santa Elena, Belize.

⁶² Coincidimos na necessidade de fortalecer a luta conjunta contra o crime organizado internacional. E por isso, saudamos dos resultados obtidos na reunião recente do Comitê de Cooperação México-Belize para Combater o Narcotráfico e a Farmacodependência, na qual lograram-se acordos para estreitar a coordenação em matéria de intercâmbio de informação e experiências, assim como ações para o combate ao tráfico e desenvolvimento de precursores químicos.

Portanto, manifestamos nosso apoio para a Conferencia Regional sobre a Migração, como um mecanismo efetivo de coordenação e cooperação em temas de segurança e combate à criminalidade transnacional.

⁶³ Estamos de acordo na importância de fortalecer os vínculos econômicos entre nossos países. Reconhecemos que existe um grande potencial dentro da nossa relação bilateral. E, nesse sentido, cabe destacar que o estabelecimento da câmara de comércio Belize-Chetumal e dos Foros Binacionais de Comércio, têm sido passos importantes na promoção dos intercâmbios comerciais e dos investimentos recíprocas.

Durante esse texto, vemos o discurso puxado para questões de segurança transnacional ligado a migração e o narcotráfico. Vemos assim, uma partida da questão única da infraestrutura para a ampliação das pautas para incluir mais áreas de contato, especialmente na área de cooperação funcional. A infraestrutura não deixa de ser o ponto do encontro. Estabelecimento de órgão de integração local, especificamente para aprofundar trocos entre Belize e a cidade de Chetumal, de novo contextualiza o foco de integração entre os dois países numa relação entre o Estado de Quintana Roo e sua capital Chetumal e o país de Belize.

Ambos mandatarios reiteramos nuestro compromiso con las acciones concertadas por la comunidad internacional en favor del medio ambiente.⁶⁴

Encerra a sessão com um tom de compromisso pessoal dos dois chefes de estado, e seu compromisso na questão do meio-ambiente.

“Si hay algún país cercano a México, y al cual México puede ayudarle, colaborar, construir, crecer juntos es, precisamente, Belice.” (Presidente Calderón no Almoço em honra do primeiro-ministro de Belice. MÉXICO, D.F., 19 de outubro de 2010).

Esse discurso acontece durante uma visita oficial do Primeiro-Ministro Dean Barrow à capital mexicana. Marca uma continuação das ligações no nível de contato entre os executivos, e portanto entre os países.

Nuestros países cuentan con diversos mecanismos de colaboración institucional, entre los cuales está la Comisión Binacional. En el más reciente encuentro de esa Comisión, que concluyó recientemente, se abordaron temas muy importantes, como la seguridad fronteriza, la colaboración para combatir el crimen organizado transnacional, la cooperación técnica, científica, educativa y cultural, así como el comercio bilateral..⁶⁵

Permanece presente o elemento de segurança nos discursos do Presidente Calderón enquanto aluda a também às questões de cooperação funcional, e uma breve discussão sobre mecanismos institucionais para fomentar a integração.

En materia económica, nuestros países están decididos a intensificar sus intercambios. A pesar de que el comercio bilateral se duplicó en una década,

⁶⁴ Ambos chefes de estado reiteramos nosso compromisso com as ações concertadas pela comunidade internacional em favor do meio-ambiente.

⁶⁵ Nossos países contam com diversos mecanismos de colaboração institucional, entre os quais está a Comissão Binacional. No encontro mais recente dessa Comissão, que concluiu recentemente, se abordaram temas muito importantes, como a segurança fronteiriça, a colaboração para combater o crime organizado transnacional, a cooperação técnica, científica, educativa e cultural, assim como o comércio bilateral.

sabemos que aún estamos muy lejos de aprovechar todo el potencial de nuestras economías. Por eso, México y Belice hemos ratificado nuestro compromiso de trabajar conjuntamente por acercar, aún más, nuestras fronteras, nuestras empresas y nuestras industrias.

Con el propósito de promover planes de trabajo conjuntos, de atender temas migratorios, aduaneros, de fortalecimiento de seguridad pública, y de prevención y combate a la delincuencia organizada y de sus efectos, en 2005, México y Belice creamos, también, el Grupo de Alto Nivel de Seguridad Fronteriza. Hemos alcanzado niveles de colaboración y coordinación sin precedente en seguridad, lo que nos pone en la dirección correcta para brindarles mayor seguridad y bienestar a nuestros pueblos.⁶⁶

O desejo para mais presença, mais intercâmbios e mais esforços conjuntos sinaliza a tentativa de uma mudança do padrão de atividade fronteiriça para a inclusão desse espaço na dinâmica de comércio global, que seria o modo desejado pelo governo central. Portanto, a aproximação econômica, reafirma grandes interesses mexicanos. Ademais, o Presidente salienta que falta muito na questão de realização do potencial comercial, sendo que o setor energético dominou o comércio bilateral.

En materia de integración, hemos dado pasos firmes, a través del Plan Mesoamérica, lo cual nos ha permitido apoyar las gestiones de Belice ante el Banco Centroamericano de Integración Económica, para financiar la renovación y expansión del Puerto Fronterizo Subteniente López- Santa Elena, donde tendremos una más activa participación del Gobierno de México; impulsar la modernización de los principales tramos carreteros de ambos países, para incorporarlos a la Red Interna de Carreteras Mesoamericanas; y asegurar la continuidad de los proyectos de interconexión eléctrica con el apoyo, en el caso de México, de la Comisión Federal de Electricidad.⁶⁷

Esse trecho deixa clara a conexão entre o trabalho do governo mexicano para a expansão de projetos de infraestrutura dentro do mecanismo do Plan Mesoamérica, e que assumiu para si o empenho de fazer o mesmo um sucesso. Assim situa o trabalho da ponte, e as outras iniciativas de infraestrutura na região em que o México tem um papel importante,

⁶⁶ Em matéria econômica, nossos países estão determinados a intensificar seus intercâmbios. Apesar de que o comércio bilateral se duplicou em uma década, sabemos que ainda estamos muito longe de aproveitar todo potencial das nossas economias. Por isso, México e Belize temos ratificado nosso compromisso de trabalhar conjuntamente por aproximar, ainda mais, as nossas fronteiras, nossas empresas e nossas indústrias.

Com o propósito de promover planos de trabalho conjunto, de atender temas migratórios, aduaneiros, de fortalecimento de segurança pública, e de prevenção e combate a crime organizada e de seus efeitos, em 2005, México e Belize criamos, também, o Grupo de Alto Nível de Segurança Fronteiriça. Temos alcançado níveis de colaboração e coordenação sem precedente em segurança, o que nos põe na direção correta para prover maior segurança e bem-estar a nossos povos.

⁶⁷ Em matéria de integração, temos dado passos firmes, através do Plan Mesoamérica, o qual nos tem permitido apoiar as gestões de Belize perante o Banco Centroamericano de Integração Econômica, para financiar a renovação e expansão do Porto Fronteiriço Subteniente López-Santa Elena, onde teremos a mais ativa participação do Governo de México; impulsar a modernização dos principais trechos rodoviários dos dois países, para incorporar-las à Rede Interna de Carreteras Mesoamericanas; e assegurar a continuidade dos projetos de interconexão elétrica com o apoio, no caso de México, da Comissão Federal de Eletricidade.

como desenhos mexicanos para expansão. Ou seja, o México estava utilizando tanto vias domésticas, quanto bilaterais e multilaterais para a realização dos projetos de infraestrutura na região.

Estoy convencido de que el trabajo conjunto que estamos realizando nos permitirá entrar a una nueva y más fructífera etapa en la relación bilateral, y nos permitirá dar una renovada proyección a nuestros intercambios económicos y a nuestra cooperación para el desarrollo.

Si hay algún país cercano a México, y al cual México puede ayudarle, colaborar, construir, crecer juntos es, precisamente, Belice. Belice nació a la vida independiente cuando todos o la mayoría de los que estamos aquí presentes ya habíamos nacido. Es un país y un pueblo joven, y al cual México está hermanado por la tierra, por el aire y también por el común anhelo de prosperar. México y Belice han forjado una relación de vecindad, de amistad y de cooperación, que es ejemplo para otras naciones que comparten fronteras en todo el mundo.⁶⁸

Esse discurso exhibe projeção. Além do retórico de igualdade, o Presidente destaca o papel do México para avançar o crescimento de Belize de uma forma favorável para os dois países. Reconhece que Belize é um país jovem e diferenciado no seu contexto geográfico. Mas ressalta a qualidade já detida da sua relação bilateral crescente, na base de comunalidades na sua fronteira compartilhada.

“generará más oportunidades de progreso para las familias, tanto de este gran Estado de Quintana Roo, como de Belice mismo.” (Discurso Presidencial do Senhor Felipe Calderón Hinojosa de México [Abertura da ponte]. Subteniente López, 23 de novembro de 2012).

Qué gusto estar en este rincón de México y a la vez un rincón de Belice, con mis amigas y mis amigos quintanarroenses, para inaugurar este Cruce Fronterizo Subteniente López o Chactemal, que une a nuestro país con la Nación hermana de Belice y que prestará sus servicios tanto a mexicanos, como a beliceños.⁶⁹

⁶⁸ Estou convencido de que o trabalho conjunto que estamos realizando nos permitirá entrar numa nova e mais frutífera etapa na relação bilateral, e nos permitirá dar uma projeção renovada a nossos intercâmbios econômicos e a nossa cooperação para o desenvolvimento.

Se há um algum país perto de México, e ao qual México pode ajudar, colaborar, construir, crescer juntos é, precisamente, Belize. Belize conseguiu a sua **independência** quando todos ou a maioria dos que estamos aqui presentes já nos tínhamos nascido. É um país e um povo jovem, e ao qual México está irmanado pela terra, pelo ar e também pelo comum profundo desejo de prosperar. México e Belize têm forjado uma relação de vizinhança, de amizade, e de cooperação, que é exemplo para outras nações que compartilham fronteiras em todo o mundo.

⁶⁹ Que prazer de estar em este canto de México e ao mesmo tempo um canto de Belize, com minhas amigas e meus amigos quintanarroenses, para inaugurar este cruzamento fronteiro Subteniente López ou Chactemal, que une o nosso país com a nação irmã de Belize e que prestará seus serviços tanto aos mexicanos, quanto aos belizenses.

Mesmo com palavras cultas, o presidente confirma que aquele cidade, estado, e lugar de México, é periférico. Além disso, ressalta linguagem bonita para afirmar a condição de igualdade soberania entre os países.

Celebro que con esta importante obra se habrá de fortalecer el intercambio comercial y de personas entre México y Belice. Se traducirá en un mayor desarrollo económico para toda la región y generará más oportunidades de progreso para las familias, tanto de este gran Estado de Quintana Roo, como de Belice mismo.⁷⁰

Um discurso que amostra o benefício imediato para o local, dada uma certa falta de relevância para o resto da federação. Ademais, ele projeta a realização da ponte e os benefícios em um nível de análise que une o Estado de Quintana Roo com Belize (e não com o México que é consideravelmente maior). Além de discursos explicitamente valorizando a independência do parceiro menor, essa justaposição com uma unidade política e territorial menor de Quintana Roo, é uma outra forma implícita de reduzir o impacto da assimetria existente.

Como ustedes imaginarán, la infraestructura de este paso, en realidad, entre Belice y México, no estaba ni remotamente a la altura de la importancia de nuestra relación bilateral. No contaba ni con andén de exportación, ni con patios de importación. Lo que había estaba totalmente rebasado en su capacidad de operación. Y desde el inicio de mi Administración me propuse estar más cerca de los pueblos hacia el Sur de México, tanto de Guatemala, como de Belice, nuestros queridos vecinos y hermanos.⁷¹

Esse trecho ressalta a importância de infraestrutura, a importância da relação com Belize, a projeção do México para o Sul, isto é, para o América Central, e finalmente o empenho pessoal dado pelo presidente Calderón para atingir esse objetivo.

⁷⁰ Celebro que com esta importante obra se haverá de fortalecer o intercâmbio comercial e de pessoas entre México e Belize. Traduzir-se-á em um maior desenvolvimento econômico para toda a região e gerará mais oportunidades de progresso para as famílias, tanto deste grande estado de Quintana Roo, quanto de Belize mesmo.

⁷¹ Como os senhores imaginarão, a infraestrutura de este passo, em realidade, entre Belize e México, não estava nem remotamente à altura da importância da nossa relação bilateral. Não contava nem com plataforma de exportação, nem com pátios de importação. O que havia, estava totalmente baseado em sua capacidade de operação. E desde o início da minha Administração, me propus estar mais próximo dos povos ao sul do México, tanto de Guatemala, quando de Belize, nossos queridos vizinhos e irmãos.

“Me alegra mucho como Presidente de la República, terminando mi mandato, poder entregar esta gran carretera” (Presidente Calderón na Ampliação e Modernização da carretera Campeche-Mérida. Hecelchakán, Campeche, 24 de novembro de 2012).

Enquanto esse não é um discurso precisamente relacionado à localidade fronteiriça ou com participação de nenhum oficial do governo belizense, esse pequeno trecho de um discurso dado pelo Presidente Calderón sublinha o contexto em que foi construído e inaugurado a ponte binacional: como parte de uma rede maior de interligação do Sul/sudeste do México e América Central, e realização de um esforço pessoal de ver o trabalho feito.

*Ayer estuve, precisamente, en Chetumal, para inaugurar un nuevo puente con Belice, el Paso Subteniente López. En fin. Un gran esfuerzo. Y por qué digo esto, amigas y amigos. Me alegra mucho como Presidente de la República, terminando mi mandato, poder entregar esta gran carretera, una gran carretera, lo digo, verdaderamente, en serio.*⁷²

O empenho de líderes políticos se faz necessário para completar esse tipos de trabalho. Esse pequeno trecho, sublinha o esforço pessoal feito pelo Presidente Calderón para completar a ponte. Mesmo sendo para fins políticos, esse empenho pessoal é um fator decisivo para completar tais trabalhos em regiões periféricas.

3.5 PRIMEIROS-MINISTROS SAID MUSA (1998-2008) E DEAN BARROW (2008-INCUMBENTE)

Assistência, cooperação funcional e relações amistosas tendem a ser as palavras chaves em discursos belizenses sobre a sua interação com o México. Note-se o uso da língua espanhola pelo Primeiro-Ministro Musa em seus discursos.

“México nos ha apoyado siempre y ha sido una relación amistosa entre nuestras fronteras” (Assinatura de Documentos y Conferencia de Imprensa Conjunta que ofrecieron Vicente Fox e o primeiro-ministro de Belize. Belmopan, 28 de Junho de 2005).

⁷² Ontem estive, precisamente, em Chetumal, para inaugurar uma nova ponte com Belize, o passo Subteniente López, Em fim. Um grande esforço. E por que digo isso, amigas e amigos. Fico muito contente como Presidente da República, terminando meu mandato, poder entregar esta grande estrada, uma grande estrada, o digo, verdadeiramente, em sério.

*Belice y México tradicionalmente han contando con relación amistosa desde 1981. México nos ha apoyado siempre y ha sido una relación amistosa entre nuestras fronteras.*⁷³

A relação bilateral entre México e Belize parte de um ponto forte que é o apoio do México em relação à questão de independência, e concomitante, a integridade territorial do Belize. Com esse débito de agradecimento oficial, a relação com o México tende a ser forte a caracterizada por confiança no contexto das relações exteriores de Belize na sua região contígua.

*Belice ha firmado muchos convenios con México, uno, de nivel bilateral a nivel educativo, cultural, étnico y científico y, dos, un acuerdo multilateral, un acuerdo con la región Centroamericana...firmamos más acuerdos bilaterales con México que con cualquier otro país.*⁷⁴

A variedade de acordos mostra a importância da relação bilateral.

*Lo que yo le presenté al Presidente, es que para que nosotros tengamos un proceso más lucrativo para turismo, y también movimiento que viene, a Belice le gustaría integrar la parte este con la parte de la carretera del norte, eso sería parte del Plan Puebla-Panamá. Hay un río que tenemos que cruzar y esa es el Área en Pueblo Nuevo, eso realmente conectaría parte este con la ciudad de Corozal.*⁷⁵

Nesse trecho o primeiro-ministro de Belize fala da apresentação de um plano para a construção de uma outra ponte, essa vez em território belizense. Aqui, ele situa e justifica essa segunda ponte dentro do PPP. Como um país em desenvolvimento, sempre há necessidade para a implantação de novas peças de infraestrutura. E ele aproveita o momento de interesse (e projeção) mexicana para pautar essa outra demanda pública. Ademais, além dessa ponte viabilizar o Corredor Atlântico do PPP, ele combina a questão de circulação de turistas, que é de um setor pilar da economia belizense.

El pueblo beliceño nunca ha olvidado el apoyo de México, incluso en estos tiempos difíciles e históricos y por eso quiero reiterarle el genuino agradecimiento del pueblo beliceño.

⁷³ Belize e México tradicionalmente têm contado com uma relação amistosa desde 1981. México tem nos apoiado sempre e tem sido uma relação amistosa entre nossas fronteiras.

⁷⁴ Belize tem assinado muitos convênios com México, um, de nível bilateral à nível educativo, cultural, étnico e científico e, dois, um acordo multilateral, um acordo com a região centro-americana...assinamos mais acordos bilaterais com México do que com qualquer outro país.

⁷⁵ O que eu apresentei ao Presidente, é que para que tenhamos um processo mais lucrativo para turismo, e também movimento que vem, a Belize gostaria de integrar a parte este com a parte da carretera do norte, esse seria parte do plano Puebla-Panamá. Há um rio que temos que atravessar e essa é a Área em Pueblo Nuevo, isto realmente conectaria a parte este com a cidade de Corozal.

(Palabras del excelentísimo señor Said Musa, Primer Ministro de Belice, durante la Cena Oficial que ofreció en honor del Presidente Vicente Fox Quesada. Cidade de Belize, 28 de junho de 2005).

As palavras do primeiro-ministro de Belize, durante o jantar oficial oferecido em honra do Presidente Vicente Fox Quesada, além de ter retórica florescente, soa um tom amigável de dois países numa relação de parceria e amizade. É o discurso que mais encapsulou na sua totalidade a natureza da relação bilateral entre os dois países.

El distinguido diplomático mexicano Isidro Fabela escribió: Nosotros los mexicanos amamos tanto la libertad que en estos tiempos de anticolonialismo nos uniríamos a las voces de Belice cuando ellos gritarán, ¡Viva Belice libre! El seis de octubre de 1956 en la Asamblea General de las Naciones Unidas el secretario de Relaciones Exteriores de México, Luis Padilla Nervo, definió la política exterior de México como: El derecho a la libre autodeterminación del pueblo de Belice. Y en 1977 México ante las Naciones Unidas México votó a favor de un Belice independiente y estuvo a nuestro lado en septiembre de 1981 cuando culminó nuestra larga lucha de independencia. El pueblo beliceño nunca ha olvidado el apoyo de México, incluso en estos tiempos difíciles e históricos y por eso quiero reiterarle el genuino agradecimiento del pueblo beliceño.⁷⁶

O parágrafo anterior formou a introdução para o discurso e esboça uma base histórica rica sobre o qual uma relação bilateral de confiança floresce apesar de assimetrias pronunciadas. Constitui, entretanto, uma reserva de capital diplomático para o governo mexicano em relação a Belize. No contexto de sensibilidades belizenses devido a pequenez, contenciosos territoriais e isolamento relativo na América Central, isso representa uma ponto de partida consolidada para o trabalho entre os dois países. O primeiro-ministro belizense expõe a posição do seu país no funcionamento de organizações multilaterais como visto abaixo.

Es [la reforma de la ONU] todavía un tema sujeto a mucha discusión y negociación, pero como una nación pequeña nos interesa, en particular, buscar temas que toman en consideración las condiciones y las realidades especiales de las naciones más

⁷⁶O distinguido diplomático mexicano Isidro Fabela escreveu: Nós os mexicanos amamos tanto a liberdade que nestes tempos de anticolonialismo nos uniríamos às vozes de Belize quando eles gritaram, ¡Viva Belice libre! Em seis de outubro de 1956 na Assembleia Geral das Nações Unidas o secretário de Relações Exteriores de México, Luis Padilla Nervo, definiu a política exterior de México como: O direito à livre autodeterminação do povo de Belize. E em 1977 México diante as Nações Unidas, votou a favor de um Belize independente e esteve a nosso lado em setembro de 1981 quando culminou a nossa longa luta de independência. O povo belizense nunca tem esquecido o apoio de México, incluso em estos tempos difíceis e históricos e por isso quero reiterar o agradecimento genuíno do povo belizense.

*pequeñas y vulnerables, así como la representación de la región latinoamericana y del Caribe en el Consejo de Seguridad.*⁷⁷

Deve-se reconhecer que México como poder emergente tem aspirações para o conselho de segurança. Mesmo não sendo um assento no conselho, a reforma daquele órgão para garantir mais tração para poderes emergentes é certamente um objetivo do governo mexicano. A parceria entre México e Belize nesse respeito, como nações amigáveis, é visto pelas suas autoridades como vantagem para Belize, portanto garanta seu apoio em votação para as pretensões do México. Ademais nesse trecho, o primeiro-ministro referencia a condição caribenha e descreve seu país como pequeno, vulnerável e com realidades especiais, precisando dessa representação na ONU.

*Y como es bien conocido cuando México ha solicitado el apoyo de Belice en foros regionales e internacionales siempre ha contado con el apoyo de un vecino dispuesto a apoyar y responder a las aspiraciones de México.*⁷⁸

As fortunas internacionais de países pequenos como Belize não podem ser entendidas em isolamento. Pois, a parceria com uma nação disposta a exercer o papel de patrocinador é racionalizado como situação de *win-win*. Nesse respeito, México como poder emergente cumpre uma parte da sua obrigação para Belize como estado menor dentro da sua esfera de influência pela providencia de um bem-público efetivo para Belize, em troca pelo reconhecimento da posição mexicana de proeminência na região e o apoio para seus projetos regionais.

Além disso, este elemento do discurso ilustra que estados-nação de vez em quando requerem tratamento diferenciado para amenizar certas desvantagens inerentes. Tendências em relações internacionais são propensas a não considerar amplamente às que o primeiro-ministro se refere como as “realidades especiais” de países como o dele. Por isso, recolhendo o apoio de aliados com a influência, invariavelmente se torna uma peça fundamental do esforço do aparato de política externa para o estado pequeno.

⁷⁷ É [a reforma da ONU] ainda um assunto sujeito à bastante discussão e negociação, mas como uma nação pequena, cabe em nosso interesse, em particular, buscar temas os quais tomam em consideração as condições e realidades especiais das nações menores e mais vulneráveis, bem como a representação da região da América Latina e do Caribe no Conselho de Segurança.

⁷⁸ É bem conhecido que quando México tem procurado a ajuda de Belize em fóruns regionais e internacionais, sempre tem tido a fé em seu bom vizinho e tem recebido o apoio dele, dado a apoiar e responder às aspirações do México.

Seja no contexto de apoio mais abrangente de posições ideológicas de estados vulneráveis, ou apoio em questões mais específicas como em questões de integridade territorial, o foro da ONU é um teatro para a resolução de problemas enfrentadas por estados como Belize, e a aquisição do apoio de um estado como México, com o peso de um poder emergente, é uma vantagem valiosa. Além disso, pontos mais amplos de acordo providenciam uma base para cooptação daquele país para uma causa mais específica como visto na seguinte frase:

*Belize y México deben de continuar trabajando juntos para abogar por los principios de autodeterminación, no intervención y el respeto a la soberanía de los estados.*⁷⁹

Esses princípios básicos de relações internacionais, são ponto de acordo entre Belize em México, mas como significativos específicos objetificados para Belize em relação à Guatemala, isto é, a defesa do seu território.

*Nuestras naciones reconocen el valor de tener como vecino a un país estable, pacífico y democrático. El hecho de que vivamos lado a lado en un espíritu de armonía y cooperación no es coincidencia, es testamento de nuestro fuerte compromiso a la democracia, justicia social, respeto mutuo y cooperación fronteriza.*⁸⁰

Na questão de integridade territorial e cooperação fronteiriça, este elemento do discurso tem que ser entendido como pronunciamento de gratidão para México a respeito da natureza da relação bilateral, e mais, uma denúncia da relação acrimoniada com a Guatemala, no contexto da tríplice fronteira. também serve para lembrar a México do valor de um vizinho pacífico, estável e democrático enquanto suas outras fronteiras são cronicamente mais problemáticas, seja com os EUA para a norte ou Guatemala ao sul. México portanto proporciona contrapeso regional para a contestação territorial guatemalteca, destacado nessa afirmação:

*A lo largo del tiempo Belize ha contado con el firme apoyo de nuestro vecino del norte, aún cuando continuamos la lucha por resolver el reclamo anacrónico y sin fundamento sobre nuestra integridad territorial.*⁸¹

⁷⁹ Belize e México devem continuar a trabalhar juntos advogando pelos princípios de autodeterminação, não-intervenção e respeito para a soberania dos estados.

⁸⁰ Nossas nações reconhecem o valor de ter um país estável, pacífico e democrático como vizinho. O fato que nós vivemos lado ao lado num espírito de harmonia e cooperação não é coincidência, é testemunha do nosso forte compromisso à democracia, justiça social, respeito mutuo e cooperação fronteiriça.

⁸¹ Ao largo do tempo, Belize tem contado com o firme apoio do nosso vizinho do norte, ainda quando continuamos a luta para resolver o reclamo acriminoso e sem fundamento sobre nossa integridade territorial.

Recordando a Hagerman (2012) desenvolvimento e integração infraestrutural é um caminho excelente para um parceiro maior numa relação bilateral assimétrica mostrar boa vontade e supera barreiras tradicionais para cooperação. Ao mesmo tempo avança seus próprios objetivos de políticas regionais. Invariavelmente, o parceiro menor carece de uma rede amplamente funcional de infraestrutura necessária para estimular desenvolvimento, e para mais, falta o capital para realizar os investimentos iniciais substanciais necessários para sua implementação.

Este nuevo proyecto de infraestructura bajo los auspicios del Plan Puebla-Panamá ayudará a aliviar los problemas crecientes de tráfico que se viven actualmente en el puente existente y ayudará a facilitar el comercio y turismo entre nuestros países y ayudará a incrementar la conectividad entre México, Belice y otras naciones de Centroamérica.⁸²

Ademais constata que a meta do Plan Puebla-Panamá aumentará os fluxos entre Belize e o resto da América Central. Talvez isso seria o objetivo de longo prazo para o México para projeção e integração regional, o qual também tem investido em projetos não somente em Belize mas na Honduras e Guatemala. Certamente, essa política mexicana não encaixa nitidamente com a política externa do governo belizense tendo em conta suas dificuldades históricas com a imigração irregular particularmente da contígua Guatemala. Porém, avaliando o contexto imediato da construção da ponte e o benefício para as comunidades de Belize setentorial, e o benefício de longo prazo de aprofundamento de relações com o México, aparece uma certa amenidade dentro do governo belizense para facilitar esforços nessa política para a região.

México continúa su generosidad hacia los jóvenes beliceños que se han beneficiado de numerosas ofertas de becas ofrecidas en los niveles vocacional, universitario y de postgrado; a cambio Belice continúa ofreciendo la oportunidad cada año a jóvenes mexicanos para que vengan a Belice a aprender inglés y compartir la experiencia cultural beliceña.⁸³

⁸² Esse novo projeto sob os auspícios do Plano Pueblo-Panamá ajudará a aliviar os problemas crescentes de trânsito que se encontra atualmente na ponte existente, e ajudará a facilitar o comércio e turismo entre nossos países e ajudará a incrementar a conectividade entre México, Belize e outras nações da América Central.

⁸³ México continua a sua generosidade para os jovens belizenses que têm beneficiado de numerosas ofertas de bolsas de estudo oferecidas nos níveis vocacional, universitário e de pós-graduação; em câmbio Belize continua oferecendo a oportunidade a cada ano a jovens mexicanos para que venham a Belize para aprender inglês e compartilhar a experiência cultural belizense.

Finalmente a referência cultural é uma inclusão significativa no discurso lembrando do fato de que Belize se enxerga como distintamente inglês e caribenho, oferecendo para o mexicano uma nova experiência. Isto é uma parte importante de autoafirmação, consistente com a maneira em que o país como coletivo se vê. O elemento caribenho vai em conjunto com os elementos da sensação coletiva de isolamento e de pequenez no seu entorno geográfico e as vulnerabilidades resultantes.

“our friend President Calderón and the Mexican Government have confirmed that it is 15 million dollars that will be spent on their gift to us” (Discurso no Dia de Independência 2011 pelo Primeiro-Ministro Hon. Dean Barrow. Belmopan, 21 Setembro de 2011).

Ever since the onset of the global recession we have declared our concentration on infrastructure spending to be the centrepiece of our public sector investment programme. [...]The work has begun in Belize City on the last phase of the Marion Jones stadium, and our friend President Calderón and the Mexican Government have confirmed that it is 15 million dollars that will be spent on their gift to us, the reconstruction of the Belize City Center.

...In the effort to build Belize and to better Belize, Government conceives of land and housing as two of the most important cornerstones. We are working with México on funding for a new low-cost housing construction programme that will be similar to the one we did with Venezuela, and which will be countrywide.⁸⁴

O primeiro-ministro elabora a justificativa da política do seu governo de usar infraestrutura como desencadeador de desenvolvimento. Além disso, ele revela várias iniciativas com outros países, proeminentemente México, em que projetos de infraestrutura estão sendo contemplados em diversas áreas dos países. Ademais, indica a necessidade constante de países em desenvolvimento para nossas instalações de infraestrutura e o papel que pode ser desempenhado por um vizinho interessado. Ele caracteriza com belas palavras, a referência específica ao Presidente Calderón como amigo.

⁸⁴ Desde o começo da recessão global, temos declarado a nossa concentração nos gastos de infraestrutura como peça central dos nosso programa de investimento do setor público. [...] O trabalho tem começado na cidade de Belize na fase final do estádio Marion Jones, e nosso amigo Presidente Calderón o e governo mexicano têm confirmado que como presente para nos de 15 milhões de dólares, será reconstruída o Belize City Center.

...No empenho de construir Belize e melhorar Belize, o governo concebe de terrenos e casas como dois dos mais importantes fundamentos. Estamos trabalhando com México para o financiamento para um programa de construção alojamentos de baixo custos, que seriam similar a eles que fizemos com a Venezuela, e que seriam non país inteiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final das contas, e colocado simplesmente o poder regional, é o país mais forte na região. Basta definir a região e identificar esse *main player*. O propósito desse trabalho foi observarmos as interações de três sub-regiões dentro do contexto de América Latina e o Caribe. Melhor dizendo, América Latina foi analisada em duas partes: América Central e América do Sul, e a atuação dos seus principais poderes em suas interações diante uma terceira região, o Caribe, e vice-versa, no contexto das duas fronteiras físicas.

É importante ressaltar que as zonas fronteiriças embora tenham similaridades claras, passaram por trajetórias históricas distintas e vivem agora realidades únicas. Mesmo sendo esse o caso, podem ser constatados vários processos políticos, econômicos e sociais similares; da interação de um país latino com um país caribenho; a projeção do parceiro maior sobre o parceiro menor, apesar dos discursos para contrariar; e o aproveitamento da zona fronteira pelo parceiro menor em termos econômicos, através do estabelecimento de uma rede de comércios para atrair consumidores de cidades no outro lado da fronteira, e este comércio dominado por atores estrangeiros.

O foco do capítulo 1 é uma avaliação de semelhanças e diferenças. Implícito nesse discurso (e de importância fundamental) é a divergência entre a realidade latina e a realidade caribenha dos países envolvidos. Quando olhamos para as fronteiras, visualizamos uma assimetria marcada de desenvolvimento dos países que compartilham as zonas fronteiriças. Mas as próprias zonas fronteiriças são zonas de convergência em que os povos dos dois lados se assemelham bastante.

No período em estudo, nosso hemisfério desenvolve características interessantes, como reflexo de processos maiores. Entretanto, percebemos que para os países do Caribe as exigências de globalização, mais especificamente a liberalização de comércio internacional, obrigam países pequenos a procurar novas parcerias e oportunidades em alianças adormecidas aos seus redores. Com a emergência de novos poderes regionais, economias pequenas procuram novas oportunidades de crescimento. Assim, essa busca serve como novo modo de olhar para seus vizinhos, além da questão de segurança das suas fronteiras. Esses processos, não substituem a segurança, senão acrescentam outras camadas de abordagem dos velhos problemas, nesse caso, a integração para a dissuasão de hostilidades.

Os estados do norte do Brasil constituem em conjunto parte da periferia imensa do Estado brasileiro e, além disso, fazem fronteiras com zonas periféricas amazônicas dos seus vizinhos. Essa comunalidade incentiva o processo de aproximação, mas também o dificulta

pelas falhas em redes de comunicação, energia e transporte; condições básicas para aproveitamento econômico. O paralelo com a América Central e os estados do Sul-Sudeste do México é facilmente feito, visto a condição periférica daqueles estados próximos às fronteiras ao sul do México.

Como esboçado anteriormente, o método comparativo proporciona uma maneira de analisar políticas a partir de determinadas diferenças em situações particularmente propícias na sua comparabilidade. Assim, percebe-se que o Brasil e México utilizaram modalidades parecidas de inserção regional em seus entornos geopolíticos, apesar de buscarem objetivos ideológicos expressivamente diferenciados.

Quanto esses objetivos, o Brasil procura mais autonomia de ação no seu espaço, enquanto México busca a integração regional em prol de mecanismos mais amplos, especialmente em relação aos mecanismos comerciais com América do Norte. O surgimento de múltiplos governos da esquerda na América, e propriamente dentro do Brasil com a assunção do Presidente Lula em 2003, iluminou o processo de integração sul-americana como alternativa para os esforços ao Norte, resumido nas negociações da ALCA. Logo, no caso do México, o objetivo é certamente a favor do movimento neoliberal de integração impulsionado pelo Norte. Mesmo assim, a maneira é bastante parecida no modo de alcançar tais objetivos do ponto de vista de integração regional e a construção de vias de integração física. Essa modalidade é justamente o uso de infraestrutura física para alcançar sinergias de produtividade em espaços geográficos ainda não inseridos na dinâmica do mercado global.

O CBM elaborado pelo México e OTCA pelo Brasil, em outro exemplo, vêm a partir de um reconhecimento de uma ecologia particular dentro do seu território que assemelha características ecológicas dos países vizinhos. Promovem um mecanismo de gestão conjunta, e alcançam objetivos mais amplos de no nível internacional com apoio multilateral dos vizinhos envolvidos.

Discussões latino-americanas tendem a não observar as divergências em considerações dos países pequenos nas suas análises de políticas externas dos países dos sub-continentes como um conjunto. Por exemplo, a questão do pivô à esquerda experimentada nas Américas é altamente relevante para o processo de integração física, sendo que esse processo é visto como modalidade de inserção das economias regionais na dinâmica de inclusão capitalista pela facilitação de mobilidade. Portanto, o processo de aproximação ganha elementos socioeconômicos e políticos de vizinhança com discursos carregados de ideologia de vizinhança. Do ponto de vista de países como Belize e Guyana, questões ideológicas importam menos em relação às questões mais pragmáticas de necessidade funcional, por

exemplo, os próprios bens públicos necessários para superar atrasos socioeconômicos. Tornam-se atrativos projetos de integração envolvendo infraestrutura física para as administrações através de linhas ideológicas de divisão política.

Assim, a literatura deixa uma lacuna precária para o entendimento de relações multilaterais que envolvem países como Guyana e Belize. Em outras palavras, a literatura latino-americana sobre América do Sul fala de modo geral sobre América do Sul, sem aplicabilidade a Guyana apesar desse país ser parte do continente. A mesma acontece na literatura e relação à América Central e Belize.

De qualquer forma, a infraestrutura demonstra-se uma ferramenta potente no sentido de superar barreiras. A partir da infraestrutura Brasil e México buscam o duplo objetivo de desenvolvimento de regiões domésticas periféricas, enquanto promovendo uma articulação mais próxima com os vizinhos historicamente diferenciados, ou esquecidos. Acreditamos que a projeção a partir do uso de infraestrutura física continuará nos dois casos enquanto os dois países protagonistas se veem como poderes emergentes.

Os discursos sobre o PPP/PM vislumbram um outro elemento interessante, isto é, o quanto Belize se encontra fora do padrão do seu entorno geográfico. Autores destacam os altos índices de pobreza absoluta de uma população da América Central de até 64 milhões de pessoas, também a escassez de serviços sociais e baixos índices de educação. As realidades de um país em desenvolvimento existem sim em Belize, mas não se comparam ao tamanho dos problemas enfrentados por seus vizinhos. Logo, entende-se a presença da grande população refugiada centro-americana. Entende-se o desejo de manter um nível de isolamento em meio de processos de integração. Também são necessários mais estudos especificados para efetivamente responder aos problemas atuais.

Uma outra área de interesse é a questão de financiamento de projetos de grande porte, frente localidades de esparsa população e atividade econômica. Notando o recorte do presente trabalho, não convenha abordar essa questão, mas abre espaço no futuro para estudos mais aprofundados dentro da modalidade comparativa de como países emergentes mobilizam o financiamento para o fornecimento de bens públicos transnacionais. Como visto na construção das duas pontes, os custos foram levados integralmente pelos governos mexicano e brasileiro e por órgãos públicas (exército) frente à carência de condições financeiras favoráveis dos seus parceiros. Essa questão torna-se ainda mais interessante no contexto de demandas domésticas para os mesmos bens, e a percepção de que governos devem “cuidar de casa” antes de investir recursos públicos no exterior.

Note-se que apesar das iniciativas PPP e a IIRSA serem os carros fortes do avanço de infraestrutura física nas sub-regiões estudadas, no momento da construção das pontes as duas enfrentavam dificuldades diversas de prosseguir em andamentos com seus projetos ambiciosos, principalmente na questão de financiamento. Assim, é interessante que nos dois casos, os governos de México e do Brasil assumiram para si a responsabilidade de completar os trabalhos com recursos públicos através dos exércitos.

Outras considerações incluem a falta da construção de uma ponte cultural entre Brasil e Guyana que atrapalha os esforços para a aproximação significativa entre os dois países, pela existência de barreiras não econômicas nas relações. Existe já uma forte presença guianense no Estado de Roraima e uma forte presença de brasileiros na Guyana. Porém, as políticas públicas de escala macro visam questões de vias de comércio, segurança das fronteiras e benefícios no nível multilateral, então inviabilizadas as pontes vivas que já coabitam entre si. Em outras palavras, faltam políticas públicas que apreciam de forma positiva a interação social já existente e aproveitam dessa realidade decorrente da localização numa zona fronteira viva.

Pode ser concluído que as relações bilaterais entre o Brasil e a Guyana não ocupam um espaço suficientemente significativo nas prioridades dos respectivos governos centrais para proporcionar a aproximação esboçada no nível discursivo. Apesar dos discursos, percebe-se uma continuação conservadora de uma tradição política e diplomática de valorizar as relações com o norte global.

Quanto aos discursos analisados, interessante, os dois Presidentes, Lula e Calderón erraram os nomes dos locais de construção das pontes nos seus discursos. Em vez de dizer Tacutu, o Presidente Lula refere-se a lugar como Itacutú e essa forma equivocada consta na documentação oficial dos discursos encontrados sobre o processo. O Presidente Calderón refere-se a Chactumal, em vez de Chetumal, e a imprensa local não deixa o acontecimento passar. Isso mostra o quão distante essas zonas fronteiriças se encontram, tão longe dos centros políticos que mesmo os nomes não se conhecem os presidentes.

Os discursos do Presidente Lula ressalta firmemente o papel do Brasil na inserção, politicamente e de outras maneiras, da Guyana e o resto do Caribe na América Latina. O papel do Brasil como poder emergente e ponto focal diplomático de assuntos relacionados à América do Sul também fica clara. A questão de segurança aparece em vários discursos. Ressalta também a importância do Caribe na votação nas instituições internacionais em apoio de candidaturas brasileiras, em fim, de metas brasileiras no cenário internacional,

principalmente na questão do desejo brasileiro de ser um integrante permanente do conselho de segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na entrevista coletiva concedida pelo Presidente Lula após a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) em 2008 (BRASIL, 2008), apesar de não fazer referência específica ao Caribe e seus países, dá um exemplo da maneira de colocar em um grupo só, a América Latina e o Caribe, como o Caribe fosse um anexo, apêndice, da América Latina, notado na frase: “eu penso que hoje é um dia histórico para a nossa América Latina e para o Caribe. É porque todos os países aqui, há quase ou mais de 200 anos, todos conquistaram as suas independências.” Essas afirmações vem de intento positivo de encontrar base comum, mas os seus equívocos destacam o desentendimento existente.

Os discursos do Presidente da Guyana sublinham a posição isolada, e periférica do seu país no continente sul-americano. Isto pode ser justaposto com a posição proeminente que o país tem gozado no contexto político caribenho, durante a sua vida política, e talvez indica uma das razões para a falta de procura de uma integração política mais aprofundada com o continente. Certamente, há um forte ceticismo tradicional entre os políticos guianenses com o Brasil, e de fato políticos caribenhos, quanto à questão de aproximação com o resto da América Latina. Porém a Guyana se visualiza como um ponto de encontro entre Brasil e o Caribe, e um país posicionado para efetivar essa aproximação.

Os discursos de Belize com uma orientação de políticas externas colocam ênfase em assuntos como soberania e integridade de território, o investimento em infraestrutura, e iniciativas que viabilizam ainda mais os setores tradicionais de turismo e agropecuária. A questão de soberania e integridade territorial parece ser tão natural um assunto pela natureza sensível no país, que os políticos aproveitam dessa sensibilidade para justificar outras políticas distintas. Isso deixa claro que o assunto de soberania e integridade territorial é um assunto bastante unificador, por conta da sensibilidade coletiva na população. Além disso, fica claro que a Guatemala é visto como fonte de problemas, enquanto México é visto como vizinho amigável.

Os discursos do México apresentam uma posição entendido pelos belizenses como favorável e amigável a respeito à sua independência, autodeterminação e integridade de território em relação à Guatemala. A posição brasileira pode ser entendida como tacitamente em favor da posição guianense, mas pronunciamentos explícitos para informar essa posição são difíceis de encontrar.

O uso do prêmio nacional pela Guyana e pelo Belize não consta em literatura contemporânea sobre as relações exteriores desses países, mas aparece como uma ferramenta

prática e altamente simbólica para aprofundar a aproximação quando o ponto focal do processo é uma pessoa específica, ou seja, o presidente da república parceira. A condecoração desses prêmios vem em momentos propensos, como gratificação oficial de uma nação para um presidente estrangeiro visto como ativamente perseguindo o bom para o país.

No decorrer do trabalho, enfrentamos algumas limitações imprevistas. O acesso aos determinados discursos dos chefes dos governos da Guyana e de Belize. De dificuldade particular foram os discursos do Presidente Bharrat Jagdeo durante seu mandato. Apesar de várias tentativas *en loco* na capital de acessar discursos do Presidente de eventos em que ele discursou, não foi possível adquiri-los de fonte oficial. Portanto só constaram os discursos que foram disponibilizados no site oficial da Presidência.

Similarmente, os discursos dos primeiros-ministros de Belize também foram difíceis de encontrar, sendo que vários discursos em relação ao México não constaram no site oficial. Porém, alguns desses foram encontrados no site da Presidência do México. Ainda em relação aos discursos, o primeiro-ministro de Belize optou por não presenciar a cerimônia de abertura da ponte sobre o Rio Hondo. A cerimônia aconteceu no local da nova instalação aduaneira no lado mexicano e em conjunto com os mesmo. Belize foi representado pelo seu vice, cujo discurso não poderia constar entre os discursos dos chefes do governo, pela questão metodológica.

Lembra-se da abertura prematura da ponte Tacutu em que cinco meses antes da inauguração oficial, oficiais principalmente do Estado de Roraima, fizeram uma cerimônia de abertura sem a devida participação de oficiais guianenses. O caso da ponte Tacutu era uma falha de protocolo. Mesmo assim, há paralelos. A ponte Hondo binacional foi aberta com a presença preponderante de oficiais mexicanos (federais, estatais, militares). Ou seja, houve uma predominância de um sobre o outro; ou seja, foi um evento mexicano com participação de representantes de Belize. Vista o processo discursivo de irmandade e igualdade que acompanhou todo os passos de interação, o visual de dominância talvez ocorreu sem planejamento para esse fim, porém afirmou a relação de poder desigual. Sem o devido cuidado para protocolo pelas autoridades guianenses no caso da abertura da ponte Tacutu, talvez a abertura prematura seria *a abertura* e pronto.

Em relação ao método, um recorte mais definido dos assuntos a serem abordados facilitaria o trabalho, sendo que quanto mais recortado o assunto, mais efetivo o método se torna. De certa forma, enfrentamos essa dificuldade pelo esforço constante em incluir características relevantes dos países para facilitar a contextualização do trabalho para o leitor,

enquanto esforçamos para manter um recorte focado estritamente em política externa e discursos.

A utilização do método comparativo como ferramenta de análise em si apresentou áreas de diferenciação onde esperávamos semelhanças, que foram pressupostas erroneamente. No decorrer do trabalho ficou evidente que não houve similaridade em determinados pontos-chave. Esse fato de modo nenhum inviabiliza o método como ferramenta em relação aos casos abordados, sendo que uma análise efetiva poderia ser feita justamente em cima dessa diferenciação, mas não cabia dentro do recorte do nosso estudo.

Em relação aos processos discursivos, um elemento recorrente na relação Brasil-Guyana e a justificativa para a construção da ponte era o desejável acesso ao Mar Caribe e Oceano Atlântico, para os Estados do norte do Brasil, através de um corredor pela Guyana. No caso do Belize e México, os Estados do sul/sudeste do país tem livre acesso ao mar. Ademais, a construção da ponte ocorre como elemento de “acesso” além do Corredor Atlântico que liga México ao Panamá no sul do istmo.

Também ocorreu do ponto de vista cultural uma incomparabilidade inerente aos casos. Belize recebeu historicamente muitos refugiados de guerras civil, tanto do sul do México, quanto dos países centro-americanos. Faz com que seja o país que mais recebeu refugiados de conflitos de fora per capita. Naturalmente, isso tem impactos para o processo político de integração física que é justamente com países do istmo centro-americano. Hoje, parte significativa da população belizense compartilha aspetos histórico-culturais. Apesar de uma população indígena fronteiriça altamente móvel na Guyana, não existe comparabilidade visto as características demográficas de Belize em suas zonas fronteiriças, atreladas ao conflito e à migração.

A trajetória histórica da Guyana e Belize são em tese similares, mas apresentaram diferenças distintas no momento em que reaparecem com vigor contenções territoriais com Venezuela e Guatemala respectivamente, durante os anos turbulentos da Guerra Fria. Vê-se na Guyana a emergência de um quadro diplomático protagonista, logo após da independência em 1966, no processo engajando o Brasil para fins de segurança territorial. Essa relação teve fortes implicações ideológicas, principalmente nos anos das décadas de 1960 e 1970. Logo, em Belize a reemergência de contestações guatemaltecas engajaram diretamente o aparato (militar e diplomática) estatal britânico em que a tríplice fronteira trouxe ao conflito México, Guatemala e o Reino Unido até 1981 e de certa forma em diante. Enquanto essa diferença abre uma brecha interessante de análise, não cabe dentro dos objetivos do presente trabalho abordar esse assunto. A impraticabilidade de comparação nessa área, e por mais, as brechas

deixadas para o estudo futuro desses elementos inclusive abre espaço para o uso de outras ferramentas de pesquisa, por exemplo, em relação a tradição de diplomacia anglo-caribenha com fortes personalidades durante os anos da guerra fria. As diferenciações citadas são pontos interessantes para um estudo utilizando o método comparativo com recorte econômico, cultural ou histórico-político para o futuro, um possível doutorado.

Não afetando a base da fonte bibliográfica do trabalho densamente histórica, a falta de visita de campo deixou algumas dúvidas pessoais, particulares em relação a realidade contemporânea da fronteira México - Belize.

Esse trabalho apresentou um novo olhar sobre temas já estudados anteriormente, mas em situações independentes um do outro. Isso poderia dar partida para um novo ângulo acadêmico da visão sobre a ideia de integração e desenvolvimento regional transfronteiriço e no caso transcultural, levando em conta fatores históricos estruturais nem sempre articulados, mas que afetam diretamente o processo. Poderia também, ser considerado por vários governos da sub-região, além das organizações encarregadas de aumentar as relações entre os países.

Com olhares para futuros estudos sinalizados no decorrer do presente trabalho, que não poderiam ser abordados, incluímos os seguintes. Em sua descrição da etnicidade e sua relação com a política de Belize, o autor Premdas (2002) aludiu à teoria de genocida pela substituição (HINTJENS, 1991) para descrever a perda de ascendência política dos afro-belizenses na política local de Belize como consequência não planejada, mas direta, acarretada pela chegada de um número expressivo de refugiados para o país. A questão de etnicidade na política nacional caribenha é um tema recorrente, e a teoria tem potencial para uma abordagem aprofundada contrapondo países caribenhos com características parecidas de fluxos migratórios com o uso do método comparativo. A teoria poderia também ser trabalhada independentemente com outras ferramentas metodológicas na mesma região.

Em relação ao presidencialismo, interessante o que aproximou o Brasil com o México, no momento de entrega da ponte, foi a força de personalidades nas duas pessoas relativamente carismáticas de Presidente Lula e Presidente Calderón. E agora, percebemos menos personalidade com os presidentes. Enquanto não poderia ser abordado esse fator no presente trabalho, ele apresenta um outro elemento a ser estudado para entender a política regional desses dois países distantes em geografia, mas próximos na política.

Do ponto de vista do funcionamento de organizações internacionais e seus mecanismos para integração regional, atenção pode ser prestada a um estudo da perspectiva de organizações como o BID o seu papel nos mesmos processos. Além disso, poderia ser dada

mais atenção aos mecanismos assinados pelos países que regem oficialmente suas interações, da perspectiva de internacional.

Também da perspectiva de comércio internacional poderia ser mais abordada uma avaliação da questão do uso do espaço fronteiro para a montagem de zonas de livre comércio. Vemos nas duas fronteiras o uso parecido dos espaços para montagem de comércio para atender o consumidor do outro lado da fronteira, esses são, a ZLC em Belize e os comércios da cidade de Lethem na Guyana. As duas situações aproveitam de uma série de fatores favoráveis mas voláteis, inclusive o câmbio de moedas, o baixo custo de fazer negócio, lacunas na política comercial do vizinho, e uma certa boa vontade do vizinho maior em não reprimir o trânsito, talvez para estimular mais interações através da fronteira, talvez pela falta de impacto maior, dentre outras razões. Além disso, aproveitam da localização relativamente próximas aos centros urbanos maiores de Boa Vista, a capital de Roraima, e Chetumal no Quintana Roo. De acordo com Bulmer-Thomas (2013) as zonas não têm viabilidade no longo prazo, mas esse tema merece uma abordagem dedicada.

Não poderia concluir sem advogar pelo método comparativo como ferramenta extremamente útil para o estudo na ciência política dentro da região das Américas. A região é dotada de um leque extenso de países, cidades e comunidades com trajetórias, histórias, culturas e problemas contemporâneos parecidos em que estudos comparados podem ser corretamente aplicados. A escolha dessa opção metodológica, nesse trabalho, perpassa nas discussões toda a teoria apresentada na introdução. Assim, o método oferece uma flexibilidade para criatividade sem deixar de ser cientificamente rigoroso. Acreditamos que contribuiu e contribuirá para o melhor entendimento dos problemas e das soluções presentes nas fronteiras e discursos sempre existentes.

Referências

AGUIRRE, Feliciano García. El Plan Puebla Panamá: previsibles consecuencias. In: **Revista Theomai**. Universidad Nacional de Quilmas, Buenos Aires. ISSN 1515-6443. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/124/12499405.pdf>. Acesso em 17 de outubro de 15.

ALMEIDA, Linoberg Barbosa de. Até o Tacutu nos separa: um estudo acerca da relação entre a política externa brasileira e a política de segurança pública na fronteira Brasil - Guiana. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern (org.) **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011, p. 39-60.

AQUINO, Paulo Neves de. A Alca e o Projeto Nacional. In: COSTA, Darc e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad: Faperj, 2004, p. 251-256.

BARROW, Dean. **Key Note Address by Prime Minister, Hon. Dean Barrow to the 10th Annual Industry Presentation**. Belmopan 2008. Disponível em <belizemediacenter.org>. Acesso em 16 Abr 2015.

BEESON, Mark. **Living with Giants: ASEAN and the evolution of Asian Regionalism**, TRanNS: Trans-Regional and -National Studies of Southeast Asia/Volume 1/Issue 02/ July 2013, DOI: 10.1017/trn.2013.8 Published 13 Ago 2013. Disponível em <https://www.academia.edu/4391761/Living_with_giants_ASEAN_and_the_evolution_of_Asian_regionalism>. acesso em 17 set 2014.

BEESON, Mark; LEE, Will. The Middle Power Moment: A New Basis for Cooperation between Indonesia and Australia? In: **Indonesia's Ascent: Power, Leadership and the Regional Order**. Palgrave Melbourne. Disponível em <https://www.academia.edu/9583927/The_Middle_Power_Moment_A_New_Basis_for_Cooperation_between_Indonesia_and_Australia>. acesso em 02 dez 2014.

BEJAR, Alejandro. El Plan Puebla-Panamá en el contexto de la integración hemisférica. In: **Política y cultura**. México, 2002. Num. 18, Pag 83-105. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, México, Distrito Federal, México.

BELIZE. **Belize Foreign Policy Yearbook**. Ministry of Foreign Affairs. 2003.

_____. **Belize Foreign Policy Yearbook**. Ministry of Foreign Affairs. 2004.

BERNARD, Cecily. **A República da Guiana e o mundo: Fundamentos para uma inserção guianense no contexto internacional**. Dissertação. Universidade de Brasília.1993.

BID [IADB]. **Beyond Borders: The New Regionalism in Latin America**. IDB 2002 Report.

BORGES, Fábio. **As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto**. Araraquara: Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011.

BOSSI, Fernando. Pela Construção de um Pensamento Latino-Americano-caribenho no Projeto de Integração. In: COSTA, Darc e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad: Faperj, 2004, p. 223-233.

BOSWELL, Thomas. The Caribbean: A Geographic Preface. In. **Understanding the Contemporary Caribbean**. (Ed.) Richard S. Thomas; Thomas J. D'Agostino. Lynne Rienner Publishers. Bolder Colorado 80301. 2003. ISBN 1-55587-959-4.

BULMER-THOMAS, Victor, **Belize's Regional Integration Options** Inter-American Development Bank, Country Department Central America, México, Panama and Dominican Republic, Integration and Trade Sector, Technical Note No. IDB-TN-564, 2013.

Bureau of Statistics, Guyana. **Population and Housing Census 2012 - Preliminary Report** Disponível em: <<http://www.statisticsguyana.gov.gy>>. acesso em: 3 de nov de 2014.

BURGESS, Sean. **Brazilian Foreign Policy after the Cold War**. Gainesville, University Press of Florida. 2009.

BURGESS, Joe; JACOBS, Frank. **The Loneliness of the Guyanas**, The New York Times, Jan 2012.

CABRAL, Severino. O Mundo Latino e a Era do Megaestado. In: COSTA, Darc e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) **Mundo Latino e Mundialização**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad: Faperj, 2004, p. 217-222.

CAPDEPONT-BALLINA, Jorge Luis. Mesoamérica o el Proyecto Mesoamérica: la historia como pretexto. In: **Liminar, estudios sociales y humanísticos**. México, 2011 Vol. 9 No. 1 Junho. Página 132-152. Acesso em 16 Nov 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/liminar/v9n1/v9n1a10.pdf>>

CARIBBEAN NEWS DESK. **US charters flight to bring Guyanese deportees**. 02 Fev 2015. Disponível em <<http://www.caribnewsdesk.com/news/9309-us-charters-flight-to-bring-guyanese-deportees>>. Acesso em 06 de Fev 2015.

CASTELLANOS, Jorge Luis Hidalgo. La frontera México-Belice: desafíos y oportunidades. In: **Revista Mexicana de Política Exterior**. 157-189. Num. 81 Jul-Oct. Secretaría de Relaciones Exteriores. México, Distrito Federal. México. 2007.

CHANONA, Alejandro. Procesos de integración en el marco Del Plan Puebla-Panamá (PPP). In: FORERO, E. A. S., PÉREZ, R. S (Ed.). **Lectura crítica del Plan Puebla Panamá**. Estados Unidos: Libros en Red.com, 2003, p. 55-74.

City Population. **Belize**. disponível em: acesso em:
<<http://www.citypopulation.de/Belize.html>>. acesso em: 3 de nov de 2014.

Consejo Nacional de Población, México (CONAPO). **La situación demográfica de México 2013**. Disponível em
<http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Situacion_Demografica_Publicaciones>. acesso em 3 de nov de 2014.

COSTA LIMA, Marcos. A questão das fronteiras no norte do Brasil, a Amazônia e a construção de uma unidade sul-americana. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern (org.) **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011, p. 15-38.

DOMÍNGUEZ Jorge I., **Boundary and Disputes in Latin America**. Washington D.C.: United States Institute of Peace, 2003.

ERISMAN, Michael. International Relations. In. **Understanding the Contemporary Caribbean**. (Ed.) Richard S. Thomas; Thomas J. D'Agostino. Lynne Rienner Publishers. Bolder Colorado 80301. 2003. ISBN 1-55587-959-4.

ESPINOZA, Augusto BOLÍVAR. Las Políticas mexicanas transnacionales. Un desafío para la integración regional. In: **El Cotidiano**. México, 2010 Vol. 25 No. 160. Mar-Abr, Página 111-120. Universidad Autónoma Metropolitana, Departamento de Sociología, Azcapotzalco, Distrito Federal. México. Acesso em 16 Nov 2015. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/ElCotidiano/2010/no160/13.pdf>>

FÉLIX, José Teixeira. Aspectos da Literatura Guianense: Por Uma Poética de Aproximação Internacional. in **Textos & Debates**/ Universidade Federal de Roraima, Centro de Ciências Humanas - V.1.n.1 (Ago-Dez 1995) Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 2008, p. 67-85.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis, Vozes. 1972.

_____. **Microfísica do Poder**. organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1979.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World economic outlook database October 2014**. Disponível em:
<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/02/index.htm>>. Acesso em 3 de nov de 2014.

FUJIMURA, M. **Cross-Border Transport Infrastructure, Regional Integration and Development**, ADB Institute Discussion Paper No.16, November 2004.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GEHRE, Thiago. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008) In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 52 (2), 2009, p. 63-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/04.pdf>> Acesso em: 4 de dez de 2015.

GEHRE, Thiago; GOMES, Sheldon Thiago Pontes. BRASIL, GUIANA E O “PRINCÍPIO DA NÃO- INDIFERENÇA” In: **Revista Conjuntura Austral**. ISSN: 2178-8839. Vol. 4, no. 15. Abr. Mai. 2013.

GRAY, Julia. Domestic Capacity and the Implementation Gap in Regional Trade Agreements. In: **Comparative Political Studies**. 2014. Vol. 47(I) p. 55-84. Acesso em: 24 Nov 2015. Disponível em: <http://cps.sagepub.com/content/47/1/55.full.pdf+html>

GUERRA CASTELLANOS, Gabriel. Dilma en contexto. In: **El Universal** 25 de maio de 2015. Acesso em 27 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.eluniversalmas.com.mx/editoriales/>>

GUYANA CHRONICLE. **President Jagdeo Calls for Strong Copenhagen Agreement at Manaus Summit**. 29 de Novembro de 2009. Disponível em: <<http://guyanachronicle.com/president-jagdeo-calls-for-strong-copenhagen-agreement-at-manaus-summit/>> Acesso em: 30 de set de 2015.

HAGERMAN, Ellen. **Challenges To Regional Infrastructure Development**. Development Bank of Southern Africa, 2012.

HUBBARD URREA, Enrique, **Belize: vecino ignorado: La Perspectiva de un embajador de México**, Chetumal: Universidad de Quintana Roo, 2000.

INDURSKY, Freda. A análise do discurso e sua inserção no campo das ciências de linguagem. In: **Cadernos do Instituto de Letras**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No. 20, Porto Alegre. 1998.

INSANALLY, Rudy. **Dancing Between the Raindrops: A Dispatch from a Small State Diplomat**. 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Projeção de população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. acesso em: 3 de nov de 2014.

JACKSON, Rashleigh. **Guyana’s Diplomacy. Reflections by a Former Foreign Minister**. Georgetown. 2003.

JESSOP, David. Rebalancing Caribbean Trade Relationships. In. **Caribbean Imperatives: Regional Governance and Integrated Development**. Ed. Kenneth Hall; Denis Benn. Miami. 2005. ISBN: 976-637-220-9.

KATZENSTEIN, Peter; EVANS, Peter; et al. **The Role of Theory in Comparative Politics: A Symposium**. World Politics 48 Oct., 1995, p. 1-49.

KIRTON, Mark. Brazil and the Caribbean in a Changing Regional Environment: Challenges and Prospects. In: **The Integrationist: CARICOM Options: Towards Full Integration Into the World Economy**. Vol. 3. No. 2. ISSN 0799-1576. Ed. Kenneth Hall; Myrtle Chuck-A-Sang. Miami. 2006.

KUGLER, Jacek; ORGANSKI, Abramo. The power transition: A retrospective and prospective evaluation. In: **Handbook of war studies**. vol. 1, 1989, p. 171-194.

LA JORNADA. **La zona libre de Belice golpea a comerciantes de Chetumal**. 15 de abr 2006. disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2006/04/15/index.php?section=estados&article=023n1est>. Acesso em 2 de dez de 2014.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge/New York: CUP, 2002.

LEWIS, Vaughn. Configurations of Caribbean Regionalism in the hemispheric and international settings: Towards an Antillean Subsystem. In: **Journal of Caribbean International Relations**, No. 1, IIR, University of the West Indies. 2005.

_____. Commonwealth Caribbean relations with hemispheric Middle Powers. In: A. Payne; P. Sutton. (ed.) **Dependency under challenge**. Manchester University Press. Manchester. 1984.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. in **American Political Science Review** Vol.65 Sept, 1971, p. 682-693.

LINHARES, Erick. **Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2011.

MAIRA, Luis. Caribbean State Systems and Middle-State Power. In: Henry and Stone (ed.) **The Newer Caribbean: Decolonization, Democracy and Development**. Institute for the Study of Human Issues. Philadelphia. 1983.

MALAMUD, Andres. **Regional Integration in Latin America: Comparative theories and institutions**. Universidade de Salamanca, 2002. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/44/484.pdf> Acesso em: 18 de out de 2015.

_____. Mercosur turns 15: Between rising rhetoric and declining achievement. **Cambridge Review of International Affairs**. 18, p. 421-436. 2005.

MARTÍ ASCENCIO, Bosco. ¿Por que retomar y reposicionar el Plan Puebla Panamá? In: **Bien Común**. México, 2007. Vol. 13 Num. 152 Ago. Pag 19-22. Acesso em 18 Nov 2015. Disponível em: http://www.fundacionpreciado.org.mx/biencomun/bc152/bosco_marti.pdf

_____. Proyecto Mesoamérica: fortaleciendo la integración y el desarrollo regional. In: **Revista Mexicana de Política Exterior**. 9-39. Num. 83 Mar-Jun. Secretaría de Relaciones Exteriores. México, Distrito Federal. México. 2008. Acesso em 16 Nov 2015. Disponível em: <<http://portal.sre.gob.mx/imr/pdf/BoscoM.pdf>>

MEXCID. Programa Escuelas México. Online. Agencia Mexicana de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Acesso em 16 de Nov de 2015. Disponível em: <<http://escuelasMéxico.sre.gob.mx/programa-escuelas-México>>

MÉXICO. **Manual de Organización de la Embajada de México en Belice**. Dirección General de Programación, Organización y Presupuesto (DGPOP). Secretaría de Relaciones Exteriores. 2010 Acesso em 14 Nov de 2015. Disponível em: <<https://sre.gob.mx/images/stories/docnormateca/manexte/embajadas/MOEMBelice.pdf>>

MILLS, David; LEWIS, Vaughn. **Caribbean/Latin American Relations**. Trinidad, ECLAC. 1982.

MURPHY, James. Prefácio. In: Belize. **Belize Foreign Policy Yearbook**. Ministry of Foreign Affairs. 2004.

NACKLE URT, João. Relações Brasil - Suriname: Construção de confiança no contexto da guerra (1975-1985), in **Textos & Debates/** Universidade Federal de Roraima, Centro de Ciências Humanas - V.1.n.1 (Ago-Dez 1995) Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 2008, p. 11-40.

NOTLE, Detlef. **How to compare regional powers: analytical concepts and research topics**, Review of International Studies /Vol.36/Oct, 2010, p. 881-901.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism**. Panaf. 1974

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul, e a segurança regional. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 43, num. 2, 2000, pp. 108-129. Insituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília, Brasil.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Soares de. **Políticas de Integração na Fronteira Trinacional Brasil, Peru e Bolívia**. Belém, Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará, 2012.

PAASI, Anssi. **The Institutionalization of Regions: a Theoretical Framework for Understanding the Emergence of Regions and the Constitution of Regional Identity** Fennia 164: 104-146. 1986 . Disponível em <<http://eur.sagepub.com/content/8/1/7.full.pdf+html>>. Acesso em 16 abr. 2015.

PLAN PUEBLA PANAMÁ. Presidencia de la República, México, 2001

POLLARD, Duke. Venezuela's meretricious and flagrant display of contempt for International Law *in: Guyana Chronicle Online*. 20 de junho de 2015. Disponível em: <<http://guyanachronicle.com/venezuelas-meretricious-and-flagrant-display-of-contempt-for-international-law/>> Acesso em: 27 de julho de 2015.

PREMDAS, Ralph. **Belize: Identity and Ethnicity in a Multi-Ethnic State** University of the West Indies, 2002. Disponível em <<http://www.open.uwi.edu/sites/default/files/bnccde/belize/conference/>> Acesso em: 06 fev. 2015.

PRZEWORSKI, Adam; TEUNE, Henry. **The Logic of Comparative Social Inquiry**. Wiley, New York, 1970.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

Resenha de Política Exterior do Brasil. Ministério de Relações Exteriores. Número 105, 2º semestre 2009. ISSN 0101 2428

RIBAS, Marcelo de Oliveira. **A “cooperação necessária” como ideia-força na política exterior do Brasil (1958-2005)**, Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais. Brasília, 2006.

RODRIGUES, Francilene. O que faz o Brasil *Brasil* e a Venezuela *Venezuela*: Uma Descrição Comparativa do Pensamento Social Brasileiro e Venezuelano. In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern (org.) **As Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil**: Coletânea de Estudos. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2011, p. 131-154.

SANTOS, Marcelo. O México como aliado dos EUA no projeto de integração das Américas. In: **Revista brasileira de política internacional**, Brasil, 2007 Vol. 50 Num. 5, Pag 146-161. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Araraquara, Sao Paulo. Brasil. Acesso em 17 Nov 2015. Disponível em: <<http://132.248.9.34/hevila/Revistabrasileiradepoliticainternacional/2007/vol50/no2/9.pdf>>

SCHERMA, Márcio Augusto. **As Fronteiras nas Relações Internacionais**. Revista Monções, Vol.1, N.1 - Janeiro/Junho de 2012.

SCHOEMAN, Maxi. South Africa as an Emerging Middle Power: 1994 - 2003. In: DANIEL, John et. al. (org.), **State of the Nation: South Africa 2003-2004**, Cape Town: HSRC Press, 2003, p. 349-367.

SHOMAN, Assad. **Belice. El surgimiento de una nación centroamericana**. CIALC-UNAM. México. 2009.

SIMAS, Caio da Almeida. **A construção da infraestrutura física e os desafios da integração sul americana: uma análise espacial da IIRSA e da UNASUL**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SIMÕES, Sulamita Oliveira. **Dinâmica das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) - Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Boa Vista, 2014.

THORBURN, Diana. Caribbean diplomacy towards new international actors in the Caribbean Basin. In: **The Integrationalist: CARICOM Options: Towards Full Integration Into the World Economy**. Vol. 3. No. 2. ISSN 0799-1576. Ed. Kenneth Hall; Myrtle Chuck-A-Sang. Miami. 2006.

TOUSSAINT, Mónica. Entre los vecinos y los imperios: el papel de Belice en la geopolítica regional. In: **Tzintzun**. Num. 50 Jul-Dez, Pag 105-128. 2009. Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, México, Distrito Federal, México. Acesso em 19 Nov 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/tzintzun/n50/n50a3.pdf>>

URREA, Enrique Hubbard. **Belice: el vecino ignorado. La perspectiva de un embajador de México**, Universidad de Quintana Roo, 2000.

VAN LANGENHOVE, Luk. **Why we need to ‘Unpack’ Regions to Compare Them More Effectively**, The International Spectator: Italian Journal of International Affairs, 47:1, p. 16-29. Disponível em: <https://www.academia.edu/4495947/Why_we_need_to_Unpack_Regions_to_Compare_them_more_Effectively>. acesso em: 03 set 2014.

WILLIAMS, Eric. **The Threat to the Caribbean Community, Speech of Dr. Eric Williams, Political Leader at the Special Convention of the P.N.M., June 15, 1975**. Port of Spain. P.N.M. Publishing Company, 1975

DISCURSOS

BELIZE. DISCURSO. **Firma de Documentos y Conferencia de Prensa Conjunta que ofrecieron Vicente Fox y el Primer Ministro de Belice**. Disponível em: <<http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/visitaoficial/?contenido=19199>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

BELIZE. DISCURSO. **Palabras del excelentísimo señor Said Musa, Primer Ministro de Belice, durante la Cena Oficial que ofreció en honor del Presidente Vicente Fox**. Disponível em: <<http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/visitaoficial/?contenido=19208>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

BELIZE. DISCURSO. **2011 Independence Day Address By Prime Minister – Hon. Dean Barrow**. Disponível em: <<http://www.belize.gov.bz/index.php/our-governance/prime-minister/2013-02-13-21-39-57>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

BRASIL. Itamaraty. **Declaração do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a visita de trabalho do Presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo**. Disponível em: <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/presidente-da-republica->

[federativa-do-brasil/063788349325-declaracao-do-senhor-presidente-da-republica-luiz](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/14-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu/view)>
 acesso em: 20 de set de 2014.

BRASIL. DISCURSO. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração da ponte binacional sobre o Rio Itacutú.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/14-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-inauguracao-da-ponte-binacional-sobre-o-rio-itacutu/view>> acesso em: 16 de fev de 2016.

BRASIL. DISCURSO. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a sessão de abertura da XVI Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, Caricom.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/16-02-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-de-abertura-da-16a-conferencia-de-chefes-de-governo-da-comunidade-do-caribe-2013-caricom/view>> acesso em: 16 de fev de 2016.

BRASIL. DISCURSO. **Discurso do Presidente durante brinde no almoço oferecido pelo Presidente da República da Guiana.** Disponível em:
 <<http://mundorama.net/2005/02/15/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-brinde-no-almoco-oferecido-pelo-presidente-da-republica-da-guiana-georgetown-guiana-15022005/>> acesso em: 20 de set de 2014.

BRASIL. DISCURSO. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sessão especial da Assembléia Nacional da Guiana.** Disponível em:
 <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/1o-semester-1/15-02-2005-discursos-luiz-inacio-lula-da-silva-2005-fevereiro-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-sessao-especial-da-assembleia-nacional-da-guiana/view>> acesso em: 20 de set de 2014.

GUYANA. DISCURSO. **Speech by His Excellency Bharrat Jagdeo, President of the Republic of Guyana, at the Inauguration of the Takutu River Bridge, September 14, 2009.** Disponível em: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/speech_takutu_bridge.pdf> acesso em: 16 de fev de 2016.

GUYANA. DISCURSO. **SPEECH ON THE CONFERRAL OF THE ORDER OF EXCELLENCE (O.E.) ON HIS EXCELLENCY LUIZ IGNACIO LULA DA SILVA.** Disponível em: <http://www.minfor.gov.gy/docs/other-speeches/Speech_Lula_Conferral.pdf> acesso em: 16 de fev de 2016.

MÉXICO. DISCURSO. **Firma de Documentos y Conferencia de Prensa Conjunta que ofrecieron Vicente Fox y el Primer Ministro de Belice.** Disponível em:
 <<http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/visitaoficial/?contenido=19199>> Acesso em: 3 de julho de 2015.

MÉXICO. DISCURSO. **Palabras del Presidente Vicente Fox Quesada durante la Cena Oficial que ofreció en su honor el excelentísimo señor Said Musa, Primer Ministro de Belice, que tuvo lugar en la Casa de Cultura de Belice.** Disponível em:
 <<http://fox.presidencia.gob.mx/actividades/visitaoficial/?contenido=19207>> Acesso em: 21 de setembro de 2015.

MÉXICO. DISCURSO. EL PRESIDENTE CALDERÓN en el Almuerzo en Honor del Primer Ministro de BELICE. Disponível em: <<http://calderon.presidencia.gob.mx/2010/10/el-presidente-calderon-en-el-almuerzo-en-honor-del-primer-ministro-de-belice/>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

MÉXICO. DISCURSO. EL PRESIDENTE CALDERÓN EN EL MENSAJE A MEDIOS POR LA VISITA OFICIAL DEL PRIMER MINISTRO DE BELICE. Disponível em: <<http://calderon.presidencia.gob.mx/2010/10/el-presidente-calderon-en-el-mensaje-a-medios-por-la-visita-oficial-del-primer-ministro-de-belice/>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

MÉXICO. DISCURSO. EL PRESIDENTE CALDERÓN EN LA VISITA DE SUPERVISIÓN DEL PUENTE FRONTERIZO: SUBTENIENTE LÓPEZ II. Disponível em: <<http://calderon.presidencia.gob.mx/2012/11/el-presidente-calderon-en-la-visita-de-supervision-del-puente-fronterizo-subteniente-lopez-ii/>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

MÉXICO. DISCURSO. EL PRESIDENTE CALDERÓN EN LA AMPLIACIÓN Y MODERNIZACIÓN DE LA CARRETERA CAMPECHE-MÉRIDA. Disponível em: <<http://calderon.presidencia.gob.mx/2012/11/el-presidente-calderon-en-la-ampliacion-y-modernizacion-de-la-carretera-campeche-merida/>> Acesso em: 17 de fev de 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Mapa detalhando a posição da fronteira Brasil-Guyana na América do Sul.



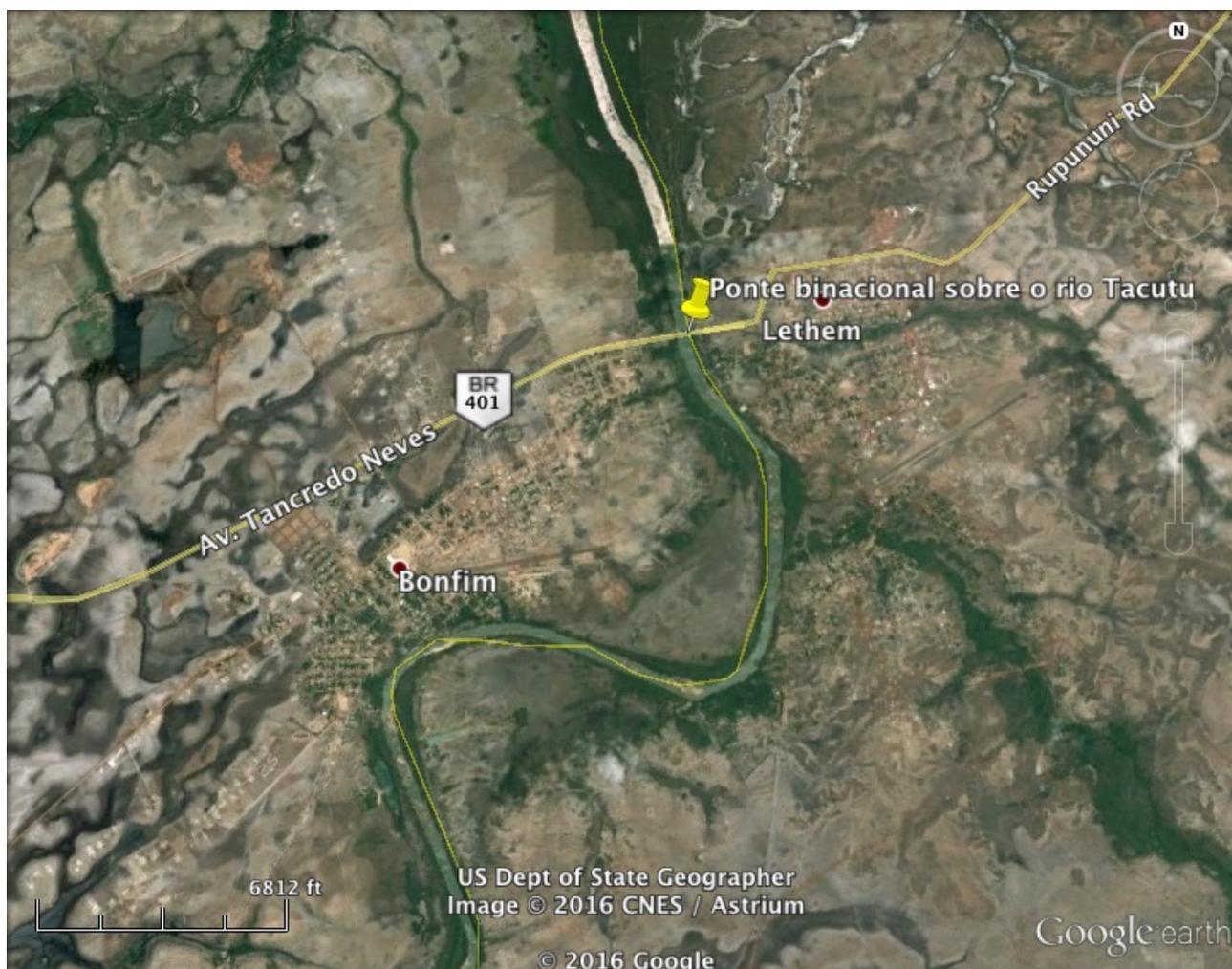
Fonte: Google Earth

APÊNDICE B - Mapa detalhando a posição da fronteira México-Belize na América Central.



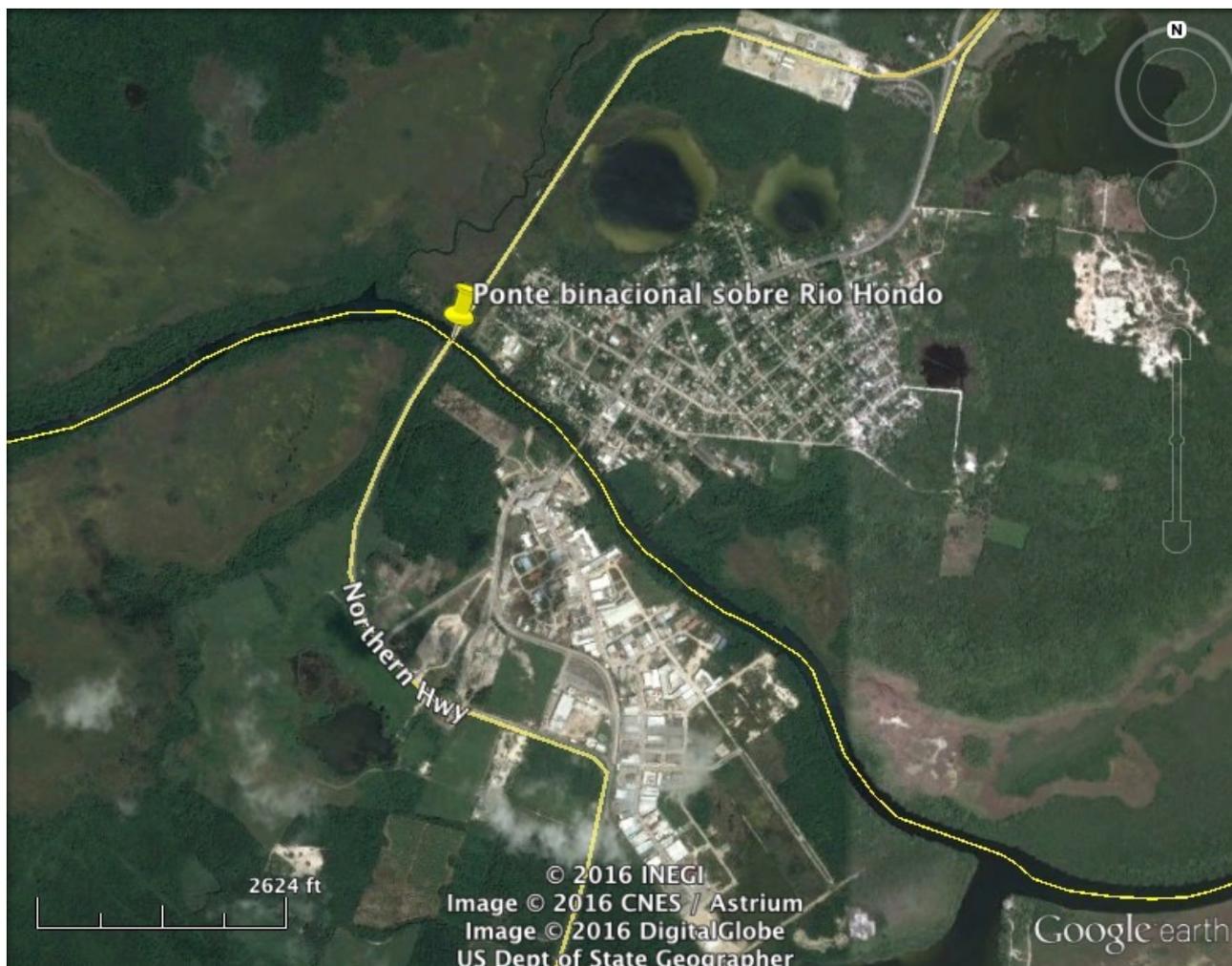
Fonte: Google Earth

APÊNDICE C - Mapa detalhando a posição das cidades fronteiriças de Lethem (Guyana), Bonfim (Brasil) e o local da nova ponte sobre o rio Tacutu.



Fonte: Google Earth

APÊNDICE D - Mapa detalhando a posição das cidades fronteiriças de Subteniente López, (México) no lado superior, Santa Elena com a ZLC no lado inferior e o local da nova ponte sobre o rio Hondo.



Fonte: Google Earth

APÊNDICE E - Gráfico mostrando as cidades de Santa Elena (e ZLC) no lado de Belize, a cidade de Subteniente López, e a nova ponte.



Fonte: *Online* <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=230875&page=12>>